



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL - PPGSAN

CAROLINE FURTADO BILRO

ALIMENTAÇÃO CONSCIENTE E POLITIZADA: reflexões, práticas e
propostas de juventudes das cidades

RIO DE JANEIRO

2023

ALIMENTAÇÃO CONSCIENTE E POLITIZADA: reflexões,
práticas e propostas de juventudes das cidades

Trabalho de Dissertação do Programa de Pós Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional (PPGSAN), apresentado ao da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Segurança Alimentar e Nutricional.

Orientadora: Prof.^a Dra. Thais Salema Nogueira de Souza

Coorientadora: Prof.^a Dra. Giane Moliari Amaral Serra

Rio de Janeiro

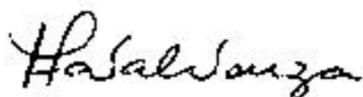
2023

CAROLINE FURTADO BILRO

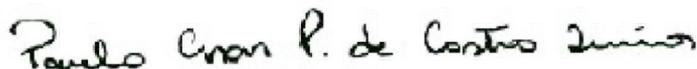
ALIMENTAÇÃO CONSCIENTE E POLITIZADA: reflexões, práticas e propostas de juventudes das cidades

Trabalho de Dissertação do Programa de Pós Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional (PPGSAN), apresentado ao da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Segurança Alimentar e Nutricional.

Banca examinadora:



Prof.^a Dra. Thais Salema Nogueira de Souza (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO



Prof. Dr. Paulo Cesar P. de Castro Junior
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ



Prof.^a Dra. Juliana Pereira Casemiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

À minha avó paterna Sônia, revolucionária ao escolher o desquite e tornar-se chefe de família; se graduar em advocacia por uma universidade federal carioca; e conquistar profissionalmente a titulação de chefia. A coragem e força à frente do seu tempo me possibilitou ter acesso à educação de qualidade e para sempre irá me inspirar como mulher e profissional que foi.

“Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada”
(Acredito na rapaziada - Gonzaguinha)

APRESENTAÇÃO

Diferentemente da maior parte dos mestrandos, nunca estive nos meus planos me tornar uma. Mas no meio do caminho havia uma... Rede de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede SSAN UNIRIO.

Recém formada, ainda em 2019, fui selecionada para bolsista de extensão em um projeto da Rede SSAN com o objetivo de fortalecer a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) junto aos jovens universitários por meio do movimento Comer Pra Quê, uma iniciativa de promoção da alimentação saudável e sustentável com as juventudes brasileiras.

A partir daquele momento, imersa no meio acadêmico, a UNIRIO se tornou a minha segunda casa e onde fiz parceiras de trabalho, bem como amigas (como considero minhas atuais orientadora e co-orientadora).

Criar e trocar experiências sempre foi um ponto forte para mim, o que naquele momento tinha o prazer e possibilidade de exercer na prática. Respirava juventudes e estratégias educativas visando chamar atenção desse público para temas como Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e EAN entre as aulas de dois *campus* universitários movimentados na Urca. Foi quando abriu a segunda turma de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional (PPGSAN).

Após muitas conversas (incluindo as caronas noturnas para o metrô Botafogo) com Thais Salema, minha orientadora, me inscrevi para o processo seletivo. A escolha para o pré-projeto conciliou dois amores: escrever sobre jovens e o consumo alimentar - como chamava quando submeti o projeto - sob a perspectiva mais consciente, me debruçando sobre as temáticas que convergem com SAN.

E a verdade é que não fui aprovada de primeira, o que olhando para trás me diz muito sobre o momento de vida o qual estava. Em 2021, me inscrevi novamente... mas dessa vez, passei em primeiro lugar e voltei à minha segunda casa. E cá estou escrevendo e vislumbrando fortalecer a SAN a partir do público jovem no Brasil.

BILRO, Caroline Furtado. Alimentação consciente e politizada: reflexões, práticas e propostas de juventudes das cidades. 2023. 121 f. Trabalho de Dissertação do Programa de Pós Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional (PPGSAN) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RESUMO

Introdução: Sob a ótica das juventudes brasileiras, o momento é de tomada de ações urgentes devido a todos os impactos que as crises econômica, sanitária, governamental e climática causam na saúde e alimentação da população. **Objetivo:** Compreender o que pensam e fazem jovens que vivem em cidades urbanas em relação à alimentação com vistas a produzir material educativo digital para mobilizar a reflexão e ação sobre a alimentação consciente e politizada com as juventudes. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, descritiva e analítica, com uso de métodos e técnicas da pesquisa qualitativa. Foram realizadas 11 entrevistas individuais semiestruturadas com jovens que vivem em cidades urbanas a partir do uso de técnicas de Entrevista Compreensiva. Para análise das entrevistas, foi realizada Análise Compreensiva das falas inspirando-se no arcabouço teórico das modalidades de consumo político. O estudo foi realizado em ambiente virtual. **Resultado:** As narrativas e práticas de alimentação consciente e politizada ora envolveram a esfera individual (práticas culinárias, aproveitamento integral de alimentos, veganismo/vegetarianismo, boicote a marcas, incentivo ao pequeno agricultor) e ora a esfera coletiva (desenvolvimento de hortas comunitárias, consumo de cestas da agricultura familiar, preocupação com práticas trabalhistas). **Conclusão:** A partir das narrativas e práticas das juventudes estudadas, a alimentação consciente e politizada demarcou transversalidade com o conceito de SAN, quatro princípios do MREAN e o terceiro princípio do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Palavras-chave: participação do consumidor; educação alimentar e nutricional; segurança alimentar e nutricional; adulto jovem

BILRO, Caroline Furtado. Conscious and politicized eating: reflections, practices and proposals from youth in cities. 2023. 121 f. Trabalho de Dissertação do Programa de Pós Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional (PPGSAN) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ABSTRACT

Introduction: From the perspective of Brazilian youth, it is time to take urgent action due to all the effects that the economic, sanitary, governmental and ecological crises have on the health and diet of the population. **Objective:** To understand what young people who live in urban cities think and do regarding food, in order to produce digital educational material to mobilize reflection and action on conscious and politicized food among young people. **Methods:** This is an exploratory, descriptive and analytical research, using qualitative research methods and techniques. Eleven semi-structured individual interviews were carried out with young people living in cities using Comprehensive Interview techniques. For the analysis of the interviews, a Comprehensive Analysis of the speeches was carried out inspired by the theoretical framework of the political consumption modalities. The study was carried out in a virtual environment. **Result:** Conscientious and politicized eating practices sometimes circulate the individual sphere (culinary practices, reuse of food, veganism/vegetarianism, brands boycott, incentives for small farmers) and sometimes the collective sphere (development of community gardens, consumption of agricultural family's baskets, concern about labor practices). **Conclusion:** Based on the practices and behaviors of the studied youth, conscious and politicized eating showed transversality with the concept of SAN, four principles of MREAN and the third principle of the Food Guide for the Brazilian Population.

Keywords: consumer participation; food and nutrition education; food and nutrition security; young adult

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Exemplo de produção artística (Fanzine) do acervo CPQ sobre o tema “Comer é um ato político!”.....	19
Figura 2	Evolução da fome do Brasil entre 2004 e 2020: população afetada pela IA grave.....	22
Figura 3	Jovens brasileiros e o impacto da compra da comida para a economia... ..	24
Figura 4	Jovens brasileiros e o impacto da compra da comida para o meio ambiente.....	25
Figura 5	Composição dos sistemas alimentares e a extrapolação das temáticas da subcategoria “comportamento do consumo” no presente trabalho.....	30
Figura 6	Resumo do desenho metodológico do presente estudo.....	33
Tabela 1	Distribuição regional e graduação, quando existente, dos jovens que aceitaram participar da pesquisa.....	36
Gráfico 1	Escolaridade das juventudes pesquisadas.....	37
Quadro 1	Resumo das práticas e comportamentos relacionados à alimentação consciente e politizada dos jovens estudados.....	38
Quadro 2	Resumo da forma como se sensibilizaram e de sugestões para sensibilizar e mobilizar mais jovens sobre as práticas de alimentação consciente e politizada, de acordo com as entrevistas individuais.....	70
Figura 7	Resumo dos princípios da Metodologia de Problematização.....	79
Quadro 3	Principais sugestões citadas por cada um dos participantes do estudo para planejamento das ações de sensibilização e mobilização do material educativo e as respectivas fontes de inspiração.....	79
Quadro 4	Caracterização do e-book “Fome de mudança: alimentação consciente e politizada... como sensibilizar e mobilizar as juventudes?”.....	82

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

5ª CNSAN	5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CPQ	Movimento Comer Pra Quê
CSA	Comunidades Que Sustentam a Agricultura
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
FAO	Organização das Nações Unidas
IA	Insegurança alimentar
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MREAN	Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional
ODS	Objetivos de Desenvolvidmentos Sustentáveis
ONU	Organização das Nações Unidas
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PNJ	Plano Nacional de Juventude
PPGSAN	Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	As juventudes e o espaço urbano	15
2.2	<u>Procurando um lugar ao Sol: onde os jovens estão inclusos?</u>	16
2.3	<u>Potencialidades que pulsam às juventudes</u>	18
2.4	A alimentação e o consumo como ações políticas	20
2.5	<u>Uma visão do todo: sob a ótica das juventudes nas práticas de consumo alimentar</u>	23
2.5.1	<u>O surgimento da terminologia alimentação consciente e politizada</u>	27
3	OBJETIVOS	31
3.1	Objetivo Geral	31
3.2	Objetivos Específicos	31
4	METODOLOGIA	32
4.1	Contextualização	32
4.2	Procedimentos metodológicos	33
4.3	Etapas metodológicas da pesquisa	33
4.3.1	<u>Primeira etapa – contato com instituições e coletivos</u>	33
4.3.2	<u>Segunda etapa – formulário de interesse</u>	33
4.3.3	<u>Terceira etapa – entrevista individual</u>	34
4.4	Metodologia do produto técnico	34
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
5.1	Quem são as juventudes do estudo?	36
5.2	Aprofundando olhares: a voz dos jovens que vivem em cidades urbanas sobre a alimentação consciente e politizada	37
5.2.1	<u>Para pensar, o que fazem?</u>	38
5.2.1.1	Ampliação da consciência a partir do engajamento politizado com a alimentação.....	40

5.2.1.2	Impactos envolvidos nas relações e processo de produção de alimentos.....	44
5.2.1.3	Comer como um ato político e suas perspectivas sistêmicas.....	51
5.2.1.4	Práticas alimentares com propósito.....	62
5.3	Desenvolvimento do produto técnico.....	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
	APÊNDICES.....	105

1 INTRODUÇÃO

Sob a ótica das juventudes brasileiras, público que corresponde a quase ¼ da população no país, o momento é de tomada de ações urgentes devido a todos os impactos que as crises econômica, sanitária, governamental e climática causam na saúde e alimentação das pessoas jovens e também de toda a população (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021).

Na conjuntura brasileira destaca-se ainda que de 2016 a 2022 enfrentamos o forte enfraquecimento e desmonte das políticas e programas públicos que garantem direitos e fortalecem sistemas alimentares (SA) mais saudáveis e sustentáveis como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo (BRASIL, 2022; O JOIO E O TRIGO, 2019).

Este fato por si só contribuiu consideravelmente para o aumento da pobreza, fome e piora das condições de vida de grande parte da população. Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de COVID-19, a prevalência da insegurança alimentar e nutricional (IA) no campo e na cidade cresceram exponencialmente, ainda que no contexto rural a situação seja mais grave. Nas zonas urbanas em específico, saltou de 54,4% (REDE PENSSAN, 2021) para 57,8%, os quais IA moderada aumentou em 4% e IA grave em 6,5% (REDE PENSSAN, 2022). Este cenário começou a ser construído desde 2016 com o esvaziamento das políticas públicas de SAN, o crescimento da fome e IA e a volta do Brasil ao mapa da fome, como demonstrado na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018 (IBGE, 2021).

Esta realidade também foi agravada pela guerra em curso na Ucrânia, a qual envolve dois dos maiores produtores globais de cereais básicos e oleaginosas, interrompendo a cadeia de suprimentos mundial e elevando seus preços. Concomitante a isto, eventos climáticos cada vez mais frequentes influenciam gravemente a segurança e manutenção da produção e consumo alimentar (SOFI, 2022).

Para além disso, os ambientes alimentares que a população jovem é frequentemente exposta podem exercer grande influência sobre a qualidade, quantidade e forma como se alimentam (SODRÉ *et al.*, 2020). Os locais universitários ou profissionais, por exemplo, tendem a impor uma densa carga horária a esse público, exigindo um consumo alimentar muito prático e dinâmico, principalmente nos grandes centros urbanos, indo na contramão das proposições da 2ª edição do Guia Alimentar para a População Brasileira (LYTLE, 2009 apud SODRÉ *et al.*, 2020; BRASIL, 2014).

Os indivíduos, mais especificamente as juventudes, com todas as complexidades que permeiam o seu universo esbarram com a monotonia das dietas atuais, o que limita as oportunidades de exercerem seus papéis como cidadãos para o consumo de alimentos de qualidade, principalmente no que tange ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como são afastados da possibilidade de repensar os SA em que estão imersos, sendo levados a um ato de comer irrefletido (SUMBERG *et al.*, 2019).

Apesar dessa multidimensionalidade de aspectos que interferem em suas práticas e hábitos alimentares, as juventudes têm um grande potencial de resistência crítica e organizativa em torno de pautas e políticas. Por exemplo, ainda em 2010 o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) mapeou 105 conselhos jovens estaduais e municipais (COSTA, 2014). Esta participação ativa encontra consonância com os princípios do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MREAN), o qual considera que a EAN no contexto do DHAA e da garantia da SAN (BRASIL, 2012, p. 23):

“deve favorecer o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando os diferentes ciclos de vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar” (BRASIL, 2012, p. 23).

O estímulo às ações participativas com possibilidades de tomadas de decisões pela sociedade parece ser capaz de gerar mudanças nas práticas institucionais e de governança, fortalecendo SA com aptidão para superar crises e que possuem vínculos robustos entre o meio urbano e rural (IPES-FOOD, 2017).

No contexto de ações participativas, os termos “consumo político” ou “politização do consumo” estão sendo utilizados como referência às práticas e escolhas críticas feitas pela sociedade como uma tentativa de prover melhorias sociais e ambientais para além dos benefícios percebidos no contexto individual (PORTILHO *et al.*, 2011). Sobretudo, a participação das pessoas enquanto consumidores cidadãos potencializa as maneiras e possibilidades de exercerem cidadania (CANCLINI, 1997).

Com base no exposto este estudo se justifica pela relevância social do tema, visto que os terceiro, quinto e nono eixos temáticos do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2017) priorizam, dentre outros subtemas: a) o fortalecimento de SAN a partir de ações que vão da produção ao consumo de alimentos; b) a discussão do acesso à alimentação adequada, considerando os SA nas suas integralidades, a fim de facilitar e incentivar escolhas alimentares saudáveis; e c) o respeito ao firmado na matriz orientadora de ações da “*Década*

de Nutrição” para aperfeiçoar os SA sustentáveis por meio do desenvolvimento de políticas públicas da produção ao consumo de alimentos.

Tomando como base os princípios do MREAN (BRASIL, 2012), considera-se que estes eixos podem ter resultados mais eficazes se articulados com estratégias que abranjam desde a produção até o consumo de alimentos. A capacidade destes princípios de gerar impacto depende das ações que os indivíduos podem definir e alterar para com aquelas que o ambiente determina e possibilita (BRASIL, 2012).

Por fim, a escolha por estudar o que pensam e fazem os jovens que vivem nas cidades em relação a uma alimentação mais crítica e contextualizada está atrelada ao fato que faz-se urgente os sensibilizar e mobilizar para reflexão tendo em vista: as crises econômica, política, governamental, climática e de fome atuais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As juventudes e o espaço urbano

Pensar em juventudes implica desdobrar um conceito carregado de ambiguidades próprias vivenciadas pelas pessoas na faixa dos 15 e 29 anos e que vivem um momento de transformações marcantes: a ampliação da consciência como indivíduo (e a busca por se encontrar em âmbito individual e coletivo), modificações das experiências vivenciadas, ajustes na saúde mental e espiritual e tantos outros nuances do amadurecer (SOUSA, 2006).

De acordo com Mannheim (1982, p. 75), ser jovem é uma forma de resgatar a herança social e cultural, construindo-se muito além que uma mudança meramente biológica, mas principalmente social. Essa característica mutável evidencia que não há somente uma juventude, mas juventudes com uma diversidade de oportunidades, dificuldades, facilidades e poderes na sociedade. O destaque para o termo no plural não está relacionado a uma tentativa de categorização ou fracionamento no grupo, mas na percepção que há elementos em comum entre as diferentes personas de uma mesma faixa etária (CASTRO; ABRAMOVAY, 2015, p. 14).

Tende-se a confundir as juventudes com meros “estados de espírito”, quando na prática até podem ter esse sentido, mas sem esquecer que existe uma realidade palpável que tem sexo, idade, raça, classe social, rostos, fases e uma época que não é eterna (CASTRO; ABRAMOVAY, 2015, p. 14). Afinal, como o Brasil conhece:

“Todos os dias quando acordo
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo (...)
Somos tão jovens” (Legião Urbana – Tempos perdidos)

Se por um lado a complexidade das juventudes já parece ser minimamente reconhecida, por outro a vulnerabilidade urbana e as ameaças às suas seguranças pessoais são fatores presentes em seus cotidianos (KOURY, 2011). A incerteza do futuro, a ineficiência ou pouco eficácia de políticas sociais de inclusão (que está à mercê do modelo sociopolítico da época), a violência social que os exclui com uma “cultura do medo” inerentes às cidades grandes brasileiras, a divisão de realidades e perspectivas para jovens da periferia (marginalizados), da ‘favela’ ou do ‘asfalto’ (com possibilidades de acesso à educação, saúde, lazer, formação profissional, trabalho digno, saúde emocional...) banaliza as atitudes de

alguns, aumentando a agressividade e o mau relacionamento com as pessoas do seu convívio (VIEIRA, 2011).

A população jovem contemporânea e urbana está à nossa frente, tem linguagem própria, gesticulam o tempo todo, se vestem da forma como se identificam, escutam de Queen a Anitta¹, nesse meio tempo perderam as contas da quantidade de vezes que digitaram no celular, curtem uma ‘social em grupo’, expressam deliberadamente as suas emoções e experimentam novidades (drogas, sexo, comidas, bebidas...) (OLIVEIRA; LACERDA, 2018).

Sobretudo, ainda de acordo com Oliveira e Lacerda (2018), é preciso entender o uso do espaço urbano pelo jovem contemporâneo e como ele transita pela cidade. Para a compreensão sobre como as concepções de SA e o consumo alimentar consciente atravessam o contexto de vida de jovens de centros urbanos, é necessário distinguir os conceitos de *espaço urbano e lugar*.

Para Clark (1991, p. 37), espaço urbano é a sinergia entre construções, atividades e população. Em contrapartida, lugar é uma maneira de se relacionar com a identidade e o pertencimento estabelecidas com um local (OLIVEIRA; LACERDA, 2018). A partir dessas definições é possível começar a compreender que o lugar dos jovens nas cidades é composto pela forma mais próxima que o espaço urbano consegue ser percebido e acessado por eles próprios (organização cultural, ao o que são expostos, como e em qual frequência são influenciados).

Como descrito por Santos (2005, p. 259), é preciso levar em consideração os conflitos intrínsecos à disputa do lugar nas cidades: o território que deveria ser de todos *versus* o território de quem produz, comanda, disciplina, normaliza e impõe racionalidades às partes. A par do poder das grandes empresas que atuam como Estado Territorial e que são capazes de atravessar ideais e filtrar o alcance de informação dos cidadãos, é possível começar a compreensão da vulnerabilidade urbana sofrida pelos jovens (KOURY, 2011; SANTOS, 2005).

2.2 Procurando um lugar ao Sol: onde os jovens estão incluídos?

Um marco relevante para as políticas públicas voltadas às juventudes foi a Declaração das Nações Unidas sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos, que apresenta compromissos com princípios relacionados aos

¹ Banda britânica de rock e cantora, compositora, atriz, dançarina, empresária e apresentadora brasileira, respectivamente.

direitos humanos deste grupo social (ONU, 1965). Porém, apesar dos avanços conquistados internacionalmente ao longo dos anos, os governos e a sociedade mantiveram a tendência a focalizar suas ações apenas em adolescentes de 15 a 18 anos incompletos e àqueles excluídos dos seus direitos sociais (SPOSITO; CARRANO, 2008 apud DA SILVA; DA SILVA, 2011).

Aos poucos, no Brasil, foi sendo percebida a necessidade de construir políticas públicas específicas para as juventudes, ou seja, que atendessem aos jovens da faixa etária além da reconhecida como adolescência. Assim, realizou-se uma nova etapa de discussão, denominada de *Projeto Juventude*. A partir dessa demanda surgiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 138/2003, que dispôs sobre os direitos econômicos, sociais e culturais das juventudes (extrapolando o foco em crianças e adolescentes) (DA SILVA; DA SILVA, 2011).

Esse é um marco importante porque foi a partir disto que houve o início da construção do Plano Nacional de Juventude (PNJ) e do Estatuto da Juventude, ambos considerando as particularidades, diversidades e realidades de jovens brasileiros (DA SILVA; DA SILVA, 2011). Em junho de 2005, houve a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Em específico, o CONJUVE é um importante canal de diálogo entre a representação juvenil e o governo federal, visto que participa na

formulação de diretrizes da ação governamental; promove estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegura que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (BRASIL, 2006, p. 9)

No documento “Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas”, publicado pelo CONJUVE (2006), é destacada a necessidade de reconhecer os jovens como sujeitos de direitos, identificando a importância de assumirem seus papéis como agentes ativos e autônomos. Em consonância, o PNJ enfatizou o jovem como ator estratégico de desenvolvimento, como relatado na seção do documento que trata do Protagonismo e Organização Juvenil: “*Protagonismo quer dizer, então, lutador principal, personagem principal. Portanto, protagonismo juvenil significa que o jovem tem de ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas a seu favor*” (PL nº 4530/2004) e como

mencionado como eixo prioritário do PNJ no Decreto 9306/2018 "cidadania, participação social e política e representação juvenil".

De acordo com Da Silva e Da Silva (2011), a expectativa há dez anos atrás era o avanço na atualização e aprovação do PNJ e do Estatuto Nacional da Juventude. Naquela época, o principal desafio era que o PNJ fosse transformado em uma política pública de Estado e que fosse garantida a sua continuidade, independentemente da vontade do governante em exercício (CURY, 2011).

No entanto, com o Brasil imerso em um cenário de crise política e esvaziamento de equipamentos e políticas públicas no governo 2019-2022, o Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020, extinguiu, infelizmente, o PNJ. Atualmente ainda não há uma Política Nacional de Juventude, mas destacam-se a existência de instrumentos legais que permitem a sua criação como: propostas claras e a instituição do Estatuto da Juventude, que traçam os princípios e diretrizes para o PNJ (Lei 12.852/2013), bem como o estudo de desafios importantes a serem superados para elaboração e implantação de ações governamentais para jovens (BRASIL, 2014).

Ressalta-se que com o novo governo (2023-2026) cresce a esperança de retomada em relação ao avanço do PNJ, visto que progressos anteriores ocorreram na mesma perspectiva político-ideológica da atual governança.

2.3 Potencialidades que pulsam às juventudes

No século XX, surgiram muitos movimentos sociais no Brasil com diferentes características e objetivos. Dentre eles, o Movimento Estudantil ganhou destaque, principalmente no período da ditadura militar vivenciada entre os anos de 1964 e 1985, quando os direitos civis e políticos foram extremamente suprimidos, impactando diretamente na liberdade de expressão (BRASIL, 2018). As juventudes vêm “remando contra a maré”², desde aquele tempo, em busca de avanços sociais, liberdade de expressão e construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Segundo Castro e Abromovay (2015), as juventudes demonstram ter aptidões para serem revolucionárias (*quebra de estereótipos, tabus, preconceitos*), saberem mais e estarem dispostas a construir o novo (*política, educação, modos de vida*), buscarem participação crítica (*curiosidade, problematização, lugar de fala*), se organizar junto a outros jovens, testar

² Remando contra a maré é um dito popular, que se refere à busca de processos anti-hegemônicos em busca de algo que não se deseja viver.

novas linguagens (*tecnologias de informação, produções artísticas, trânsito entre organizações de cunho social e movimentos*), serem autônomas (*com a exigência de terem acesso a uma rede de proteção social*) e se mobilizarem (*participação política e formas diferenciadas de “fazer política”*).

Ser jovem tende a potencializar e questionar o mundo, os projetos e os cenários que sufocam transformações e abandonam o novo, mesmo que não seja universal que todos os indivíduos classificados como jovens busquem mudanças e nem todos etariamente jovens “possam ser” jovens (CASTRO; ABROMAVAY, 2015).

As escolhas e hábitos alimentares das juventudes parecem estar diretamente relacionadas ao senso de identidade, pertencimento cultural e construção da independência (NEWCOMBE *et al.*, 2012; ANDERSON *et al.*, 2015; PARK E WHITE, 2015). Nessa fase da vida os jovens começam a ter escolhas e reflexões diferentes da sua família ou comunidade, o que pode representar um importante momento de construção de valores pessoais ou compromissos socioculturais em relação às práticas individuais e coletivas a respeito da alimentação e do meio ambiente, por exemplo (CHAPMAN, 2015; ESAU *et al.*, 2017; SEDUPANE, 2017).

As juventudes muitas vezes se comportam como seres contestadores em busca por autonomia, mobilização, participação crítica e revolução (CASTRO; ABROMAVAY, 2015). Portanto, cresce a esperança de que a partir das potencialidades das juventudes que vivem em cidades no Brasil, os temas mobilizadores do CPQ³ possam ser um dos pilares – dentre muitos outros – que conectem esse público a problematização em relação às práticas alimentares individuais e coletivas e que isto impulse um espaço para o fortalecimento de políticas públicas que envolvam jovens e SAN no Brasil (Figura 1).

Afinal, qual será o papel que as juventudes exercem e podem, ainda, vir a exercer em relação a uma alimentação mais crítica tendo em vista as crises econômica, política, governamental, climática e de fome atuais? E a partir disso, como as potencialidades inerentes aos jovens podem contribuir para essa alimentação mais contextualizada?

Figura 1 – Exemplo de produção artística (Fanzine) do acervo CPQ sobre o tema “Comer é um ato político!”.

³ Disponível em <https://www.comerprague.com.br/temas-mobilizadores/>



Fonte: Comer Pra Quê.

2.4 A alimentação e o consumo como ações políticas

Para compreensão deste cenário de participação mais crítica da juventude em relação às práticas alimentares é importante resgatar o início do pensar diferente sobre alimentação. O movimento Slow Food, criado na Itália em 1986, foi um dos pioneiros a adotar esta perspectiva de criticidade e vem se destacando em diferentes países por sua característica crítica à padronização e a rapidez do ato de comer, dentre outras questões (POULAIN, 2006 apud PORTILHO, 2020). Gradativamente, começou a chamar atenção para questões éticas relacionadas à alimentação, o que levou este movimento a assumir o seu slogan atual “*alimento bom, limpo e justo*” (OLIVEIRA, 2014).

Nos anos 90, um novo modo da sociedade se relacionar com o comer e a comida começou a levar a temática para o âmbito político: as “garfadas” transpareciam experiências subliminares às globais, começando a tecer o processo de maior consciência alimentar de escolhas cidadãs, bem como as consequências do mundo globalizado e suas questões ideológicas envolvidas (BARBOSA, 2009 apud SACHS, 2017). Vale ressaltar que as escolhas por determinadas comidas e preparações feitas por um cidadão crítico até tem base na saúde individual, mas o principal objetivo é posicionar um grupo social que defende pautas

específicas como SAN e DHAA, por exemplo, em oposição a grandes indústrias e práticas do setor agroalimentar nos SA (ABONIZIO, 2016).

Abonízio (2016) destacou ainda as formas do circuito de produção de alimentos, feitas de maneiras solidárias por uma minoria, que representam por si só um ato social e de construção de identidade por meio dos hábitos de consumo. Ressalta-se no entanto a diferença ao se referir ao termo "hábitos de consumo alimentar" quando contextualizado à temática de SAN e DHAA, visto que deslocado desse âmbito, frequentemente remete ao conceito de nutricionismo, o qual há uma supervalorização dos nutrientes dos alimentos e reducionismo da sua representatividade, invisibilizando aspectos sociais, culturais e políticos da alimentação (GLORIA *et al.*, 2021).

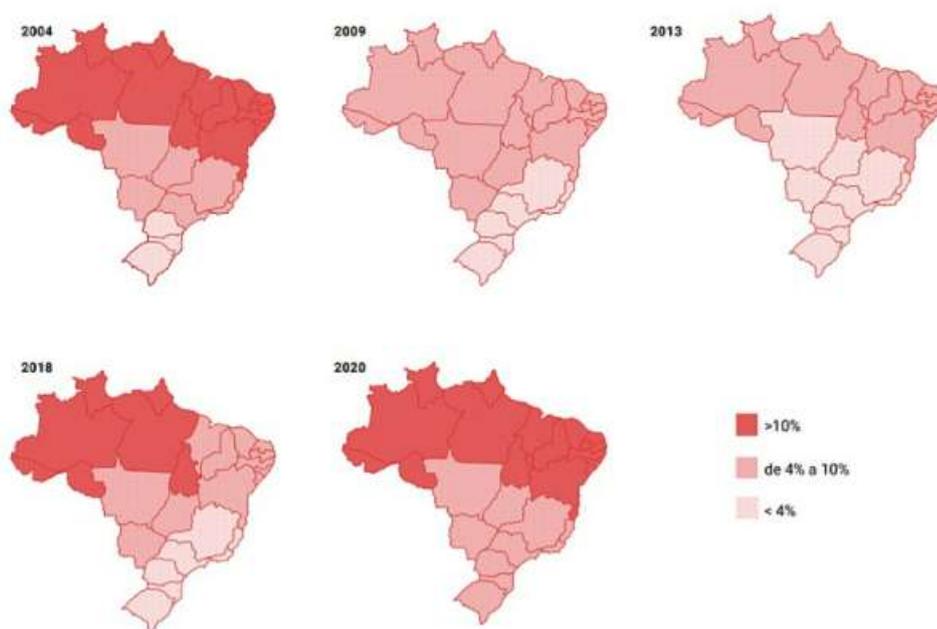
A 2ª edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde em 2014, expressa avanços importantes na forma de compreender o que significa alimentação adequada e saudável no contexto contemporâneo, demarcando a posição de que este é um tema que envolve múltiplas dimensões – ambiental, biológica, cultural, econômica, política e social, e possui inúmeros conflitos e desafios associados (BRASIL, 2014). Este documento oficial até hoje tem sido considerado um avanço nos debates sobre nutrição, visto que é de cunho democrático e popular, faz uma crítica direta aos alimentos ultraprocessados e convida o leitor a repensar o impacto das suas ações nos SA (BARBOSA *et al.*, 2014).

A chamada alimentação politizada, isto é, que critica o modelo político e econômico atual e que se mobiliza contra o cenário de pobreza e fome, também passa a se manifestar sobre as formas de produção e consumo atuais, dando grande importância a fatores éticos envolvidos neste processo, bem como politiza a comida e o comer (BARBOSA *et al.*, 2014; WILKINSON, 2010). Estes cidadãos, considerados como a “2ª geração de ativismo alimentar”, transbordam para ações que levam a repensar formas alternativas de agricultura (pauta ambiental e climática, reforma agrária e modo de vida camponês, riscos da produção alimentar com agrotóxicos, bem-estar animal, entre outros), bem como a rotineira forma de práticas relacionadas ao consumo de alimentos (BECHERI *et al.*, 2022; PORTILHO, 2020).

Outra característica marcante do campo da alimentação e nutrição no Brasil, é a participação da sociedade civil organizada na luta e incidência política em prol da garantia do DHAA e da SAN (PORTILHO, 2020). Por exemplo, o tema da fome está de volta ao debate público após o país ter conseguido sair do Mapa da Fome da ONU em 2014, isto é, fazer parte do grupo de países com menos de 5% de prevalência de subalimentação entre a população (Figura 2) (FAO; IFAD; WFP, 2014; IPEA, 2019). A partir desta situação e do contexto da pandemia de COVID-19, campanhas de doação de alimentos para populações vulneráveis

voltaram a se intensificar em todo o país como uma tentativa de reagir aos 33 milhões de brasileiros que passam fome, houve o fortalecimento de redes de solidariedade em torno da pauta da agroecologia feito por juventudes e a implantação de hortas comunitárias com o objetivo de combater a fome e melhorar o estado nutricional dos moradores de comunidades da cidade de São Paulo protagonizado por uma jovem (PROJETO COMIDA BOA, 2023; NIEMEYER; DA SILVEIRA, 2022; REDE PENSSAN, 2022).

Figura 2- Evolução da fome no Brasil entre 2004 e 2020: população afetada pela IA grave.



Fonte: Rede PENSSAN (2020).

O uso do consumo político voltado a repensar pautas alimentares por movimentos sociais latino-americanos tem sido crescente, principalmente porque a alimentação, a comida e o comer tendem a mobilizar cidadãos (BECHERI *et al.*, 2022; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019). A definição mais tradicional de refere-se à percepção e uso do poder de compra do consumidor cidadão para pressionar mudanças sociais e é utilizado como forma de exercer autonomia e cidadania para escolha de marcas, produtos, produtores e varejistas com base em percepções políticas, éticas ou ambientais (PORTILHO, 2020).

Os cidadãos, de acordo com Stolle, Hooghe e Micheletti (2005 apud PORTILHO, 2020), agindo de forma individual ou coletiva, demonstram entender que o que se compra está imerso a um contexto social e ético, sendo traduzido por ‘política por trás dos produtos’, e que valoriza as relações sociais da forma de produção.

Há 4 formas identificadas de consumo político: a) boicote ou consumo político negativo, o qual há a negação em comprar algo por causas políticas, éticas ou ambientais; b) *buycott* ou consumo político positivo, o qual agrupa ações propositais de compra para incentivar ou favorecer marcas e produtores por seus comprometimentos políticos, éticos ou ambientais; c) ações discursivas ou comunicativas, as quais resultam em protestos, críticas e manifestações públicas (para o lado positivo ou negativo); e d) políticas de estilo de vida⁴, as quais tendem a envolver todas as anteriores, sendo caracterizada como uma forma mais enraizada e radical de alterações nas práticas cotidianas como o veganismo, por exemplo (BECHERI *et al.*, 2022; PORTILHO, 2020; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019; PIIA *et al.*, 2019).

Pode-se ainda compreender o consumo político como “ações individuais coletivizadas” as quais ainda que sejam limitadas para gerar consequências sistêmicas sociais ou políticas, levam à produção e circulação local de recursos normativos, materiais e simbólicos, impulsionando o nascimento de uma “economia moral” que confronta a tradicional (MONTICELLI; DELLA PORTA 2019; DUBUISSON-QUELLIER, 2019). O cidadão crítico se mantém ciente dos riscos associados a determinadas escolhas e define suas práticas alimentares com base em uma ação política individualizada (PORTILHO *et al.*, 2011 apud SACHS, 2017).

2.5 Uma visão do todo: sob a ótica das juventudes nas práticas de consumo alimentar

Fazendo um mergulho internacional e breve (necessário para a compreensão do envolvimento das juventudes com as práticas alimentares críticas), os jovens universitários estadunidenses começaram a se rebelar anos após a Revolução Verde, visto que este acontecimento marcou a modernização tecnológica massiva da agricultura global, resultando na geração de novos hábitos de consumo, a industrialização da agricultura e alimentação (SANTOS, 2021).

O meio de expressar essa manifestação foi construir caminhos para que o consumo de alimentos mais saudáveis e naturais fossem inseridos em uma economia com base solidária *versus* o modelo hegemônico que estava impondo a comida industrializada na época

⁴ Para referir-se à modalidade “políticas de estilo de vida” optou-se neste estudo por adotar o termo “engajamento com a politização da alimentação”, tendo em vista que autores como Bourdieu consideraram o conceito de estilo de vida como um demarcador simbólico das diferenças entre classes (BRAGA *et al.*, 2017).

(KAUFFMAN, 2018). Apesar de ter sido uma experiência pós Revolução Verde nos Estados Unidos, é possível ver um cenário semelhante nos dias atuais

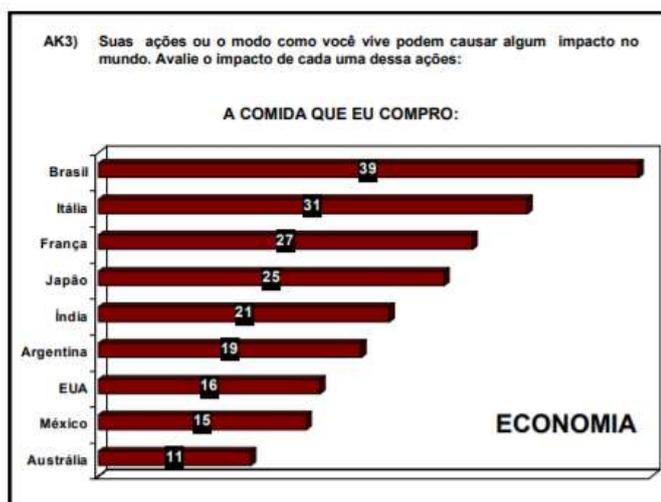
Entre os anos 60 e 70 nos Estados Unidos, diversas iniciativas de produção de alimentos orgânicos e cooperação de consumo surgiram como formas de aproximar produtores e cidadãos, e por meio do alto engajamento dos universitários nestas ações, comer tornou-se um ato político (KAUFFMAN, 2018). No Brasil o contexto sociopolítico era de ditadura militar e as questões alimentares estavam mais voltadas à pobreza e subnutrição neste momento (VASCONCELOS, 2005 apud SANTOS, 2021).

O período de transição política brasileira entre 74 e 85 foi marcado por um grande confronto entre aqueles que defendiam a manutenção da ditadura e os que almejavam a democratização como o Movimento Estudantil. Muitos jovens foram às ruas protestar neste momento como forma de mobilização contra o governo (MARTINS; RUIZ, 2015). Com o processo de abertura política, a SAN começou a fortalecer-se como pauta, tendo consequências importantes como a criação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) nos anos 90 (SANTOS, 2021).

Nos anos 2000, a pesquisa “Os jovens e o consumo sustentável: construindo o próprio futuro?” (INSTITUTO AKATU, 2001) realizada com diversas juventudes do mundo demonstrou que os brasileiros são os que mais se interessam pelo tema consumo⁵. Os brasileiros entrevistados na época foram, entre todos os países, os que mais consideraram que a comida que compravam poderia impactar a economia e o meio ambiente do país (Figuras 3 e 4). Dentre estes, 44% admitiram que a forma como utilizavam a água afetava o meio ambiente, o que demonstra que reconhecem as consequências das suas formas de consumo.

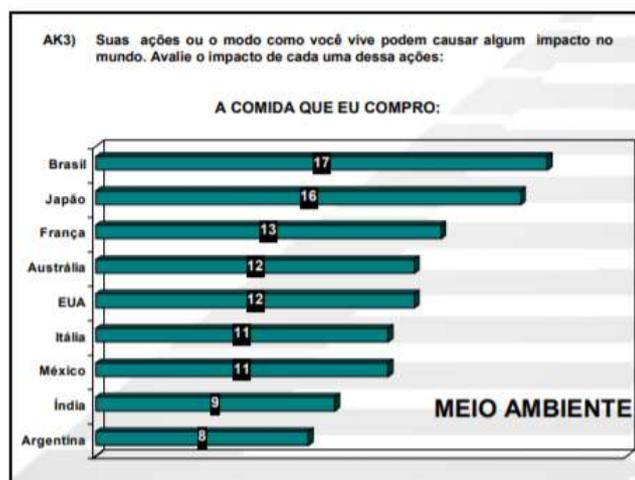
Figura 3 – Jovens brasileiros e o impacto da compra da comida para a economia.

⁵ O consumo no contexto desta pesquisa se concentrou estritamente ao perfil de compra.



Fonte: Instituto Akatu (2001)

Figura 4 – Jovens brasileiros e o impacto da compra da comida para o meio ambiente.



Fonte: Instituto Akatu (2001)

A situação socioeconômica, principalmente dos jovens, também parece relevante para repensar seus hábitos de consumo (NEGRETO, 2013). Impulsionado pela pandemia de COVID-19, um levantamento realizado pelo DataSenado (2020) demonstrou que 68% dos brasileiros foram impactados com a redução de renda durante o período crítico de propagação do vírus, o que também influenciou negativamente o trabalho formal das juventudes devido à redução do número de vagas para jovens aprendizes, estagiários e auxiliares.

Por outro lado, com o avanço do acesso à internet e meios digitais, o que torna o acesso à informação uma realidade para muitos, o conhecimento e a comunicação estão sendo capazes de empoderar cidadãos em suas decisões (CAVALHEIRO; BAREIA; MALVEZZI,

2021). De acordo com o Instituto Akatu (2003 apud SACHS, 2017), isso possibilita que a sociedade se sinta mais afetada por questões relacionadas à produção, manifestando-se por questionamentos, posições críticas, protestos e boicotes.

Estas práticas de ativismo mostram-se cada vez mais comuns também no meio digital, como os movimentos “Segunda Sem Carne” e “Lixo Zero” (CAVALHEIRO; BAREIA; MALVEZZI, 2021). Sobre o primeiro, de acordo com Nunes (2010), os jovens parecem ser protagonistas, visto que o público vegetariano típico da região Metropolitana de São Paulo é formado em sua maioria por juventudes. Já a segunda iniciativa citada foi pensada como uma tentativa de diminuir o uso de descartáveis, estimulando uma forma de Economia Circular, isto é, os resíduos passam a ser considerados recursos (INSTITUTO LIXO ZERO BRASIL, 2022).

Outros exemplos de ativismos digitais relacionados à alimentação são os aplicativos “Buycott” e “Desrotulando”, os quais os cidadãos podem acessar pelo código de barra dos produtos as suas composições nutricionais, bem como a forma de produção e o histórico da empresa fabricante. A própria sociedade adiciona de forma colaborativa as informações e, no caso do aplicativo “Buycott” é possível dar início a uma campanha de mobilização de um produto, aproximando o público jovem destas temáticas (SCHNEIDER *et al.*, 2017).

Algumas iniciativas brasileiras que contemplam públicos diversificados (jovens e adultos) são a campanha “Agrotóxico Mata”, que mobiliza a população contra o uso de inseticidas (CONTRA OS AGROTÓXICOS, 2022) e o “Banquetaço”, que frequentemente reúne chefs de cozinha e a sociedade civil para cozinhar gratuitamente para a população, dando visibilidade às questões alimentares e reivindicando o DHAA com o objetivo de pressionar o poder público (GAMA, 2019).

Ressalta-se a importância desse movimento desde a motivação para o seu surgimento em 2017. Na ocasião, a sociedade civil se mobilizou contra um projeto do prefeito de São Paulo para incluir alimentos ultraprocessados na alimentação escolar, a qual também seria distribuída à população em situação de rua. Em 2019, mais de mil pessoas realizaram um ato para protestar contra a extinção do CONSEA pelo governo da época (2019-2022). Um fato importante a ser destacado é que toda a mobilização realizada em torno do Banquetaço foi feita via grupos do Facebook e Whatsapp, mostrando a alta capilaridade das iniciativas e a aproximação, mais uma vez e não por acaso, com espaços bem dominados por jovens (AZEVEDO; DORIA, 2019).

Em 2023, o novo governo (2023-2026) restituiu o CONSEA e um novo Banqueteação foi convocado por ativistas e defensores do DHAA da sociedade civil para chamar atenção para o aumento da fome e IA no Brasil, bem como celebrar a retomada do conselho e das políticas públicas de SAN (FIAN BRASIL, 2023).

Nesta perspectiva, em congruência com o explicitado por Santos (2021), formas de consumo de alimentos mais conscientes também têm crescido no Brasil, como as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA). Estas são organizações de suporte mútuo entre produtores e consumidores, muitos do meio urbano, os quais o grupo que consome compartilha os custos da produção agrícola do produtor por 1 ano, recebendo parte ou a totalidade dos alimentos produzidos pelo mesmo. Desta forma, há a diminuição de riscos e flutuações de mercado por parte do produtor, bem como o acesso a alimentação justa e de qualidade pelos cidadãos (CSA BRASIL, 2022).

2.5.1 O surgimento da terminologia alimentação consciente e politizada

O consumo é um processo social relacionado a diversas esferas na sociedade e com frequência é relacionado, nos estudos acadêmicos e senso comum, a escolhas meramente individuais (NUNES, 2010). Especialmente no caso brasileiro, foi desenvolvido um conceito associado à noção de cidadania afastado do “pensar coletivo” e que valoriza o hiperconsumo. Em substituição ao lugar de cidadão, ganhou espaço a função de mero consumidor (muitas vezes chamado como usuário), marcando o acesso ao consumo, mas não o direito à cidadania (BECHERI *et al.*, 2022; PORTILHO, 2005, p. 181).

Esta sensação de apatia é explicada, em partes, pela própria política brasileira que tem traços mercadológicos (CANCLINI, 1997). De acordo com Portilho (2005, p. 183):

“O conformismo generalizado, a perda do espaço público, o declínio da política e a aversão à limitação e à autolimitação têm como resultado a apatia e o sofrimento humano, gerando incerteza, insegurança e falta de garantias quanto ao futuro” (PORTILHO, 2005, p. 183).

A provocação feita é que, na condição de usuário, o cidadão tem sido reconhecido por ter uma “obrigação moral de consumir” passando a ser seu dever agir desta forma, o que o reduz ao papel de consumidor e o coloca em um lugar passivo na esfera do consumo

(BECHERI *et al.*, 2022; PORTILHO, 2005, p. 184). Alinhado a esta crítica Canclini (1997) propôs a desconstrução da ideia de que o comportamento destes atores sociais é irracional e alienado, trazendo à tona que podem ser críticos, isto é, “aqueles que são capazes de pensar para além da racionalidade utilitária”. Murphy (2001), ainda que com estudos voltados para questões ambientais, considerou que a raiz dessa problemática sobre a percepção da passividade “usuária” não está na esfera da produção mas sim do consumo, por acreditar que é por meio das escolhas e demandas do cidadão que se pode mudar o sistema produtivo.

Ainda para Canclini (1997) há três formas que, integradas, são capazes de resgatar a articulação entre consumo e cidadania: a) uma grande e diversificada oferta de bens e mensagens que representem a variedade cultural, com acesso equitativo às maiorias; b) informação confiável e que é aplicável a diferentes direções sobre a qualidade dos produtos com controle feito pelos próprios consumidores; e c) participação democrática dos principais representantes da sociedade civil na cadeia produtiva (do controle de qualidade dos alimentos até a publicidade e propaganda radiológicas e televisivas).

Um exemplo prático para a *politização do consumo* (quando a sociedade incorpora a consciência social e ética nas relações de produção e promove ações coletivas na esfera pública) é a criação de cooperativas de consumo. Este formato de organização permite que os consumidores, ainda que parcialmente, encontrem uma rota alternativa para as relações de exploração no âmbito do consumo e, na tentativa de competir com os preços dos mercados tradicionais, podem gerar condições para a renegociação das condições de consumo em comunidade (PORTILHO, 2005, p. 198).

Destaco aqui ainda a dificuldade em encontrar definições únicas para as modalidades de consumo. Contudo, em congruência com o explanado até o momento, os termos “consumo consciente”, “consumo responsável” ou “consumo sustentável”⁶ são comumente utilizados como sinônimos (DA HORA, 2013; FONTENELLE, 2010 apud SACHS, 2017) e tendem a dialogar com o “consumo político”, sendo este último derivado diretamente do ativismo alimentar, isto é (AZEVEDO, 2015, 2017; COUNIHAN; SINISCALCHI, 2014):

“(…) a ideia de discursos e ações de pessoas e grupos que se dedicam a elaborar uma crítica ao sistema agroalimentar visando torná-lo mais democrático, sustentável, saudável, ético com relação aos animais não-humanos, de melhor qualidade,

⁶ De acordo com Fontenelle (2010), o consumo sustentável tem intenção de evitar que os recursos naturais acabem, ao passo que o responsável objetiva não causar danos ao meio ambiente. Após este estudo tende-se a apoiar a ideia de Fernandes (2012) o qual pontua que o consumo consciente é o mais abrangente dos conceitos pois interliga todos os outros dois.

que valoriza receitas tradicionais e outros temas correlatos” (AZEVEDO, 2015, 2017; COUNIHAN; SINISCALCHI, 2014).

As três primeiras terminologias compartilham uma base teórica comum: o acesso à informação do que está sendo comprado, levando em consideração a ética e a sustentabilidade nas escolhas individuais, destacando-se os aspectos positivos e negativos do ato de consumo (DA HORA, 2013).

Ainda que muitas vezes o termo ‘consumo’ seja relacionado a algo maléfico, nos dias atuais considera-se como uma ação capaz de envolver a sociedade com a cultura do seu próprio tempo, isto é, quando o que é adquirido não é encarado simplesmente para a satisfação de determinadas necessidades físicas, emocionais, espirituais ou para manutenção do sistema econômico em que o indivíduo está inserido (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004).

Para Fernandes (2012) as ideologias inseridas no consumo consciente contemplam tecnologia, cultura, atitudes, crenças e a vida em sociedade, destacando a complexidade e abrangência teórica. Complementando o consumo político⁷, o consumo consciente convida a população a problematizar e repensar *“Por que comprar? O que consumir? De quem comprar? Quanto é realmente necessário? Como produzir, transportar e comprar? Como usar? Com que energia essa demanda será sanada? Como descartar?”* (SILVA et al., 2012; INSTITUTO AKATU, 2003).

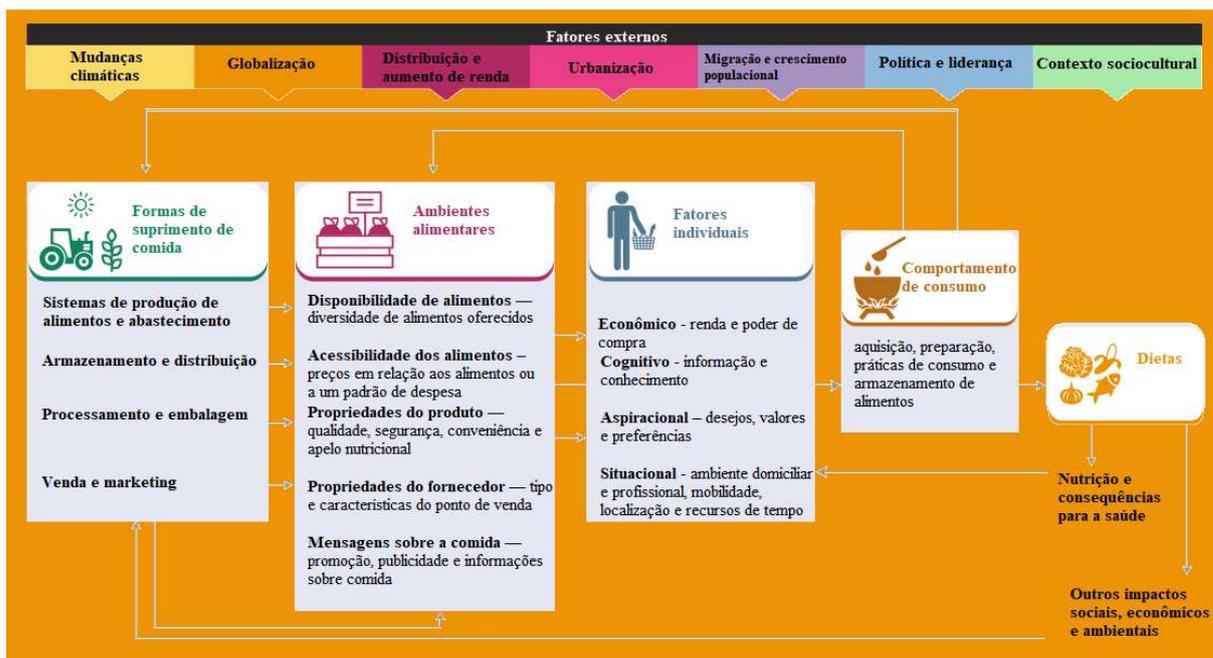
A alimentação refere-se à ingestão de nutrientes, mas também à origem deles, como são preparados e combinados entre si, as formas e modos de comer e deve levar em consideração as dimensões ambiental, biológica, econômica, política, cultural e social das práticas alimentares (BRASIL, 2014). Em congruência, o MREAN (2012) ressalta que as ações relacionadas ao ato de comer devem abranger temas e estratégias relacionadas aos SA em sua integralidade (do acesso à terra por quem planta a destinação de resíduos do processo produtivo, seja doméstico ou industrial) para que os indivíduos consigam fazer escolhas mais conscientes.

Partindo destes universos conceituais e entendendo que a alimentação está presente em todas as etapas dos SA, envolve diversas práticas (desde a escolha por plantar seu próprio alimento até a preocupação com o desperdício de alimentos) e que deve, como um exercício de cidadania, envolver o consumo consciente e político, optou-se nesse estudo por extrapolar

⁷ Refere-se a preocupação com fatores não-econômicos do mercado, isto é, relacionado a direitos humanos e de animais, solidariedade global e responsabilidade ambiental (MICHELETTI, 2003 apud NUNES, 2010).

o uso do termo ‘consumo’ e adotar a terminologia ‘**alimentação**’ **consciente e politizada** ao dialogar sobre a temática e relacionar as variadas ações que podem estar inseridas neste contexto (Figura 5).

Figura 5 – Composição dos sistemas alimentares e a extrapolação das temáticas da subcategoria “comportamento do consumo” no presente trabalho.



Fonte: Adaptado de Fanzo *et al.* (2020)

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Compreender o que pensam e fazem jovens que vivem em cidades urbanas em relação à alimentação com vistas a produzir material educativo digital voltado a mobilização da reflexão e ação sobre alimentação consciente e politizada com as juventudes.

3.2 Objetivos específicos

- Analisar o que pensam e fazem jovens urbanos em relação à alimentação de forma contextualizada com suas realidades;
- Identificar estratégias de sensibilização e mobilização de jovens para reflexão e atuação no campo da alimentação;
- Elaborar material educativo com propósito de inspirar e mobilizar juventudes à reflexão e ação no âmbito da alimentação consciente e politizada.

4 METODOLOGIA

4.1 Contextualização

Este trabalho está vinculado ao Movimento Comer Pra Quê (CPQ), um projeto interinstitucional voltado ao público jovem de 15 a 29 anos com o objetivo de despertar a consciência crítica sobre o universo da alimentação.

Cabe mencionar que este estudo, caracterizado como um eixo do Projeto de Pesquisa “Educação Alimentar e Nutricional com juventudes: mobilização, redes e cooperação institucional”, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 36202620.1.1001.5148) e recebeu parecer de nº 5.131.345. Foram respeitados os preceitos éticos descritos na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, como a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todas as pessoas participantes (Apêndice A)

4.2 Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo de natureza exploratória, descritiva e analítica, com uso de métodos e técnicas da pesquisa qualitativa.

Foram realizadas entrevistas individuais com jovens que se declararam envolvidos com a alimentação consciente em cidades urbanas brasileiras. A técnica utilizada foi a Entrevista Compreensiva, caracterizada por uma ampla troca comunicativa entre o pesquisador e o pesquisado (verbal, sem imposições moralistas, não limitada a dicotomia pergunta-resposta e proporcionando espaço para o entrevistado realizar encadeamento de reflexões e interpretações), com apoio de um roteiro de questões semiestruturadas (FERREIRA, 2014; KAUFMANN, 2013). Devido ao enfrentamento à pandemia de COVID-19, todas as atividades foram conduzidas em ambiente virtual.

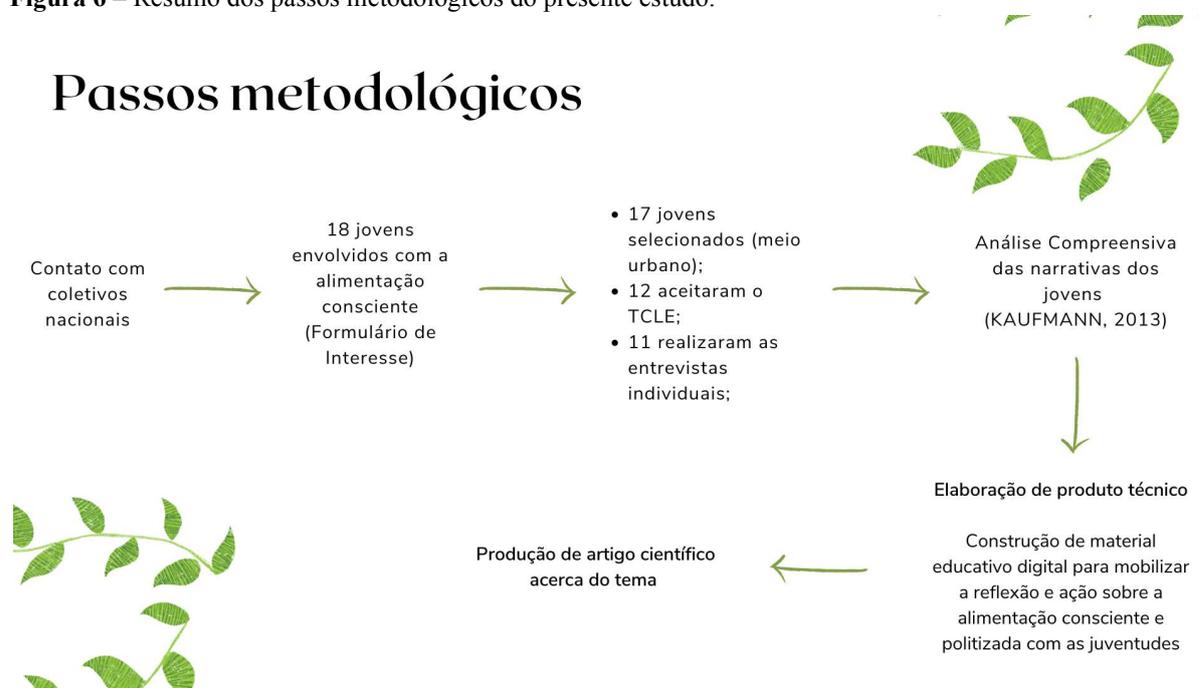
As entrevistas foram gravadas e transcritas para em seguida ser realizada a Análise Compreensiva das narrativas dos jovens na intenção de buscar os núcleos de sentido das falas e encontrar as convergências e divergências de suas percepções e práticas sobre a alimentação consciente e politizada (KAUFMANN, 2013). Desta maneira, buscou-se durante as entrevistas integrar os elementos da realidade dos sujeitos e os relacionar às conexões que os próprios entrevistados percebiam presentes dentro dos seus universos (JUNIOR; FERREIRA, 2010)

A partir da Análise Compreensiva das entrevistas (KAUFMANN, 2013; JUNIOR; FERREIRA, 2010), quatro categorias emergiram, as quais foram inspiradas no arcabouço teórico das modalidades de consumo político (BECHERI *et al.*, 2022; PORTILHO, 2020; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019; PIIA *et al.*, 2019). Esta ótica permeou toda a análise das falas.

4.3 Etapas metodológicas da pesquisa

A seguir será apresentado um resumo dos passos metodológicos do estudo (Figura 6).

Figura 6 – Resumo dos passos metodológicos do presente estudo.



4.3.1 Primeira etapa – contato com coletivos

Para divulgação e mobilização para participação na pesquisa foi realizado mapeamento e contato com 184 coletivos nacionais que se relacionavam com juventudes brasileiras envolvidas com a alimentação consciente na cidade (Apêndice B). Apresentou-se a pesquisa e foi feita a solicitação de divulgação do link do formulário para os jovens que se interessassem em participar do estudo (Apêndice C).

4.3.2 Segunda etapa – formulário de interesse

De setembro a novembro de 2021, 18 jovens responderam estar envolvidos com a alimentação consciente na cidade por meio do Formulário de Interesse em participar da pesquisa (Apêndice C).

Para seleção dos participantes foram adotados os seguintes critérios de inclusão: assinar o TCLE, se declarar envolvido com a alimentação consciente no meio urbano, ter de 18 a 29 anos, acesso estável à internet, câmera funcionando no equipamento de tecnologia (celular, tablet ou computador) e, de preferência, possuir algum vínculo institucional. Dos 18 jovens inscritos, 17 foram selecionados, sendo um jovem excluído por praticar alimentação consciente na zona rural.

4.3.3 Terceira etapa – entrevista individual

O contato com os jovens ocorreu em novembro de 2021 por meio do aplicativo Whatsapp. Dos 17 selecionados, 12 jovens assinaram o TCLE, bem como preencheram o Formulário de Reconhecimento (Apêndice D). Um destes desistiu no momento da confirmação da data de entrevista relatando que refletir sobre alimentação consciente era um tema sensível para a sua realidade de vida atual, tendo em vista a vulnerabilidade financeira e alimentar que estava enfrentando durante a pandemia COVID-19.

As entrevistas (n=11) aconteceram de 24 de novembro a 10 de dezembro de 2021 por meio da plataforma Google Meet e foram guiadas por um roteiro (Apêndice E). Previamente a todas, foi feita a leitura dos Formulários de Reconhecimento preenchidos pelos jovens seguida de anotações importantes para levar em consideração no momento da entrevista e escuta sensível (BARBIER, 1998).

Entre uma entrevista e outra foram feitas anotações em um caderno de campo com elementos relevantes das falas e *insights* de análise, bem como convergências e divergências entre as respostas dos jovens (BRANDÃO, 2007). Com essa estratégia de anotações entre as entrevistas foi possível ajustar a linguagem das perguntas para melhor entendimento dos entrevistados, gerar maior aproximação com os sujeitos e facilitar a comunicação verbal e não-verbal (FERREIRA, 2014). As entrevistas foram realizadas em seis dias diferentes, com até quatro acontecendo no mesmo dia.

4.4 Metodologia para elaboração do produto técnico

A elaboração de um produto técnico é um requisito para a conclusão do Mestrado Profissional do PPGSAN com o objetivo principal de desenvolver produtos que vislumbram atender demandas sociais, profissionais ou institucionais nos diferentes cenários de SAN com base na pesquisa realizada.

O produto técnico deste estudo consistiu na elaboração de um e-book para mobilizar a reflexão e ação sobre a alimentação consciente e politizada com as juventudes. Para isto foram considerados elementos que emergiram das entrevistas individuais semiestruturadas com ênfase em estratégias de sensibilização e mobilização com jovens.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Quem são as juventudes participantes do estudo?

Do total de jovens que se declararam envolvidos com a alimentação consciente na cidade e aceitaram participar da pesquisa (n=12), 10 (83,3%) se identificaram como do gênero feminino, 1 (8,3%) como masculino e 1 (8,3%) como outro. O estudo contou com a participação de jovens das 5 regiões brasileiras, ainda que com maior concentração na região sudeste (58,3%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição regional e graduação, quando existente, dos jovens que aceitaram participar da pesquisa. Em verde, cidades da região sudeste; em azul, região sul; em rosa, região nordeste; em laranja, região norte e em amarelo, região centro-oeste.

Jovem	Graduação	Cidade	Município
M. M.	Nutrição	Minas Gerais	Juiz de Fora
G. G.	Engenharia Ambiental	Rio Grande do Sul	Sarandi
Z. N.	(1)	Ceará	Maracanaú
L. B.	Nutrição	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
L. P.	Farmácia	Rio de Janeiro	Quissamã
G. S.	Nutrição	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
B. F.	-	Pará	Belém
M. S.	Geografia	Rio de Janeiro	Mesquita
J. C.	(1)	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
J. L.	Nutrição	Brasília	Distrito Federal
T. F.	Nutrição	Rio de Janeiro	Guapimirim
L. L.	Nutrição	Alagoas	Pilar

(1) possui ensino superior, mas não especificou o curso.

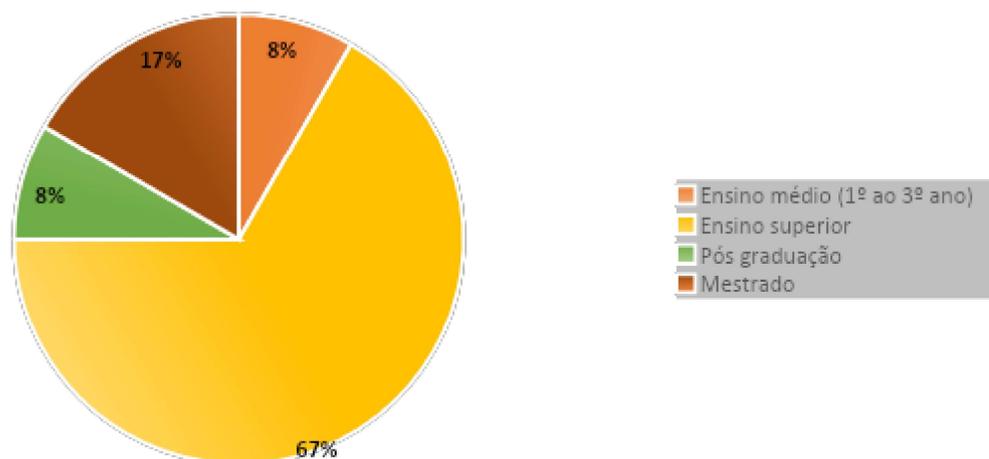
Fonte: Autoria própria. BILRO, 2023.

Destes, 58,3% informaram ter entre 21 e 25 anos, 25% entre 26 e 29 anos e 16,6% entre 18 e 20 anos. Quanto à cor/raça, a maior parte se declarou como branca (33,3%), seguida de preta e parda (representatividade de 25% cada) e amarela (16,6%). Todos relataram ter estado civil solteiro.

Quanto ao nível de escolaridade, a maior parte dos jovens (67%) relataram estar cursando ou ter concluído o ensino superior (Gráfico 1). Em relação a ocupação exercida, 41,6% só estudava, 41,6% trabalhava e estudava e 16,8% trabalhava ocasionalmente (*bicos* ou *freelancer*).

Gráfico 1 – Escolaridade das juventudes pesquisadas.

N



Dos que exerciam atividade econômica, 25% recebia até 1 salário mínimo, tinha trabalho *com carteira assinada* e ajuda financeira para se manter; 25% recebia até 1 salário mínimo, tinha trabalho *sem carteira assinada* e ajuda financeira para se manter; 8,3% ganhava até 1 salário mínimo, tinha trabalho com carteira assinada, ajuda financeira para se manter mas também ajudava financeiramente em casa (4 moradores viviam no domicílio, incluindo o respondente) e 8,3% recebia de 1 até 3 salários mínimos, tinha trabalho com carteira assinada e considerava que conseguia se manter sozinho. Vale ressaltar que 75% das juventudes relataram não participar de nenhum coletivo relacionado à alimentação consciente.

Predominantemente o grupo estudado se identificava como pertencente ao gênero feminino, residente da região sudeste do Brasil, entre 21 e 25 anos, da cor branca, solteira, que já atingiu o ensino superior, que só estudava ou que estudava e trabalhava (neste caso recebia até 1 salário mínimo mensal) e era dependente de ajuda financeira para se manter. Além disso, não estava engajada com nenhum coletivo voltado à alimentação consciente e politizada.

5.2 Aprofundando olhares: a voz dos jovens que vivem em cidades urbanas sobre a alimentação consciente e politizada

Em congruência com o relatado por Ferreira (2014), por diversas vezes durante as entrevistas pode-se perceber o quanto possibilitaram os entrevistados encadear reflexões e interpretações que possivelmente nunca haviam sido formuladas antes – ao menos não com tamanha concretude, os convidando (indiretamente) a reconsiderar a teoria e prática.

Partindo dos pressupostos da Entrevista Compreensiva foi realizado um exercício constante de criar, recriar e manter um clima confortável e de confiança durante todos os diálogos, principalmente em respeito às diferentes vivências, realidades e histórias que se apresentavam (KAUFMANN, 2013).

O “ter consciência” nas práticas alimentares está longe de ser algo único, fixo e rígido, muito pelo contrário: é relativo, plural, dinâmico e se mantém em desenvolvimento. Grinberg (1997, p. 70) relata com clareza esse fato em:

“A consciência forma-se a partir do inconsciente e vai se desenvolvendo progressivamente, de acordo com alguns padrões (arquétipos). Não somente o corpo (como os órgãos, músculos, sistema nervoso e cérebro) evolui, mas também a consciência. Como se ela fosse um ‘órgão’ invisível que também cresce, desenvolve-se, adoece, necessita de cuidados e transforma-se ao longo de nossas vidas” (GRINBERG, 1997, p. 70)

5.2.1 Para pensar. o que fazem?

As práticas e comportamentos relacionados à alimentação consciente realizadas por cada um dos jovens foram listados no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo das práticas e comportamentos relacionados à alimentação consciente e politizada dos jovens estudados.

Jovem	Práticas e comportamentos relacionados à alimentação consciente
M. M.	É vegetariana, se preocupa em conhecer o que está ingerindo, além dos impactos sociais e ambientais causados pelo processo de produção dos alimentos.
G. G.	Planta seus próprios alimentos e estuda Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável.
Z. N.	Já produziu verduras em casa e costuma variar os grãos da alimentação.
L. B.	Compra alimentos diretamente com os pequenos produtores ou da agricultura familiar.
L. P.	Adota a segunda sem carne.

G. S.	Ensina as pessoas por rede social que é possível se alimentar melhor.
B. F.	Lê periódicos e guias sobre nutrição para mudança de atitude alimentar.
M. R.	Faz pesquisa sobre alimentos, consome cestas da agricultura familiar e de feiras locais e possui horta doméstica com alguns temperos e alimentos.
J. C.	Está à procura de desempenhar práticas alimentares mais conscientes.
J. L.	Faz parte de uma horta comunitária e de um grupo de estudos em segurança alimentar e soberania alimentar e nutricional.
T. F.	Reserva tempo na semana para organizar alimentação, evitar desperdícios alimentares e aproveita alimentos integralmente em preparações (cascas...).
L. L.	Desembala menos e descasca mais.

Fonte: Autoria própria. BILRO, 2023.

A mudança em relação às práticas da alimentação consciente e politizada estão alinhadas ao que Paulo Freire propôs a partir de seu caminho metodológico em um mecanismo de ação-reflexão-ação, onde as pessoas devem ser levadas à percepção de autores de suas próprias histórias, se conscientizando e se fortalecendo para mudar suas práticas (HEIDEMANN *et al.*, 2017).

Fazendo o exercício de criar um paralelo ao exposto no parágrafo anterior, é como se após os jovens serem sensibilizados por alguma experiência (causas de pequenos agricultores, relações éticas de trabalho, respeito aos ciclos da natureza), ocorresse uma descoberta, um despertar sobre o assunto, ampliando a consciência e impulsionando atitudes e escolhas cotidianas diferentes das lógicas convencionais.

Adiante, partindo das práticas e comportamentos relacionados à alimentação que os jovens mantinham (Quadro 1), da busca dos núcleos de sentido das suas falas, bem como das convergências e divergências em relação às suas práticas de alimentação consciente e politizada (KAUFMANN, 2013), analisarei suas narrativas a partir de quatro categorias conceituais: *a ampliação da consciência a partir do engajamento politizado com a alimentação, os impactos envolvidos nas relações e processo de produção de alimentos, comer como um ato político e suas perspectivas sistêmicas e práticas alimentares com propósito e invisibilidades.*

5.2.1.1 Ampliação da consciência a partir do engajamento politizado com a alimentação

O engajamento com a politização da alimentação é apontado como a modalidade mais radical do consumo político por desenvolver compromissos mais profundos com causas específicas e fazer modificações em práticas cotidianas (PORTILHO, 2020; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019; PIIA *et al.*, 2019). Neste contexto insere-se o veganismo (a ausência da utilização/consumo de tudo de origem animal) e, possivelmente, o vegetarianismo – e suas mais diversas subcategorias (certa flexibilização quanto à utilização/consumo de produtos de origem animal) e o movimento “segunda sem carne”, por exemplo.

Nessa perspectiva, M.M. ao ser perguntada sobre o que entendia como alimentação consciente e o que praticava sobre, relatou:

“Eu me tornei vegetariana ano passado [2020]... em 2019 eu fui diminuindo o consumo, pesquisando mais sobre isso, e aí acho que com isso tudo fui inserida numa alimentação mais consciente, mais sustentável, assim. E pensar sempre em como melhorar, [o importante] é saber o que você está comendo, de onde vem, sabe? Aí eu fiquei muito mais atenta nisso.”
(M.M.)

É interessante perceber o quanto a reflexão e ampliação da consciência sobre a alimentação refletiu na sua identificação como agente político no mundo, ao passo que narra sua própria história. Este fato se repetiu ao longo das entrevistas, evidenciando a necessidade e natureza de pertencimento das juventudes (CASTRO; ABRAMOVAY, 2015).

Fazendo um paralelo com a concepção de alimentação consciente e politizada apresentada no referencial teórico, M.M. associou sua decisão pelo vegetarianismo à preocupação com o meio ambiente (se manter atenta a empresas e produtos alimentares que se preocupam com o gasto hídrico) e a sociedade (comprar de pequenos agricultores e o quanto isto pode ser melhor e mais justo para ambas as partes), exercendo um consumo político positivo (*boycott*) como citou em “eu realmente consumo de pequenos produtores, né?”

Realmente para estimular.” (M.M.) (BECHERI *et al.*, 2022; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019).

É curioso, no entanto, o quão abrangente e complexo são as mudanças geradas pelo engajamento com a politização da alimentação dentro do contexto das pessoas entrevistadas e o quanto isto é capaz de gerar interrogações nos próprios jovens que as vivenciam. Em vários momentos, M.M. considerou que evitar o uso de embalagens plásticas era uma das suas práticas relacionadas à alimentação consciente, no entanto, por um instante durante a entrevista se perguntou, pensou e reformulou em sequência: “Eu não sei se isso entra dentro da alimentação consciente, mas... com certeza, assim, pensando sobre o plástico [essa é uma dificuldade pra mim]”.

Em congruência com o abordado por Becheri *et al.* (2022) sobre a prática de consumo político positivo (*buycott*) e do engajamento com a politização da alimentação, L.P. era adepta do “segunda sem carne” e priorizava a compra de pequenos agricultores, respectivamente. Quando demonstrado interesse pela escuta de suas práticas e seu entendimento sobre o assunto contou sobre o desenvolvimento da sua consciência:

“Eu aprendi que a alimentação consciente não estava só no comer certo, como a gente fala, saudável, mas também em toda a logística que a gente busca o nosso alimento, né? Eu não tinha essa consciência” (L.P.)

Alinhado com conhecer “toda a logística do alimento” (L.P.), ao referir-se ao consumo de carne e seu impacto no planeta, T.F. também demonstrou seu engajamento com a politização da alimentação (BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019). “Acho isso inviável para mim” (T.F.) foi ilustrado por sua próxima fala: “a questão da carne, que, tipo, a gente desperdiça muito com água, queimando o solo que poderia produzir outras coisas” (T.F.)

“A alimentação está ligada a várias outras coisas, como meio ambiente, água, custo, desperdício. Parece que comer

é uma coisa simples, mas não é, tem muitas coisas envolvidas. Inicialmente eu virei vegana exatamente por isso... eu acho que a questão da carne, principalmente, tipo, desmatamento para abrir pasto, acho isso inviável para mim.” (T.F.)

Principalmente quando os jovens relataram o forte desejo por alcançarem as mudanças relacionadas ao engajamento com a politização da alimentação, alguns compartilharam os desafios imersos a esta prática no dia a dia. Este fator parece ter relação com a exigência de intensa modificação do comportamento dos sujeitos implicados com esta categoria de consumo político (BECHERI *et al.*, 2022; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019).

Neste sentido, M.R. expressou que almejava e achava justo fazer a transição para a ausência do consumo de carne ao relatar que “Eu acho super válido, justo, gostaria muito de ser, mas tenho um pouco de dificuldade” (M.R). Sob a mesma ótica, J.C. encontrou sentido em ter uma alimentação mais consciente e politizada, ainda que esteja com dificuldade de transitar da teoria para a prática, mas com propensão a diminuir o consumo de carne:

“Eu sei o que comer, o que é certo para comer, entendeu? Tipo assim, eu sei o que é a alimentação saudável, né? Mas na hora de agir, eu não consigo (...) Por exemplo, a gente tem a ciência, tipo, a consciência de comer o certo, mas na hora de agir a gente não age. Por exemplo, o café da manhã saudável: tipo, às vezes eu tomo só um cafezinho e vou embora. Eu tenho a ciência da alimentação consciente, entendeu? (...) tenho uma amiga que não come carne (...), então eu vejo que a alimentação dela já é bem diferenciada. E aí eu fico a vendo, então eu queria tentar [e conseguir], mas não consigo.” (J.C.)

Ainda em um processo de alcançar um ideal de comportamento e descobrir sua auto-identidade, J.C. se diferenciou dos demais jovens ao relatar que não havia realizado nenhuma

modalidade de consumo político até o momento, apesar do desejo de engajamento. Ao refletir sobre seu cenário alimentar, J.C. compartilhou estar sendo influenciada por uma amizade para diminuir o consumo de carne, contrapondo L.P. a qual já estava mais avançada no processo de desenvolvimento e prática da consciência em relação ao consumo de carne (MALEK *et al.*, 2017; LOUIS *et al.*, 2009; GRINBERG, 1997, p. 70).

As tentativas de J.C. para ter uma “alimentação diferenciada” é congruente com o conceito estudado por Hamilton *et al.* (2018), Malek *et al.* (2017) e Louis *et al.* (2009), o qual defendem que o comportamento humano aplicado ao ato de se alimentar pode ser pautado em normas subjetivas, comportamentos percebidos ou por meio da auto identidade.

Malek *et al.* (2017) apontam que as normas subjetivas dizem respeito à pressão social que os jovens convivem e são expostos. Isto inclui o poder de influência dos grupos de referência sobre sua própria alimentação (familiares, amigos, professores, profissionais da saúde), cenário parecido com o que J.C. parece ter contato (BARBOZA, S. I. S.; MOTA, F. P. B.; ALVES, J. S, 2021).

Os comportamentos alimentares são consequência da história e do contexto de vida de cada indivíduo, que constrói suas práticas de acordo com as condições, vivências e relações, individuais e coletivas, e que certamente seguirão sendo construídas (COELHO; PIRES, 2014). Por outro ponto de vista, o comportamento percebido relaciona-se com a confiança em si próprio para adotar determinada lógica alimentar, gerando debate quanto a sua auto identidade, isto é, como o ato de comer está relacionado à sua intenção individual de adotar um comportamento baseado na própria consciência sobre as consequências e os benefícios disto (MALEK *et al.*, 2017; LOUIS *et al.*, 2009).

Mais uma vez, é possível perceber o quanto a alimentação consciente e politizada atravessa diversos caminhos capazes de convergir com esta categoria de consumo. Ao relacionar o veganismo com a preocupação com o processamento de alimentos apontados no Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), L.P. citou:

“Primeiro é industrializado, você percebe o prazo de validade longo, você já vê que já não é muito legal (...) [segundo, que vai] de encontro com a proposta do veganismo, porque a gente está trabalhando ali com a parte capitalista, lucrativa, que eles

usam desse movimento, dessas pessoas que realmente têm, elas vivem o conceito do veganismo” (L.P.)

Canclini (1997) e outros autores já se dedicaram anteriormente a escrever sobre a mudança nas maneiras de participação política que as sociedades contemporâneas vêm tendo, fazendo uma mobilização mais autônoma, isto é, por meio de práticas individuais parecidas com as que M.M., T.F. e L.P. relataram.

Em um movimento de ida e vinda dentro da categoria “engajamento com a politização da alimentação”, bem como em busca de sentidos, pode-se observar o que M.M. destacou em sua fala: *a partir* da alimentação consciente “a gente sabe o que está comendo, de onde vem” e *por meio* dela “a gente pensa mesmo, acho que é essa palavra, né? Que pensa em tudo como um todo” (M.M.). Essa percepção reitera a profundidade da categoria abordada, tendo em vista as motivações relacionadas às dimensões alimentares ambientais, econômicas, socioculturais e biológicas consecutivamente associadas ao veganismo/vegetarianismo do grupo estudado (DE CASTRO, 2015).

5.2.1.2 Impactos envolvidos nas relações e processo de produção de alimentos

A preocupação com quem e a forma de produção dos alimentos se manteve presente em diversas falas, mas não foi respondida de forma instantânea por todos os entrevistados. Considera-se este um ponto importante, visto que o que surge de imediato após uma pergunta pode ser fruto do que a entrevistada/o acredita ser o mais importante sobre o tema alimentação consciente.

Apesar disto, ressalta-se que uma das potências do diálogo e das técnicas da Entrevista Compreensiva é o aprofundamento da reflexão estimulado pelas perguntas e postura de escuta sensível pelo entrevistador (KAUFMANN, 2013; BARBIER, 1998). Outros elementos que surgiram no decorrer do diálogo sugerem como a consciência em desenvolvimento a partir do encadeamento de ideias que estavam sendo feitas no momento (FERREIRA, 2014).

O processo de início de mudança das práticas alimentares de L.P. durante a pandemia de COVID-19 surgiu pelo interesse em comprar alimentos direto de pequenos agricultores, dando ênfase ao quanto o ato de ouvir quem produz fez diferença para ela:

“Eu comecei a procurar os produtores, comecei a procurar a alimentação orgânica, por conta também que muitos alimentos que a gente gosta de consumir são riquíssimos em agrotóxicos, né? E aí eu fui pesquisando para começar a achar esses agricultores, como comprar e o mais importante: conversar com eles.” (L.P.)

Relembrando a grave situação de IA que o Brasil se encontra nos dias atuais e o quanto a percepção das desigualdades sociais e econômicas é determinante para a dificuldade de acesso adequado à alimentação (REDE PENSSAN, 2022), o relato de L.P. quanto às escolhas por marcas e produtos alimentares é, sem dúvida, relevante e está conectada ao desenvolvimento da ampliação da consciência e ação (GRINBERG, 1997), bem como insere-se no contexto da alimentação consciente e politizada:

“A gente já é muito privilegiado de conseguir ir no mercado e escolher qual marca que a gente vai comprar e tal. Mas por isso que comer é político, porque nem todo mundo tem acesso à alimentação, não é nem uma alimentação saudável, nem todo mundo tem acesso à alimentação. Então isso é um ato político com certeza, é um ato político contra grandes empresas e o agronegócio, sabe? A gente escolher que a gente vai comprar da fazenda que tem aqui do lado, da horta que tem aqui do lado, é um grande ato político.” (L.P.)

A partir do desenvolvimento da consciência crítica e das relações desiguais entre as grandes empresas e quem tem o acesso à alimentação cerceado, parece ser emergencial resgatar o legado de *esperançar* de Paulo Freire como uma atitude ética, de liberdade e de defesa da possibilidade de os oprimidos falarem e serem ouvidos (LIMA; PLASTER; SCHÜTZ-FOERSTE, 2022).

Consonante com “o grande ato político” (L.P.), M.R. também citou comprar cestas da agricultura familiar, frequentar feiras locais e destacou a importância sobre as relações justas de consumo e o quanto isso é levado em consideração por ela: “é pensar numa alimentação de forma justa tanto na produção, no escoamento e também no consumo. Então não basta ter apenas o consumo” (M.R.).

Para compreender ao que M.R. estava se referindo com "forma justa", foi solicitado que falasse um pouco mais sobre o assunto. Uma narrativa rica e reveladora foi apresentada:

“Eu trabalhei bastante tempo, principalmente através da universidade, com a agricultura familiar da Baixada (...) quem tem contato direto com os agricultores percebe como que muita coisa é injusta nessa relação toda e injusta principalmente do reconhecimento, da remuneração de toda forma para esses trabalhadores do campo e também da cidade, porque eles também trabalham na cidade. E aí essa forma justa para esses agricultores principalmente, [mas também] para os próprios consumidores, porque também tem a ver com a sinceridade, essas relações das formas saudáveis como são produzidas, e aí com menos uso de agrotóxico possível, uma perspectiva mais agroecológica também.” (M.R.)

M.R. também trouxe à tona a prática de três formas de consumo político em seu cotidiano: a) consumo político negativo (“algumas marcas que foram ligadas a desapropriações em assentamentos em Minas Gerais, eu parei de consumir completamente”); b) consumo político positivo (“eu geralmente peço a cesta [da agricultura familiar], aí o pessoal vai passando de mão em mão até chegar em mim. Eu faço questão de participar!”); e c) manifestações públicas:

“Eu não lembro agora o nome do evento, mas foi em 2019, foi um grande evento da agroecologia, foi nos Arcos, na Praça dos Arcos. E aí foram vários debates, a gente fez várias conexões. Eu participava ativamente” (M.R.)

Saber mais sobre os processos e relações envolvidas com a origem dos alimentos parece ser um fator que faz diferença para as juventudes que praticam alimentação consciente e politizada. Semelhantemente, T.F. trouxe à tona o quanto a alimentação consciente é multidimensional e com amplas possibilidades:

“Eu acho que a alimentação consciente, eu não tenho certeza, mas eu acho que a alimentação consciente tem um pouco a ver também em ajudar pessoas locais, sabe? E na minha cidade não tem muito essa coisa de tipo, agricultores, tudo mais. Agora começou uma feira aos sábados de alimentos orgânicos, mas também é uma coisa que não é divulgada, sabe? Tem pouca gente. Então fica difícil também isso, hábitos antigos e acesso, divulgação também. Tipo, começou essa feira, eu achei totalmente interessante, tem várias coisas lá, mas ninguém fala nada sobre.” (T.F.)

Convergindo com a perspectiva sistêmica relacionada ao universo da alimentação citado por Burlandy *et al.* (2022), T.F. acreditava que para ter uma alimentação consciente é preciso “sair um pouco da nossa caixinha”:

“Eu acho que a alimentação consciente é você entender que a alimentação, tipo, é como eu disse: tem várias coisas ligadas, a gente ter essa noção... sair um pouco da nossa caixinha, sabe? Que a gente vai no mercado, compra comida e traz para a casa, mas como aquela comida foi preparada, como foi a produção dela, entendeu? Eu acho que são coisas que não estão no nosso cotidiano, de se perguntar, de pensar, e que as pessoas poderiam pensar um pouco.” (T.F.)

Imersa ao contexto da alimentação consciente e politizada, T.F. demonstrou se engajar com a politização da alimentação e praticar o consumo político negativo e positivo (BECHERI *et al.*, 2022; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019; PIIA *et al.*, 2019):

“Aqui em Guapi tem feira orgânica todo sábado. Eu tento ao máximo ir lá. Aí ela expandiu um pouco, que agora é essa feira que eu falei. Aí como é uma coisa nova, eu até consegui chamar meus pais para irem (...) eu não vou falar que eu deixo de usar todas as marcas que eu não acho corretas, porque eu estaria mentindo. Mas eu evito ao máximo (...) geralmente eu já pesquiso antes, eu até deixo anotado, sabe? Se eu sair com o intuito de comprar alguma coisa, já deixo anotado.” (T.F.)

Por defender realizar a alimentação consciente e politizada para benefício próprio e social, B.F. relatou ter práticas de consumo político negativo e positivo (BECHERI *et al.*, 2022; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019):

“Eu procuro, além de fazer a feira no supermercado, também alternar com pequenos vendedores de frutas mesmo. Aqui em Belém tem aquelas pessoas que trabalham no carro vendendo frutas, algumas vezes eu compro com eles, algumas vezes tem uma outra pequena comerciante aqui (...) acredito que estou contribuindo também de forma social quando eu compro desses pequenos comerciantes.” (B.F.)

Aproximando-se do seu contexto, foi perguntado sobre o que significava para B.F. “contribuir de forma social”:

“Eu mudo a lógica, a gente muda a lógica, em vez de comprar do grande, que tem vários intermediários, eu compro diretamente da pessoa, que não é um mega grupo de supermercado, um mega grupo (...) em vez de ser uma lógica apenas comercial, eu passo a ter a lógica do pequeno produtor” (B.F.)

Sob a “lógica do pequeno agricultor” (B.F.), de acordo com Garcia e Machado (2022), à luz da ótica econômica, os SA locais são capazes de estimular a economia municipal ciclicamente, o qual o dinheiro investido permanece na mesma urbe. A territorialização gera um fluxo capilar na distribuição alimentar, prevenindo a interrupção total no fornecimento e acesso alimentar. Neste modelo o agricultor tem menor dependência de agrotóxicos e outros insumos, respeitando o ecossistema, bem como fortalecendo a soberania alimentar dos povos ao reconhecer o direito das famílias e comunidades a escolherem suas estratégias de produção e consumo alimentar.

Remetendo às práticas de “mega grupos” (B.F.), L.L. citou estratégias utilizadas pelo agronegócio e instituições para anular o acesso à alimentação adequada pela sociedade, um dos princípios da SAN:

“Minha família sempre comprou com eles [pequenos produtores], né? Até porque a gente sabe, a gente tem consciência de que os produtos mesmo que sejam, tipo tomate, quando são do supermercado eles são bem modificados. E aí quando a gente compra em feira popular, o produto é original, né? E aí eu tenho esse cuidado de perceber, sabe, quando a gente vê, assim, em comparação com um produto que está lá num supermercado, numa rede enorme, você vê [que está com cheiro de cera], bem bonito, quando você vai comer: “meu Deus, está cheio de coisa”. E o produto original é muito mais acessível também, né?” (L.L.)

Bombardi (2017) em Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia, demonstrou que a agricultura brasileira tem se baseado há um tempo na ampliação de cultivos por meio de *commodities* ou agrocombustíveis que demandam o uso de altos níveis de agrotóxicos na produção de alimentos. Há evidências de que o estado grave de IA no Brasil também está sofrendo essas consequências, visto que a expansão dos cultivos direcionados para a agroenergia tem diminuído a produção de alimentos (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2010 apud BOMBARDI, 2017).

Em contrapartida ao cenário do alimento como mercadoria, isto é, quando o que menos importa é o seu valor de uso (BOMBARDI, 2017), a prática de L.L. ao frequentar feiras populares como forma de incentivar “produtos originais” (L.L.) é um exercício de cidadania e defesa da comida de verdade (5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2015). Realizando-se a compreensão sobre o que movia L.L. a comprar alimentos na feira popular infere-se que seu intuito era incentivar os pequenos produtores, enfatizando o consumo político positivo:

“Eu penso mais naquele senhorzinho que está precisando realmente alimentar a família (...) Porque às vezes realmente você não está com condições [financeiras], você [só] está a fim de comer, mas um incentivo, uma vez, é muito mais válido do que você só ficar naquele ego, naquela bolha, né? Hoje em dia comer saudável é muito caro e para você ter uma consciência hoje, que hoje você pode comer x coisas e amanhã não, isso pesa muito mais no bolso de quem está vendendo do que da gente.” (L.L.)

O comportamento de L.L. demonstrou priorizar o apoio aos pequenos produtores das feiras populares frente às condições econômicas individuais sempre que possível. No entanto, também confrontou as facilidades e dificuldades para manter uma alimentação consciente e politizada que se preocupa com a origem dos alimentos na cidade, pontuando:

“[Quando] você vai no supermercado tem muito mais opção de besteira do que realmente alimentação, né? (...) Praticamente o supermercado inteiro é só industrial. E aí tem a alimentação também desses produtos, do tipo: quando você vai na feira popular tem os dias certos, então o supermercado é muito mais perto, todos os dias, 24 horas, então eu vejo essa dificuldade, sabe? E o que facilita é que, olha, eu moro no interior do Alagoas, então é mais fácil do que você que mora aí no Rio, né? E aí é muito mais complicado chegar até uma feira popular do que no mercadinho da esquina da sua casa” (L.L.)

Destacou-se no relato de L.L. o quanto as distâncias dos grandes centros urbanos influenciam o circuito de produção alimentar. Para além disso, quando comparou a sua realidade de proximidade com feiras populares e supermercados em Alagoas com a do Rio de Janeiro, fez indiretamente menção ao conceito de desertos alimentares.

De acordo com Grilo *et al.* (2022), os contextos físicos, políticos e socioculturais de um local compõem o que é chamado de ambiente alimentar e influenciam diretamente na capacidade da escolha, compra, preparação e consumo de alimentos de determinado grupo social. Regiões com acesso escasso ou ausente à alimentação de qualidade a preços justos são chamadas desertos alimentares, enquanto localidades socioeconômicas vulneráveis com predominância de comercialização de alimentos ultraprocessados são considerados pântanos alimentares (DALEY, 2021; COOKSEY-STOWERS *et al.*, 2017). Fazendo um paralelo ao que foi citado por L.L., em 57,1% das capitais brasileiras, as subáreas com menor comercialização de alimentos saudáveis correspondem às com menor renda (CAISAN, 2018).

Como citado por Castro e Abromovay (2015), as juventudes entrevistadas exalaram autonomia, mobilização e vontade de construir um novo futuro. O aumento do interesse dos jovens sobre as temáticas relacionadas à alimentação e seus circuitos produtivos, bem como a maior participação nos espaços urbanos tem sido cada vez mais percebida (TRICHES; SCHNEIDER, 2010). Neste sentido, notou-se a presença das dimensões alimentares de direito humano, ambientais, econômicas e socioculturais respectivamente neste subitem (DE CASTRO, 2015). Este fato remete à terceira categoria de análise: comer como um ato político e suas perspectivas sistêmicas.

5.2.1.3 Comer como um ato político e suas perspectivas sistêmicas

Uma das principais atividades relacionadas à alimentação consciente de G.G. era o estudo aprofundado em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, além de plantar seus próprios alimentos (horta caseira e coletiva no bairro). O fato de ter marcado no Formulário de Reconhecimento a prática de alimentação consciente ao invés de produção de alimentos despertou atenção para saber o motivo. Como resposta, relatou que “a alimentação é um processo muito complexo para nós, seres humanos” e que a prática de se alimentar é capaz de “nutrir como um todo” (G.G.):

“E como que ela vai nutrir esse todo? Daí eu já parto para a questão dos alimentos orgânicos, dos alimentos agroecológicos, que são produzidos, assim, amigavelmente com o meio ambiente, os orgânicos mais os alimentos agroecológicos de forma direta, né? E como a produção desses alimentos, ela também vai envolver uma outra série de processos, né? Que envolve a transformação social na vida das pessoas, transformação nas relações (...) então toda essa energia, essa bagagem, ela acaba sendo transferida para o alimento.” (G.G.)

Contrastando com as experiências dos outros jovens, G.G. era integrante de um movimento social camponês nacional, popular, autônomo e de luta permanente chamado Movimento de Pequenos Agricultores (MPA BRASIL, 2022). G.G. contou ter se aproximado do MPA por começar a questionar o uso de produtos químicos para recuperar o meio ambiente, como visto na sua formação em Engenharia Ambiental.

Ainda que componha um movimento, G.G. compartilhou um sentimento que outros jovens entrevistados também trouxeram à tona, ao sentirem-se como 'cavaleiros solitários' em relação à alimentação consciente e politizada:

“Eu queria que as pessoas que convivessem comigo sentissem o que eu sinto em relação à terra, mas não é tão

fácil assim, principalmente se você não tem nenhuma conexão com o meio ambiente, tipo, zero.” (G.G.)

Nessa perspectiva, G.G. demonstrou já ter praticado as quatro modalidades de consumo político, extrapolando o universo alimentar e fazendo críticas que estão próximas às feitas pelo movimento do minimalismo⁸ (NEGRETTO, 2013):

“As pessoas acham que têm informação, mas elas não têm. Elas não sabem o que elas estão consumindo, independente de roupa, comida, calçado, as pessoas não sabem de onde vem as coisas que elas consomem. Então elas só consomem, a gente é motivado a consumir, consumir, consumir, consumir (...) eu não compro mais tanta coisa assim, sabe, eu não chego a ser minimalista, mas eu sou uma *pessoa ruim de comprar*.” (G.G.)

O termo “pessoa ruim de comprar” foi utilizado por G.G. para representar as análises e estudos que fazia antes de adquirir produtos de determinadas marcas (realização de boicote ou consumo político negativo). Da mesma forma, lembrou ter deixado de comer carne por quatro anos (prática de engajamento com a politização da alimentação), ter participado de atos públicos em defesa da comida de verdade (realização de ações discursivas ou comunicativas) e buscar consumir da sua própria rede articulada com pequenos produtores (*buycott*) (BECHERI *et al.*, 2022; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019).

A forma como G.G. organizava-se para praticar alimentação consciente e politizada, tanto em âmbito individual quanto coletivo, mostrou-se explícita no trecho:

“Então por que a alimentação é política? Porque quem governa o país, senado, deputados, eles sabem o que eles querem e eles incentivam o que eles querem. Então talvez

⁸ Minimalismo é um movimento que visa identificar o essencial e eliminar o consumo supérfluo (NEGRETTO, 2013).

não seja interesse político incentivar que a população se alimente de forma saudável, né? Porque o Brasil teria tudo para ter uma alimentação balanceada, para todos nós. Então é bem complexo você falar que o comer é político, mas ele é político.” (G.G.)

Sob outra perspectiva, G.S. destacou que “ensina as pessoas via rede social a se alimentarem melhor com dados e informações”. Destaca-se, no entanto, que a partir do pensamento freiriano, o processo educativo deve estar associado à ação dialógica superando-se a verticalidade do ensino (LIMA; PLASTER; SCHÜTZ-FOERSTE, 2022). Ademais, relatou suas práticas alinhadas ao consumo político positivo (BECHERI *et al.*, 2022; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019):

“Eu também tento ter um olhar mais crítico, confesso que esse meu olhar não é tão desenvolvido para o comércio local. Eu tento ver coisas menores, o sacolão menor do que uma rede maior, esse é o que eu tento (...) eu acho que nós temos que fortalecer os nossos para junto com a gente todo mundo crescer (...) saber onde a gente compra, com quem a gente está comprando...” (G.S.)

Trazendo à tona o que Castro e Abromovay (2015) pontuaram sobre as juventudes buscarem participação crítica, G.S. demonstrou também realizar ações discursivas em defesa da alimentação imersa a “pautas que concorda”:

“A questão do abaixo-assinado é que muitas das vezes são pautas que eu concordo (...) e eu acho que quando se mobilizam, por mais que aquela mobilização não te traga resultado, ela vai ser vista. Se 10 pessoas não estão satisfeitas que a parede é azul, as 10 têm que falar, se não falar (...) como a gente vai querer uma mudança da parede? Então eu gosto de fazer abaixo-assinado, manifestações (...)

porque por mais que eu não tenha resultado, eu acho que eu tenho que falar o que eu acho, o que eu penso, e [ser ouvida].” (G.S.)

Sobretudo citou o manifesto lançado por meio da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável (2020) que circulou nas redes sociais em defesa do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014). Na ocasião, representantes das indústrias de alimentos pressionavam o governo (2019-2022) para revisão e edição do Guia sob os argumentos de que a classificação NOVA⁹ prejudicava a promoção da alimentação adequada e saudável, bem como diminuía a autonomia das escolhas alimentares (O JOIO E O TRIGO, 2022):

“[Eu acho que temos que defender o nosso Guia] com unhas e dentes. (...) Eu já usei o Guia em conversas para facilitar o entendimento com a população mais carente (...) E eu gosto muito do Guia por isso, porque como ele tem uma leitura mais simples, dá para pessoas que não são da [área da] Nutrição entender.” (G.S.)

Na perspectiva de comer como um ato político e convergindo com os discursos das outras juventudes, G.S. trouxe características específicas da sua realidade familiar:

“Tudo é política, até quando não é política (...) E quando você traz o Guia, onde ele está sendo literalmente [levado] à margem... as pessoas estão querendo tirar a força dele e você o usa para embasar tudo o que você fala... eu vejo a minha mãe, minha mãe é empregada doméstica, não terminou nem o fundamental, mas ela fala: “vai lá buscar o Guia, o Guia Alimentar”. Então eu acho que é uma forma sim, é um ato político. Quando você levanta uma bandeira, qualquer tipo de bandeira (...) é política. Não tem como:

⁹ A classificação NOVA é utilizada no Guia Alimentar para População Brasileira (2014) e é feita a partir da categorização de alimentos por nível de processamento industrial. Esta separação por grupos alimentares teve impacto em políticas públicas de nutrição e saúde no Brasil e influenciou o mundo (NUPENS, 2023).

'ah, mas eu não gosto de política', é, mas até quando você não está falando de política você está sendo político.” (G.S.)

Congruente com a experiência de G.S., B.F. trouxe a leitura de periódicos e guias sobre nutrição para mudança de atitude alimentar como principais práticas que desempenhava em relação à alimentação consciente. Reiterou a influência do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) em sua vida: “Eu comecei a ler [o Guia] ano passado e a ter mais consciência da importância de fazer melhores escolhas” (B.F.) e relatou a prática de boicote à determinada marca:

“Esse ano saiu uma reportagem no Intercept sobre uma marca de bolo (...) a reportagem mostrava que os jagunços dessa marca expulsavam pequenos produtores de terras do interior do Maranhão (...) e eu percebi que a marca era essa, aí eu deixei [de comprar]... Eu até publiquei, repliquei essa reportagem no meu Instagram, deixei lá para as pessoas, e se depender de mim não compro mais essa marca.” (B.F.)

Próximo ao que G.G. destacou quanto ao minimalismo e imerso à compreensão de que comer é um ato político, B.F. compartilhou:

“Eu acredito que (...) sempre nós estamos servindo a alguma lógica, né? Se a lógica do consumo exacerbado e do consumo desenfreado (...) ou se é a lógica de que eu quero ter um impacto sobre as pessoas, por exemplo, comprando dessa marca que chega lá botando as pessoas para fora, maltratando as pessoas, se é uma marca que não paga seus funcionários, não paga seus direitos trabalhistas, tem trabalho análogo à escravidão... com certeza se consumo essa marca eu estou contribuindo para essa lógica, né? Já se eu escolho consumir pequenos produtores, pequenos comerciantes, eu com certeza estou servindo a uma outra lógica. Então é também um ato político.” (B.F.)

Vale ressaltar que preocupações com as práticas trabalhistas exploratórias ganharam destaque nessa categoria de análise e também foram citadas por L.B. ao expressar boicotar marcas com indícios de práticas trabalhistas exploratórias ou ingredientes transgênicos (como milho e ervilha com “T amarelo”, utilizando-me do seu universo vocabular) e até mesmo influenciar seus pais com essas informações (“esse [exercício de olhar a presença do T amarelo] eu consegui treinar!”, contou comemorando). As práticas abusivas do agronegócio e das grandes corporações que envolvem com frequência casos de trabalho escravo ampliam a análise sobre a alimentação no contexto atual, conectando-se diretamente à dimensão econômica alimentar (DE CASTRO, 2015).

Sendo integrante de um grupo de estudos em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e de um projeto responsável por uma horta comunitária, J.L. iniciou a entrevista realçando aspectos da alimentação consciente e politizada alinhados com princípios do MREAN (2012) como a cultura alimentar, o prazer, o significado do alimento para os sujeitos e a comensalidade. Todos estes pontos estão de acordo com o defendido por Damatta (1987) apud Sachs (2017) sobre a comida simbolizar multidimensionalidades e identidade:

“Comer só para se manter vivo é uma coisa que não gera um prazer, que não gera uma vontade de viver, assim. E acho que se você levar em conta a cultura e o que aquele alimento significa para aquela pessoa, pode ser um processo muito mais prazeroso e sem tabus... hoje em dia dentro das mídias sociais a gente gera um tabu enorme sobre alimentação.” (J.L.)

Em diversos momentos da entrevista J.L. transpareceu o que significava para si suas experiências relacionadas com alimentação consciente e politizada: “(...) Eu consegui pensar melhor, né? E, assim, para mim parece que eu estou fazendo alguma coisa, tanto para o meio ambiente, quanto para as outras pessoas, que é muito importante para mim... que é como se fosse um movimento” (J.L.).

Os trechos “parece que eu estou fazendo alguma coisa” e “como se fosse um movimento” reflete a potencialidade e natureza das juventudes enquanto possíveis protagonistas de causas, influenciadoras da sociedade, com senso de coletividade e, principalmente, o quanto a dinamicidade do espaço urbano influencia o comportamento e percepção de identidade dos jovens (OLIVEIRA; LACERDA, 2018).

Outro ponto destacado por J.L. foi a sua participação em um projeto para desenvolvimento de uma horta comunitária em um bairro de Brasília. Para relatar sobre a vivência fez questão de frisar: “tem uma amiga minha da nutrição que, quando eu a encontrei, a gente se viu super diferente e começou a fazer essas coisas” (J.L.)

“Se ver super diferente” (J.L.) coincide com a sensação de ser o único sujeito com olhar sistêmico em relação à alimentação que havia sido partilhado e referenciado por G.G. anteriormente. É importante compreender que a perspectiva sistêmica em relação à alimentação é orientada por ideias e elementos que se entrelaçam e frequentemente são deixados em segundo plano por profissionais, mídias, publicidade e propaganda, políticas públicas e conseqüentemente pela sociedade como os fluxos que compõe os SA, a sustentabilidade social e ambiental e a adequação alimentar pautada no DHAA (BURLANDY *et al.*, 2022).

Dentro de um Brasil onde há vários ‘Brasis’, muitas vezes partilhando a mesma rua, J.L. trouxe à tona a pluralidade da alimentação consciente e politizada e o quanto esta é mutável frente aos diferentes contextos brasileiros. Vale lembrar o cenário de crises econômica, política, governamental, climática, de fome (apenas 4 a cada 10 domicílios sustentavam o acesso pleno à alimentação) e pandêmica no qual este estudo está sendo feito, onde as políticas públicas de combate à fome, pobreza e miséria estão sendo reconstruídas pelo governo (2023-2026) após intenso esvaziamento das mesmas (REDE PENSSAN, 2022). A existência de diferentes perspectivas e práticas de alimentação consciente e politizada associadas às condições socioeconômicas é narrada por J.L. a seguir:

“Eu moro aqui no Plano Piloto, então vivo numa bolha muito grande de pessoas bem privilegiadas, que conseguem escolher o que comer. E conhecer essas pessoas lá de Taguatinga e de outras cidades satélites me ajudou muito a perceber que eles têm um tipo de alimentação consciente

muito diferente daqui do Plano Piloto. Aqui vai muito nessa coisa de veganismo atual, de supermercado, de comprar esses hambúrgueres [marca], essas coisas, que para mim já não é uma alimentação consciente, assim, porque a gente tem que ver o processo que toda aquela indústria tem no meio ambiente e que essas pessoas da cidade satélite já conseguem enxergar, já pensam nisso há muito tempo.” (J.L.)

Em seguida pontuou a tentativa de quebra de paradigma dentro da sua própria casa a respeito da produção de alimentos e o quanto a forma de consumo da sociedade pode incentivar ou não determinadas atitudes:

“Uma dificuldade que eu tenho é exatamente morar aqui no Plano Piloto e tentar conscientizar essas pessoas, principalmente minha família, assim. Meu pai, por exemplo, tem uma mentalidade muito fechada de agricultura convencional e é muito difícil para mim tentar conversar sobre isso, tentar introduzir a agroecologia com esse discurso de que a agricultura [convencional] alimenta o mundo.” (J.L.)

A preocupação sobre como alimentar a estimativa de 10 bilhões de pessoas em 2050 é crescente no mundo, principalmente diante da fome que se faz presente no globo e principalmente no Brasil. O modelo hegemônico presente nos SA são responsáveis por 24% das emissões globais de efeito estufa, utilizam cerca de 70% da água doce do planeta, acelera cerca de 60% a perda de biodiversidade terrestre global e entre 2000 e 2010 foi responsável por 80% do desmatamento em países tropicais (FAO, 2022; WEINTRAUB *et al.*, 2021; FAO, 2019),

Apesar do grave contexto de IA no Brasil, o país é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo, o que é incongruente. Já é sabido que o modelo de agricultura convencional não defende o DHAA e está longe de promover a alimentação adequada e

saudável: há geração de destruição de ecossistemas e conversão de habitats naturais em monoculturas (modelo predatório do agronegócio de *commodities* e geração de fome) (WEINTRAUB *et al.*, 2021). Sobretudo, de acordo com CASTRO (1968):

“É evidente que não bastaria dispor de alimentos em quantidade suficiente e suficientemente diversificados para cobrir as necessidades alimentares da população mundial. O problema da fome não é apenas um problema de produção insuficiente de alimentos. É preciso que a massa desta população disponha de poder de compra para adquirir estes alimentos.” (CASTRO, 1968)

Como citado por J.L., o movimento agroecológico baseia-se no fortalecimento da agricultura familiar, na criação de comunidades que buscam tornar-se independentes do modelo tradicional de produção de alimentos e de sistemas participativos justos (CAPORAL *et al.*, 2009 apud GARCIA; MACHADO, 2022; GUZMÁN, 2011; GUZMÁN *et al.*, 2000). Esses princípios fazem com que a agroecologia se configure como uma alternativa possível e resistente a crises, surtos de pragas e pandemias. A agricultura deve ser reconstruída com base no consumo local e politizado, na territorialização, livre de agrotóxicos, associada à produção e consumo sustentáveis e que respeitem o ambiente, a sociedade e suas relações (ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I., 2020; LOKER; FRANCIS, 2020; SILVA; GOMES, 2020). Esta parece ser uma modalidade de agricultura importante para a superação da crise alimentar no Brasil e no mundo (GARCIA; MACHADO, 2022; CAPORAL *et al.*, 2009; GUZMÁN e *et al.*, 2000).

Alinhada a outros jovens como M.M. por exemplo, J.L. descreveu sua tentativa de influenciar sua família com práticas transversais à alimentação consciente e politizada como a redução do uso de embalagens plásticas e a compra de cestas com alimentos produzidos por pequenos produtores. Descreveu ainda suas práticas alinhadas a todas as modalidades de consumo político (BECHERI *et al.*, 2022; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019; PIIA *et al.*, 2019):

“Gosto muito de ir nas ruas falar o que eu penso, gosto de boicotar as empresas que fazem errado e compro de assentamentos do MST (...) esse grupo da horta é muito ativo nesses atos, então a gente participou dos últimos atos com os indígenas, foi em coletivo mesmo. A gente nunca vai em gatos pingados, a gente vai em coletivo para tentar somar ali (...) eu pesquiso e tem coisas, assim, que eu já entendo. Por exemplo, esse hambúrguer [marca], que é de uma empresa que vende carne, aí já não faz muito sentido com o que eu estou fazendo, né? Aí eu já excluí isso. Mas pesquisar na internet me ajuda bastante, assim, pesquisar quais empresas que fazem estudos em animais, pesquisar quais empresas não fazem descarte certo dos seus lixos... Mas às vezes eu também não consigo, né? É um processo também que não é 100%” (J.L.)

A defesa da causa de SAN dentro do seu território e todas as suas práticas quanto ao consumo político convergiram com a de outros jovens entrevistados e parece ter como objetivo que o comer como ato político “consiga evoluir mais” (J.L.):

“É uma ação totalmente política pensar um pouco fora desse padrão capitalista, assim, de sempre lucrar, que a agricultura industrial pensa, né? De plantar o máximo de coisas para poder vender o máximo de coisas, assim, pensar um pouco fora disso já é um ato político, né? (...) Então pensar o contrário disso já é uma resistência, já é uma coisa que a gente pode alimentar para conseguir evoluir mais” (J.L.)

Em seguida, realizou-se uma comparação conceitual importante sobre as diferentes práticas de alimentação consciente atuais confrontando o método *mindfulness* versus alimentação consciente e politizada, que possui como influência a SAN e o DHAA:

“Eu acho que uma alimentação consciente pode ser muito subjetiva, né? Tem um novo tipo de pensamento, que é aquele *mindfulness*, que diz que a alimentação consciente é você olhar para o seu prato e pensar o que você está comendo (...) esse [é] outro tipo [de alimentação consciente], que é só você ser ciente de que está comendo, mas não ser ciente do que você está comendo [que pensa em todos os processos da cadeia produtiva]” (J.L.)

Inserida na complexidade e diversidade de possibilidades que a alimentação consciente possui, o *mindfulness* quando aplicado à alimentação torna-se *mindfuleating*. Em congruência com o que foi dito por J.L., este é um método onde a aprendizagem é exclusiva sobre o ato de comer, focando o cuidado para o gerenciamento do estresse e emoções desequilibradas. Isto significa estar o máximo presente enquanto se alimenta, percebendo sentimentos, pensamentos e modos que permeiam o momento da alimentação (MINDFULEATING BRASIL, 2022).

Ainda que esta prática seja reconhecida no Brasil como comer consciente, a alimentação consciente entrelaçada ao consumo político difere-se em muitos sentidos por: a) ter um olhar sistêmico quanto a comida (BURLANDY *et al.*, 2022); b) pensar alimentação sob a perspectiva biológica, social, econômica, ambiental, política, ética e cultural nas relações de produção e consumo (BRASIL, 2014; PORTILHO, 2005) e c) ser aplicada, na grande maioria das vezes, à esfera coletiva e não apenas ao âmbito individual – e quando desta forma as preocupações são ampliadas para além do momento mecânico do comer, englobando causas, comprometermos, esperança de um território mais justo ou reivindicações (BECHERI *et al.*, 2022; BOSTRÖM; MICHELETTI; OOSTERVEER, 2019).

A partir do disposto anteriormente, nota-se que as dimensões alimentares de direito humano, econômicas, socioculturais e ambientais respectivamente estiveram presentes no cotidiano de refletir e agir relacionado à alimentação consciente dos jovens estudados (DE CASTRO, 2015).

5.2.1.4 Práticas alimentares com propósito

Em função dos modos de vida acelerados que atingem municípios grandes e médios do Brasil, é possível perceber as alterações e adaptações nas formas de consumo e aquisição de alimentos que a sociedade como um todo tem realizado (LIMA; FONTANA, 2019). Ainda que as juventudes entrevistadas sofram essa influência em seus cotidianos - o que tende a destacar suas práticas de alimentação consciente e politizada, tem sido crescente a percepção de esforço em fazer um movimento inverso de resgate e recuperação a costumes relacionados à alimentação de anos atrás (LIMA; FONTANA, 2019).

Ao relatar seu histórico com dietas, L.B. compartilhou realizar diferentes práticas relacionadas à alimentação consciente e politizada como: aproveitamento integral de alimentos ao contar que usar “o talo de couve foi uma revolução aqui em casa” (L.B.), ter se debruçado em desenvolver a culinária em seu domicílio e poder conectar a alimentação consciente e politizada com prazeres do dia a dia em “a alimentação consciente na minha vida é nessa perspectiva de gostar, de entender, de pesquisar e fazer aquilo com gosto, sabe?” (L.B.)

A Entrevista Compreensiva permitiu ainda que L.B. trouxesse à tona o que M.M. relatou sobre “pensar tudo como um todo”, porém com uma perspectiva diferente: a culinária como prática emancipatória, convergindo com um dos princípios do Marco de EAN (2012) e com um dos temas mobilizadores do CPQ “Cozinhar pra quê?” (DE SOUZA *et al.*, 2019). Foi além ao dizer que “o fazer alimentação consciente” não se resume a “só quem está envolvido” com ela:

"Eu acho que não só estar envolvida, eu acho que só da intenção da gente querer pesquisar um pouco mais, eu acho que já faz a gente pensar de maneira diferente, né? Porque às vezes a gente está no automático. Então mesmo para a pessoa que acha que não tem uma alimentação consciente, por exemplo... mas eu acho que se ela já está pensando nisso, ela já está mudando o pensamento, ela já está buscando uma alimentação mais consciente." (L.B.)

Em busca dos sentidos, L.B. traduziu de forma simples e prática o que foi dito por Grinberg (1997) ao considerar que a consciência parte da nossa própria experiência e que

pode ‘adoecer’, bem como se desenvolver (não necessariamente nessa ordem ou de forma unidirecional). No processo de aprendizados mútuos durante a entrevista, pesquisadora-pesquisada, pode-se perceber a alegria e empolgação de L.B. ao conversar sobre o tema:

“Eu não preciso de muita coisa para ter uma alimentação consciente (...) a gente tem que entender como funciona, tem que aproveitar tudo que tem, então o consumo consciente, a alimentação consciente, vem da gente ter que pensar não só no que eu já tenho, mas pensar como eu posso utilizar” (L.B.)

Alinhada à prática de aproveitamento integral de alimentos e a “pensar como posso utilizar” (L.B.), é sabido que 6% das perdas mundiais de alimentos se dão na América Latina e Caribe e cerca de 15% dos alimentos produzidos e disponíveis são perdidos ou desperdiçados durante a colheita, transporte (circuito longo de produção) e armazenamento, demonstrando-se que o desperdício de alimentos é uma pauta relevante dentro da alimentação consciente e politizada (FAO, 2022; WEINTRAUB *et al.*, 2021; FAO, 2019).

Neste sentido, T.F. citou como uma das suas principais práticas “Reservar tempo na semana para organizar alimentação, evitar desperdícios alimentares e reaproveitar alimentos no máximo de preparações possíveis” (T.F.), bem como participar de um grupo de extensão sobre alimentação saudável e sustentável:

“Na minha casa as pessoas desperdiçam muito e depois que eu comecei a reparar, começou a me incomodar muito. Então como é uma coisa que eu vejo de perto, eu tento consertar ao máximo, né? E eu acho que isso é um hábito de todo mundo, não prestar tanta atenção em coisas que a gente pode reutilizar, não prestar atenção na questão do desperdício também, fazer coisa demais, a questão da carne também, que para mim é o principal [do gasto] da água... são coisas que estão ligadas à alimentação consciente, sabe? A gente ter noção de que a alimentação é mais do que o ato

de comer, tem muitas coisas envolvidas. E que infelizmente não é muito falado, né?" (T.F.)

Um ponto central entre muitas das juventudes entrevistadas foi a "noção de que a alimentação é mais do que o ato de comer" (T.F.). Intrínseco ao contexto apresentado por T.F., Freire Junior e Soares (2017) afirmam que o desperdício de alimentos acontece quando alimentos não estragados, isto é, aptos para consumo, são levados ao lixo meramente pelas suas aparências (estão feios, deformados ou fora do padrão) e que muito frequentemente isto acontece dentro dos domicílios (para além da perda da colheita e comercialização alimentar).

Em consequência do hiperconsumo generalizado, o cenário global atual enfrenta graves problemas ambientais, em específico pela intensa aquisição de produtos que geram alto nível de descarte e desperdício (incluindo alimentar), o que tem preocupado principalmente os jovens (NEGRETO, 2013). As novas gerações têm mostrado uma tendência clara a contestar a situação da produção *versus* consumo como as mobilizações lideradas por Greta Thunberg contra as mudanças climáticas (BBC NEWS, 2019).

Rodrigues (2018) propôs uma reflexão concreta sobre este cenário: uma família brasileira com cinco pessoas, com a inflação da época, gastava em média R\$1.532,50 por mês somente com alimentação. Ao considerar a média mundial de 30% de desperdício alimentar, evidenciou que do valor total, R\$459,75 eram gastos com alimentos que iam para o lixo. Essa problemática conecta-se à alta inflação alimentar brasileira e a IA grave que o Brasil enfrenta (REDE PENSSAN, 2022). Atualmente, considerando um prato típico brasileiro (arroz, batata frita, feijão carioca, tomate, alface e ovos cozidos), uma pessoa gastaria cerca de R\$100,00 para comprar os ingredientes e cozinhar esta preparação (BBC BRASIL, 2022).

Alinhado a T.F., Santos *et al.* (2020) enfatizaram que reduzir o desperdício de alimentos é a forma mais sustentável de diminuir as perdas de recursos naturais no mundo. Vale dizer que proteger os elementos da natureza está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 e 2, isto é, erradicação da pobreza e da fome respectivamente, e é um dos maiores desafios globais, especialmente no Brasil (SANTOS *et al.*, 2020). Partilhando mais sobre suas práticas alimentares, T.F. utilizou um dos verbos mais repetidos pela maioria dos jovens entrevistados:

“Eu estou fazendo esse curso [de extensão], tipo, eu acabo aprendendo [receitas] novas para introduzir essas coisas que seriam jogadas fora, entendeu? [Então eu faço isso], tipo, eu separo um dia da minha semana, aí tento organizar tudo, até para não sobrar, não precisar jogar fora... tento reaproveitar o máximo que eu conseguir, até uma casca de cebola eu posso congelar e fazer um caldo de legumes depois... **Eu tento pensar ao máximo.** Eu até pensei em fazer uma composteira, estava pensando em fazer.” (T.F.)

Assim como L.B., T.F. resgatou práticas culinárias e a importância da sua autonomia alimentar. Desta forma, torna-se uma agente produtora social de saúde, isto é, aquela que se empodera sobre assuntos relacionados ao autocuidado, revelando praticar dois dos princípios do MREAN (2012).

Com disposição para construir o novo e participar criticamente (CASTRO; ABROMOVAY, 2015), T.F. partilhou em seguida um sentimento que originou as mudanças em suas práticas alimentares:

“Acho que dá uma revolta, aí você quer mudar, você quer fazer alguma coisa para mudar aquilo. Eu acho... não sei explicar, mas eu acho que conforme você vai estudando, você vai entendendo e você vê que eu posso tentar melhorar isso, nem que seja só eu, mas eu posso fazer a minha parte.” (T.F.)

Com a compreensão sobre “ações individuais coletivizadas”, a micro ação de T.F. tende a gerar reflexões e propor ações para o desenvolvimento de conhecimento crítico e práticas relacionadas à alimentação consciente e politizada na sociedade, especialmente no grupo social que mais convive (MONTICELLI; DELLA PORTA 2019; DUBUISSON-QUELLIER, 2019). Este fato ficou explícito no seguinte trecho:

“Eu vejo como um coletivo, até porque, assim, quando eu comecei não foi pela minha saúde... óbvio que tinha um pouco disso, mas não foi inicialmente tipo: “ah, eu preciso melhorar minha saúde”, uma coisa minha, assim. Foi mais pelo que eu via, eu não achava correto, eu via: poxa, é uma coisa que a gente poderia melhorar, né? Eu tento implementar isso na minha casa, mas não adianta muito não. Eu não sei o que acontece que as pessoas acham que para ter uma alimentação consciente você tem que ter dinheiro, né? (...) acho que é uma coisa que as pessoas colocaram na cabeça que não tem cabimento, né?” (T.F.)

De maneira similar a G.S., relatou ter um desafio em relação à defesa da alimentação consciente e politizada: a sociedade frequentemente repete o padrão de pensamento pautado na falácia do custo que se elevaria para inserir estas ações no cotidiano, entretanto, assim como estudado por Rodrigues (2018), as práticas relacionadas à alimentação consciente e politizada podem inclusive ser mais econômicas para a renda mensal:

“Eu acho que tem tantas coisas no nosso dia a dia, assim, que são invisíveis, sabe, que estão impregnadas e a gente não percebe, tipo, não sei explicar, mas eu acredito que tenha sim a questão da política, né? Porque a gente não presta atenção porque não é algo falado, problematizado, também não é divulgado (...) passam muito pano para muitas coisas por causa de dinheiro.” (T.F.)

A partir de “invisibilidades e problematizações” (T.F.), L.L. definiu sob o ponto de vista ético-social o que uma alimentação consciente e politizada simbolizava para ela:

“É uma alimentação com responsabilidade, de a gente pensar um pouco no outro. Eu trabalho com serviço social, então essa parte é muito efetiva na minha vida, sabe? (...)

Eu acho que é mais a consciência do que a gente come e o que a gente pode melhorar para o outro, né?.” (L.L.)

Cabe ressaltar, como já citado anteriormente, o cenário progressivo de crise econômica e desmonte de programas e políticas públicas (PAA, Banco de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, etc) que o Brasil vem sofrendo desde 2016 e que foi intensificado devido ao governo (2019-2022) e a pandemia de COVID-19 (REDE PENSSAN, 2022). O relato de L.L. manteve-se contextualizado aos conceitos de SAN e DHAA:

“(…) quando a gente tem acessibilidade [a alimentos], a gente não discute sobre isso, não é importante para a gente. É tão acessível que é normal, as outras pessoas ficam tão distantes da nossa realidade... Eu estava vendo até uma frase num podcast do Lula, que ele estava falando: o pobre fornece o camarão, ele vai lá, pega o camarão, mas não come (...) Então essa frase me marcou bastante e eu fiquei refletindo sobre (...) Eu acho que é isso, que faltam políticas públicas para que todas as pessoas tenham acesso [à alimentação de qualidade], independente se é uma rede privada ou uma rede particular, eu acho que é o dever do Estado fazer isso” (L.L.)

Compreende-se que um dos caminhos para incentivar o acesso adequado, em quantidade e qualidade aos alimentos, é atravessar pautas essenciais para a SAN como: a garantia do DHAA, a igualdade de gênero (valorizar o papel feminino nos diferentes pontos dos SA) e reconhecer a existência e potencial das juventudes na sociedade, principalmente para pressionar a esfera pública por meio do consumo alimentar político (SILVA, 2010; PORTILHO *et al.*, 2011).

Outro fator a ser destacado neste contexto é a consequência da vida urbana e da rápida evolução das demandas e padrões de consumo alimentar das cidades por impactarem no aumento dos níveis de sedentarismo, acesso desigual a espaços verdes públicos e diminuição do espaço domiciliar para preparo dos alimentos, bem como a facilidade física e econômica a

comidas ultraprocessadas. Estes fatores precisam com urgência serem considerados por políticas públicas (FAO, 2020).

A regra de ouro do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) “prefira sempre alimentos in natura ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados” relaciona-se com a tentativa de frear o consumo de alimentos ultraprocessados e foi citada por L.L. como uma das suas práticas de alimentação consciente e politizada, bem como um instrumento para favorecer o acesso adequado a alimentos:

“Olha, não tem aquela campanha do desembalar menos e descascar mais? (...) Eu acho que é tudo um conjunto, você selecionar o que você quer [comer], você ir fazer [o alimento] e o produto final, que é realmente a alimentação, e não gastar [comprando industrializados], né? Então essa questão realmente eu fico... hoje em dia eu me polio muito nessa questão [de desembalar menos e descascar mais].” (L.L.)

Em outras palavras, *descascar mais e desembalar menos* no contexto do Guia tem o objetivo de oferecer à população brasileira informações confiáveis sobre alimentação saudável, bem como romper com paradigmas sobre agricultura, sustentabilidade e mudanças culturais alimentares que podem ir na contramão de uma alimentação adequada e saudável (O JOIO E O TRIGO, 2022).

No enquadramento das modalidades de consumo político, L.L. compartilhou apoiar marcas (*boycott*) quando verdadeiramente engajadas com causas do meio ambiente:

“Existem os selos internacionais, aí eu também acompanho esses selos (...) de preservação da Amazônia, de que o produto é vegano, que não está maltratando os animais, que é amigo não sei de que, enfim, essas marcas assim me chamam atenção. E aí eu quero essa marca.” (L.L.)

A alimentação consciente e politizada que “engloba tudo e pensa no coletivo” (L.L.) dialoga de forma muito próxima com a SAN por considerar práticas alimentares que respeitam a diversidade cultural e que se sustentam socialmente, economicamente e ambientalmente (CONSEA, 2004), como citado por L.L.:

“É dever realmente do Estado de dar essa acessibilidade, não é dar na questão da politicagem, mas dar de realmente pensar coletivo, pensar no outro. Eu tenho hoje e amanhã eu posso ter também, então isso é uma ação política, comer é político, porque a gente precisa comer constantemente para se manter vivo, é uma questão humanitária, é uma questão fisiológica. Então realmente isso (...) engloba tudo” (L.L.)

Percebe-se a presença das dimensões alimentares ambientais, econômicas, de direito humano e socioculturais consecutivamente presentes nas práticas envolvidas com a alimentação neste grupo de jovens (DE CASTRO, 2015).

5.3 Desenvolvimento do produto técnico

Como ponto de partida para o planejamento e produção do material didático, foram consideradas a forma como as juventudes entrevistadas foram sensibilizadas e se mobilizam no dia a dia, bem como suas sugestões de sensibilização (Quadro 2). Posteriormente as ações de mobilização foram adaptadas.

Quadro 2 – Resumo da forma como se sensibilizaram e de sugestões para sensibilizar e mobilizar mais jovens sobre as práticas de alimentação consciente e politizada, de acordo com as entrevistas individuais.

Jovem	Como a/o entrevistada/o se sensibilizou para o tema alimentação	Sugestões para sensibilizar e mobilizar
M. M.	Convivendo com três amigos vegetarianos, resolveu diminuir o consumo de carne e se aprofundar no assunto por	1. Manter uma abordagem amigável, sem impor opiniões ou ter o propósito de ditar o que é certo;

	<p>meio de documentários e leituras.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 2. Apresentar documentários sobre desmatamento, impacto do consumo de carne e outros temas que atravessam a alimentação consciente; 3. Realizar ações como as oficinas do Movimento CPQ no Baião Universitário¹⁰ – proporcionar ambiente que instiga a refletir, se expressar, trocar experiências e se posicionar sobre determinado assunto; 4. Divulgar ações em departamentos acadêmicos para alcançar público universitário; 5. Realizar <i>lives</i> nas redes sociais com assuntos que dialogam com a alimentação consciente e chamam atenção dos jovens para refletir; 6. Abordar temas de interesse jovem como vegetarianismo e seus impactos para o meio ambiente, sustentabilidade do planeta e saúde;
<p>G. G.</p>	<p>A partir da graduação em Engenharia Ambiental. Ficou intrigada sobre como recuperar o meio ambiente utilizando mais produtos químicos. Começou a estudar por conta própria formas mais naturais de se relacionar com a natureza.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar ações em escolas voltadas para crianças acerca das temáticas de agroecologia, SAN e educação ambiental; 2. Produzir conteúdo na internet para jovens sobre estas temáticas; estar presente com ações em ambos os espaços (físico e virtual); 3. No espaço físico, chamar atenção com degustações de comida, utilizando o espaço como semente para reflexão;

¹⁰ Baião Universitário foram oficinas virtuais do CPQ realizadas com estudantes de nutrição para promover a reflexão sobre alimentação no ambiente universitário, especialmente nos restaurantes universitários (RU), como espaços para promoção da alimentação saudável e sustentável

		<ol style="list-style-type: none"> 4. Estimular e divulgar feiras de pequenos agricultores no <i>campus</i> das universidades; incentivar criação de grupos no Whatsapp de consumidores – além da comunicação sobre vendas, chamar atenção sobre o porquê é importante entender onde e como o alimento está sendo produzido e quem é o produtor; 5. Utilizar a linguagem mais simples possível, tendo como abordagens iniciais: despertar curiosidade e mostrar ao jovem o que está “por trás do que não se vê” (Exemplo: em ações físicas, tornar visível a quantidade de açúcar presentes em refrigerantes);
L. B.	A partir de programas de televisão com influenciadores que tocam na temática de alimentação consciente, como a Bela Gil.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Convívio com outros jovens e pessoas que mantenham práticas de alimentação consciente (jovens são influenciáveis); 2. Dar visibilidade a perfis nas redes sociais que dialogam com diferentes classes sociais e trazem a pauta da alimentação consciente com maior acessibilidade (Exemplo: Instagram @thallitaxavier com vídeos “cozinhando no meu barraco”); 3. Parcerias com rede de perfis no Instagram que abordam a alimentação por diferentes aspectos para despertar curiosidade, interesse e reflexão nos jovens; 4. Abordar temas como Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), culinária com práticas da alimentação consciente aplicada ao dia a dia do jovem (preparos simples, rápidos e saudáveis);

L. P.	Durante a pandemia de COVID-19 percebeu a necessidade de dar atenção à saúde e isto a levou a refletir sobre a origem dos alimentos que consumia.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compartilhar as práticas de alimentação consciente com as pessoas que mais convive (gerar inspiração); 2. Dar visibilidade a perfis no Instagram de profissionais que entendam da área como médicos ou nutricionistas por exemplo, para ampliar acesso à informação de qualidade; 3. Estimular jovens a terem senso crítico em relação às informações veiculadas por profissionais, páginas, entre outros meios de comunicação e informação; 4. Produzir conteúdo para redes sociais estimulando a reflexão acerca da alimentação consciente para problematizar (Exemplo: “você compraria um alimento assim?”, contrastando alimentos perfeitos e imperfeitos); 5. O melhor meio de alcançar o público jovem é via rede social – problematizar citando as referências bibliográficas para quem desejar se aprofundar na temática; 6. Abordar temas de interesse dos jovens como agrotóxicos (Exemplo: quais alimentos são mais ricos em pesticida e suas consequências sistêmicas), como escolher e higienizar frutas...;
G. S.	Práticas perpetuadas dentro da família (desembalar menos, descascar mais); na fase adulta, veio a se tornar nutricionista	<ol style="list-style-type: none"> 1. Utilizar mídias sociais para divulgar dados concretos e fazer postagens interativas, no modelo de meme, que levem o jovem a refletir ao mesmo tempo que se diverte; partir de assuntos do dia a dia (Exemplo: “Qual <i>drag queen</i> você seria?” para

		<p>formação de frases que chamem atenção para a alimentação consciente a partir do nome, mês e ano de aniversário). Dar ênfase a ações no digital;</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Divulgar o Guia Alimentar para a População Brasileira entre o público jovem; 3. Realizar eventos físicos com temática específica do Movimento CPQ nas cidades;
B. F.	<p>Por meio do documentário “Sob a pata do boi” (a temática de desmatamento na Amazônia chamou sua atenção)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instigar jovens a participar de coletivos que levem a bandeira sobre as reflexões em relação a alimentação consciente; 2. Iniciar o diálogo com as juventudes em espaços que mais frequentam como locais de práticas de exercícios físicos; 3. Abordar inicialmente temas que chamam atenção das juventudes de forma imediata como saúde e longevidade;
M. R.	<p>Sempre se interessou pelo tema da alimentação e quando iniciou o curso de graduação em Geografia se aproximou da pauta da produção de alimentos e a geografia da alimentação.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivar reflexões iniciais aplicadas ao dia a dia das juventudes (Exemplo: “Hoje eu comi mais alimentos descascados ou embalados?”) para posteriormente aprofundar diálogo; 2. Incentivar o cultivo de hortas caseiras e seus benefícios como praticidade e economia; 3. Abordar pauta política por de trás da alimentação como: relação do produtor e meio ambiente com a produção de alimentos, o que é incentivado ao consumir determinados produtos alimentares...;

		<ol style="list-style-type: none"> 4. Aproximar jovens da realidade de quem está plantando, extrapolar a bolha acadêmica ou teórica – marcar encontros para conhecer quem está envolvido, bem como o território; engajar os jovens na produção de alimentos e em diversas práticas de alimentação consciente; 5. Criar e fortalecer conexões entre o campo e a cidade, por meio presencial e virtual;
J. C.	Uma amiga muito próxima é vegetariana e o tema sobre poupar vidas animais a chamou atenção.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produzir vídeos de jovem para jovem para as redes sociais com demonstrações sobre o como fazer alimentação consciente no dia a dia; 2. Produzir conteúdo contrastantes como “o que fazer <i>versus</i> o que não fazer” com foco na saúde individual e do planeta; 3. Ocupar espaços onde há alta frequência de juventudes como locais de práticas de exercícios físicos;
J. L.	Devido ao histórico alimentar, se interessou em cursar graduação em Nutrição, ambiente onde conheceu movimento agroecológico e um olhar alimentar politizado.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer sensação de comunidade/grupo de jovens que acreditam em um futuro diferente para o planeta e sociedade; 2. Focar inicialmente em jovens próximos (amigos e familiares) para que estes impactem outras pessoas próximas e assim em diante para gerar “um ciclo cada vez maior”; 3. Utilizar ações como do Movimento CPQ por meio de <i>lives</i> que abordam temáticas do universo alimentar imerso a questionamentos feitos pelos próprios jovens;

		<ol style="list-style-type: none"> 4. Utilizar essa mesma estratégia no ambiente físico com o intuito de aproximar jovens de um território; fazer dinâmicas de interação com alimentos <i>versus</i> produtos alimentares (Exemplo: Mostrar o que está envolvido com o processo de colheita em contraponto aos enlatados do supermercado); 5. Engajar os jovens no processo como em hortas comunitárias, por exemplo; destacar que ele é um sujeito importante para o presente e futuro do planeta e sociedade;
T. F.	<p>Após conversa com a irmã, aprofundou seus estudos na temática para compreender o que estava por trás do desmatamento no Brasil. Chegou à pauta do consumo de carne.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dialogar com quem está próximo (amigos, familiares, entre outros) sobre as práticas de alimentação consciente que realiza (gerar reflexão a partir de novas experiências e conhecimentos); 2. Apresentar documentários sobre as práticas que envolvem a alimentação consciente; 3. Proporcionar experiências para introduzir temáticas (Exemplo: <i>Coffee Break</i> com preparações sustentáveis e de aproveitamento integral de alimentos. Após degustação, gerar reflexão sobre quais ingredientes foram utilizados e o porquê);
L. L.	<p>A partir de atuação em Cozinha Comunitária.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estimular formação de grupos e comunidades que incentivam consciência crítica em relação a temática da alimentação (influência de comportamentos do convívio social);

		<ol style="list-style-type: none"> 2. Realizar ações com ênfase em causar reflexão sobre o comportamento da família em relação a esta temática (o ambiente familiar é um exemplo para as juventudes); 3. Dar ênfase a existência de políticas públicas sobre SAN e iniciativas como o Movimento CPQ; 4. Realizar ações de rua com cartazes e propagandas com perguntas que estimulam a pensar (Exemplo: “O que você come... será que é saudável?”); 5. Realizar oficinas como as do Movimento CPQ convidando a população jovem a “ter consciência”; 6. Realizar ações em escolas para gerar aproximação com a temática da alimentação consciente desde a infância (formação de hábitos); 7. Adaptar linguagem para se aproximar das gírias e formas de se expressar das juventudes;
--	--	---

Como defendia Paulo Freire, a educação – por meio do diálogo, do pensar e repensar, em um movimento de vai-e-vem de ideias – que considera a realidade dos educandos (neste caso, dos protagonistas das práticas de alimentação consciente e politizada), é capaz de potencializar a criação da consciência libertadora (LIMA; PLASTER; SCHÜTZ-FOERSTE, 2022). Por isso, faz-se necessário trazer à tona as inúmeras possibilidades de *esperançar* como forma de superar obstáculos, gerar autonomia e mobilizar a ação, fazendo desta uma ponte para a formação de sujeitos críticos - ou consumidores cidadãos (FREIRE, 1992, p. 11).

Por esses motivos, houve o cuidado em construir um material que coincidissem com um dos principais anseios relatados por algumas juventudes entrevistadas e que ficou explícito pelo fato da maioria não participar de nenhum coletivo relacionado a alimentação consciente e politizada:

"É, eu participar [de uma organização coletiva] com certeza, porque aí eu teria acesso, por exemplo, à experiência de outras pessoas, de outros lugares do Brasil, porque eu estou na Amazônia... mas como é um jovem em São Paulo, por exemplo, que está numa cidade enorme, com ofertas de tudo que é tipo de hamburgueria, de lanche, de uma cidade enorme, frenética, que o pessoal trabalha bastante, pessoal se desloca muito tempo de casa ao trabalho ou para a faculdade?" (B.F.)

Este estudo trouxe à tona que os jovens que vivem em cidades tendem a iniciar as práticas relacionadas à alimentação consciente e politizada por ações individuais coletivizadas (MONTICELLI; DELLA PORTA 2019; DUBUISSON-QUELLIER, 2019), porém que a vida em comensalidade vislumbrando incentivar a sociedade a repensar futuros possíveis para o planeta, como relatado por L.L. em “dar ênfase a existência de políticas públicas sobre SAN e iniciativas como o Movimento CPQ”, parece ser um aspecto importante para contribuir com suas percepções de identidade e pertencimento (OLIVEIRA; LACERDA, 2018).

Estas foram as prioridades do material produzido: mobilizar a reflexão e ação sobre a alimentação consciente e politizada com as juventudes e fortalecer a sensação de comunidade entre jovens que acreditam em um futuro diferente para o planeta e sociedade.

Em busca de inspirações, foi realizado um aprofundamento nas experiências organizadas pela Rede Jovem Slow Food (SLOW FOOD YOUTH NETWORK, 2022), por se tratar de um coletivo a nível global, que relaciona-se com jovens e realiza ações sobre as temáticas alimentares em centros urbanos. A partir dela outras organizações e experiências de mobilização foram estudadas para servirem de inspiração na construção do material como: Teatro Invisível (BOAL, 2013), Banquetaço (AZEVEDO; DORIA, 2022), Disco Xepa (SLOW FOOD, 2022), Lambe-lambe (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022) e Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB, 2022). Posteriores experiências ainda surgiram a partir do estudo destas (Quadro 3).

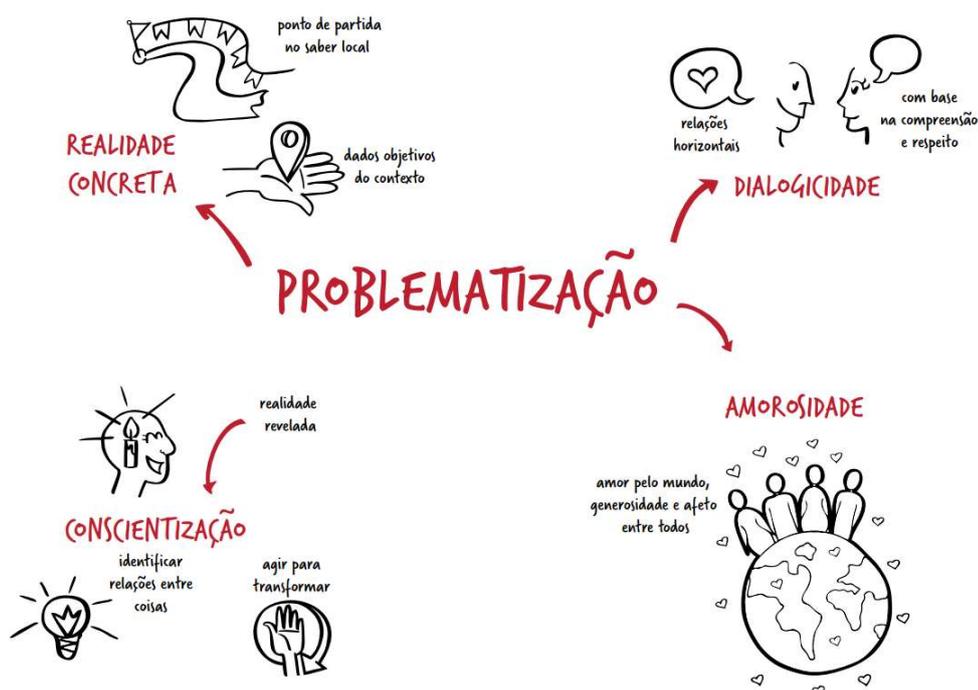
Ressalta-se, no entanto, que a inspiração na SVB foi realizada sobre suas experiências de mobilizações públicas, não havendo nenhum outro conflito de interesse a respeito de suas condutas. Sabe-se que grandes indústrias de alimentos ao reconhecerem reivindicações, preocupações e soluções que permeiam as práticas alimentares da sociedade civil, capturam essas informações e desenvolvem estratégias em prol de seus interesses econômicos (ACT SAÚDE; IDEC, 2022).

Apropriando-se da narrativa da causa vegetariana e vegana, produtos alimentícios ultraprocessados como macarrão instantâneo, por exemplo, estão solicitando e recebendo o selo de “Certificado Produto Vegano SVB” (ABIMAPI, 2023). Esta estratégia estimula o consumo de industrializados de má qualidade pela população que, no mínimo, se preocupa com o bem-estar animal – quando não há outras motivações como visto na análise das narrativas dos jovens deste estudo - e que fragilizam a garantia do DHAA, de SA mais saudáveis, bem como contrapõe-se à regra de ouro do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014).

De onze jovens entrevistados, oito citaram as redes sociais como espaço estratégico para sensibilizar outros jovens, “mantendo uma abordagem amigável, sem impor opiniões ou ter o propósito de ditar o que é certo” (M.M.) e “utilizando a linguagem mais simples possível” (G.G.), o que justifica a escolha por um material digital compartilhável. Ressalta-se que a preferência das juventudes estudadas por ações em ambiente virtual pode relacionar-se com o contexto em que as entrevistas foram realizadas (pandemia de COVID-19).

O planejamento e adaptação das experiências emergiu do contexto da EAN como uma estratégia que faz uso de abordagens e de recursos educacionais problematizadores e que estimula o diálogo junto aos indivíduos, considerando etapas dos SA, interações e sentidos dos comportamentos alimentares, a realização do DHAA e a garantia da SAN (BRASIL, 2012). Para além disso, inspirou-se nos princípios da Metodologia da Problematização a partir dos referenciais de Paulo Freire (Figura 7), com o intuito de gerar atitude reflexiva dos sujeitos tendo em vista a sua realidade, vislumbrando a transformação nas maneiras de enxergar o seu meio e a si mesmo (FREITAS, 2012).

Figura 7 – Resumo dos princípios da Metodologia de Problematização.



Fonte: Metodologias Participativas para ações de EAN (2016)

Quadro 3 – Principais sugestões citadas por cada um dos participantes do estudo para planejamento das ações de sensibilização e mobilização do material educativo e as respectivas fontes de inspiração.

Jovem	Principais sugestões	Fontes de inspiração
M. M.	Apresentar documentários sobre desmatamento, impacto do consumo de carne e outros temas que atravessam a alimentação consciente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Citação dos jovens durante entrevistas 2. SP food film festival (2022) 3. Devora festival (2022)
	Abordar temas de interesse jovem como vegetarianismo e seus impactos para o meio ambiente, sustentabilidade do planeta e saúde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sociedade Vegetariana Brasileira (2022)
G. G.	Despertar curiosidade e mostrar ao jovem o que está “por trás do que não se vê” (Exemplo: em ações físicas, instigar tornar visível a quantidade de açúcar presentes em refrigerantes)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tenda da Felicidade (ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO, 2022) 2. Sin azucar (2022)

L. B.	Convívio com outros jovens e pessoas que mantenham práticas de alimentação consciente (jovens são influenciáveis)	1. WhatsApp é o aplicativo mais usado pelos brasileiros (G1, 2022)
L. P.	Abordar temas de interesse dos jovens como agrotóxicos (Exemplo: quais alimentos são mais ricos em pesticida e suas consequências sistêmicas), como escolher e higienizar frutas...	1. Bingo (WIKIPÉDIA, 2022)
G. S.	Divulgar o Guia Alimentar para a População Brasileira entre o público jovem	1. Governo do estado do Rio Grande do Sul (2022)
B. F.	Instigar jovens a participar de coletivos que geram reflexões em relação a alimentação consciente	1. Slow Food Brasil (2022) 2. Sociedade Vegetariana Brasileira (2022) 3. Movimento Comer Pra Quê? (2022)
M. R.	Abordar pauta política por de trás da alimentação como: relação do produtor e meio ambiente com a produção de alimentos, o que é incentivado ao consumir determinados produtos alimentares...	1. Teatro Invisível (BOAL, 2013)
	Aproximar jovens da realidade de quem está plantando, extrapolar a bolha acadêmica ou teórica – marcar encontros para conhecer quem está envolvido, bem como o território; engajar os jovens na produção de alimentos e em diversas práticas de alimentação consciente	1. Banquetaço (AZEVEDO; DORIA, 2022) 2. Disco Xepa (SLOW FOOD, 2022)
J. C.	Ocupar espaços onde há alta frequência de juventudes	Adaptações de abordagens em locais físicos e digitais.
J. L.	Fortalecer sensação de comunidade/grupo de jovens que acreditam em um futuro diferente para o planeta e sociedade	1. Slow Food Brasil (2022) 2. Sociedade Vegetariana Brasileira (2022)

		3. Movimento Comer Pra Quê? (2022)
	Engajar os jovens no processo como em hortas comunitárias, por exemplo; destacar que ele é um sujeito importante para o presente e futuro do planeta e sociedade	1. Giro di SFYN (SLOW FOOD YOUTH NETWORK, 2022) 2. Dia do Bem Estar (MUSEU DO AMANHÃ, 2022)
T. F.	Apresentar documentários sobre as práticas que envolvem a alimentação consciente	1. Citação dos jovens durante entrevistas 2. SP Food Film Festival (2022) 3. Devora festival (2022)
L. L.	Realizar ações com cartazes e propagandas com perguntas que estimulam a pensar (Exemplo: “O que você come... será que é saudável?”)	1. Governo do estado do Rio Grande do Sul (2022) 2. Guia Alimentar para a População Brasileira (2014)
	Adaptar linguagem para se aproximar das gírias e formas de se expressar das juventudes	1. Metodologias Participativas para ações de EAN (2016)

Fonte: Autoria própria. BILRO, 2023.

O desfecho da pesquisa traduziu-se na elaboração do e-book intitulado "Fome de mudança: alimentação consciente e politizada... como sensibilizar e mobilizar as juventudes?" com reflexões e propostas de engajamento em torno das pautas alimentares e estratégias apontadas pelos jovens no Quadro 3. Para além das sugestões de ideias, foi priorizado adaptar as ações de mobilização ao máximo possível para os meios físico e digital.

Ao final do material, foram divulgadas formas de participação em dois coletivos que mais inspiraram a construção deste material educativo e que alinhavam-se com as premissas do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) e a garantia do DHAA, com o objetivo de conectar e aproximar juventudes que vivem em cidades e mantém práticas de consciência

crítica em relação ao universo da alimentação vislumbrando a sensação de pertencimento à comunidade (OLIVEIRA; LACERDA, 2018). A caracterização do e-book está descrita no Quadro 4.

Quadro 4 – Caracterização do e-book “Fome de mudança: alimentação consciente e politizada... como sensibilizar e mobilizar as juventudes?”

Eixos orientadores	
Objetivos centrais	Mobilizar a reflexão e ação sobre a alimentação consciente e politizada com as juventudes
Público	Jovens que vivem em cidades
Seção 1. Mídias e reflexões	
Título da experiência 1	Clube do filme
Objetivo	Sensibilizar jovens que não tenham proximidade com assuntos sobre a relação entre alimentação e o desmatamento, mudanças climáticas, veganismo, agroecologia ou grandes indústrias
Formato	Físico ou digital
Seção 2. Por trás do que não se vê	
Título da experiência 2	Você sabe o que comeu ontem?
Objetivo	Chamar atenção para valorização da agricultura familiar e incentivar a reflexão para o caminho que o alimento percorre desde o plantio até o descarte.
Formato	Físico ou digital
Título da experiência 3	Para o planeta renascer feliz
Objetivo	Instigar a refletir sobre como o que comemos está conectado a saúde do planeta
Formato	Físico
Título da experiência 4	Jogo da adivinha
Objetivo	Instigar reflexão crítica sobre o consumo de ultraprocessados
Formato	Físico ou digital
Título da experiência 5	Tá servido? Bora jogar bingo!
Objetivo	Chamar atenção para o consumo alimentar consciente e político

Formato	Físico
Seção 3. Aproximando realidades, aumentando laços	
Título da experiência 6	Arte urbana: cola ali!
Objetivo	Apresentar o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) por meio de perguntas ou afirmações reflexivas.
Formato	Físico ou digital
Título da experiência 7	Reaproveite já!
Objetivo	Conhecer quem produz alimentos na cidade e incentivar o engajamento nas práticas de alimentação consciente e politizada.
Formato	Físico ou digital
Título da experiência 8	Rota das hortas
Objetivo	Incentivar a descoberta e aproximação de jovens com hortas
Formato	Físico
Título da experiência 9	Você não está sozinho no mundo!
Objetivo	Apresentar coletivos envolvidos com a consciência crítica em relação a alimentação e convidar jovens a participarem
Coletivos	Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), Slow Food Brasil e Movimento Comer Pra Quê? (Movimento CPQ)

Fonte: Autoria própria. BILRO, 2023.

A primeira produção do e-book foi feita por meio do aplicativo Canva® na versão gratuita e seu design foi desenvolvido sem apoio de profissional design, mas com a pretensão de ser visualmente atrativo, de fácil leitura e compreensão para jovens que vivem em cidades.

Em relação às limitações da produção do material educativo, destacam-se o desafio em abranger todas as temáticas levantadas pelos jovens, aliada a sensibilização e mobilização de quem está tendo o primeiro contato com os assuntos citados, bem como a adaptação da linguagem para abordar termos técnicos relacionados a SAN, a classificação de alimentos do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) e ao DHAA.

O e-book, que posteriormente será diagramado com apoio do CPQ, será divulgado nas principais redes sociais acessadas por jovens atualmente como grupos de WhatsApp e Instagram, bem como será enviado para publicação na plataforma Atlas das Juventudes, local onde é produzido, sistematizado e disseminado dados sobre políticas públicas, estratégias,

programas, projetos e iniciativas para as juventudes do Brasil (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão sobre as reflexões e ações dos jovens estudados em relação à alimentação fez emergir as inquietações e problematizações do grupo principalmente quanto às dimensões ambientais, econômicas, de direito humano e socioculturais que permeiam a alimentação. Estes aspectos parecem ser os principais impulsionadores para que mantenham atitudes que extrapolam a lógica meramente comercial dos alimentos ou que se relacionam com o circuito alimentar de forma fragmentada, ao passo que realizam predominantemente as práticas de *buycott* e boicote a marcas de produtos alimentícios. Por outro lado, a dimensão alimentar biológica mostrou-se como secundária para a realização destas práticas.

Diante do estudo sobre a alimentação consciente e politizada e da experiência das juventudes estudadas, pode-se inferir que este conceito refere-se ao conjunto de práticas alimentares críticas e de comportamentos cotidianos engajados com a defesa de causas políticas, éticas, econômicas, socioculturais, de direito humano e biológicas de forma multidimensional e sistêmica.

Sob esta ótica, as práticas relacionadas à alimentação consciente e politizada das juventudes estudadas demarcaram a transversalidade aos conceitos de SAN quanto ao direito de todos ao acesso adequado à alimentação tendo como base práticas alimentares que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006); a abordagem do sistema alimentar em sua integralidade, a valorização da culinária como prática emancipatória e a promoção do autocuidado e da autonomia do MREAN (2012); bem como ao terceiro princípio do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014).

Ressalta-se também que a existência de documentos, programas e políticas públicas que defendam a temática da alimentação pautada no DHAA e SAN, bem como de profissionais que abordam essas causas é sem dúvida importante, porém se permanecerão insuficientes se não houver a abertura de um diálogo democrático. Linguagem simples, didática e que seja capaz de gerar reflexão e ação na população, incluindo as juventudes, são pontos necessários para empoderar os consumidores-cidadãos dos seus direitos em relação à alimentação e tudo o que a envolve.

Nota-se que para além do CONJUVE, há ainda poucas organizações que preocupam-se em integrar as juventudes em sua composição. No âmbito da alimentação, ainda mais raros são os movimentos da sociedade civil que inserem os jovens no planejamento, diálogo propositivo e realização de suas ações. A forma de organização da política brasileira, as ineficientes políticas sociais de inclusão de jovens e a marginalização desse grupo pela sociedade são fatores que parecem estar afastando os jovens de espaços importantes.

A pesquisa do tema e as propostas dos jovens estudados enfatizou o quanto a dimensão alimentar de direito humano está entre as mais valorizadas pelo grupo, bem como destacou a necessidade da criação de uma agenda pública voltada às juventudes que tenha como princípio a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável e que possua como diretrizes básicas: a) incluir a participação de jovens nos espaços de construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas de SAN; b) criar, promover e divulgar núcleos regionais e democráticos para articulação de jovens interessados ou que estejam envolvidos em práticas alimentares que relacionados aos âmbitos ambientais, políticos, culturais, econômicos e sociais da alimentação; e c) fortalecer o controle social e ações locais protagonizadas por juventudes que estejam alinhadas à defesa do DHAA.

Abrir espaço para diálogo e *esperançar*, parafraseando Paulo Freire, é capaz de conectar propósitos e, a partir da mobilização individual ou coletiva, fazer diferença no cenário alimentar brasileiro. Mesmo as divergências nas falas dos jovens foram marcadas por complementaridade de raciocínio ou de um despertar recente para a pauta da alimentação consciente e politizada, demonstrando a potência deste grupo.

Como destacado por alguns jovens e percebido a partir das práticas que o grupo estudado mantinha, a alimentação consciente e politizada está entrelaçada com a SSAN e não é restrita às pessoas com alto poder de compra, muito pelo contrário. O segredo parece buscar contextualização sobre as inúmeras formas de se praticar a alimentação consciente e politizada aplicada à realidade de cada um, que ora envolveram de forma mais predominante a esfera individual (práticas culinárias, aproveitamento integral de alimentos, veganismo/vegetarianismo, boicote a marcas, incentivo ao pequeno agricultor) e ora a esfera coletiva (desenvolvimento de hortas comunitárias, consumo de cestas da agricultura familiar, preocupação com práticas trabalhistas).

A elaboração do e-book com propostas de ações de sensibilização e mobilização em torno desta pauta é apenas o ponto de partida para ampliar a voz e gerar conexão entre as juventudes, a sociedade e o comer como ato político. Para além disso, como expressado pelos jovens nas entrevistas, é essencial estimular a “pensar” para que haja o despertar para a ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONIZIO, J. Conflitos à mesa: vegetarianos, consumo e identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 31, n. 90, fev. 2016.

ABIMAPI. **Nissin Miojo Legumes recebe Selo Vegano da SVB**. Disponível em: <https://abimapi.com.br/noticias-detalle.php?i=NTE4Mw==>. Acesso em 12 mai 2023.

ACT SAÚDE; IDEC. **Dossiê Big Food: Como a indústria interfere em políticas de alimentação**. 2022.

AKRAM-LODHI, A. H. **Hungry for Change: Farmers, Food Justice and the Agrarian Question**. Black Point, NS: Fernwood Publishing, 2013.

ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL. **Assine o manifesto em defesa do Guia Alimentar para a População Brasileira**. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/manifesto-guia-alimentar/>. Acesso em 13 mai. 2022.

ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL. **Tenda da Felicidade ganha corações Brasil a fora: mais imposto, menos açúcar**. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/blog/noticias/tenda-da-felicidade-ganha-coracoes-brasil-a-fora-mais-imposto-menos-acucar/6158/>. Acesso em 04 dez. 2022.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture. **Agric. Human Values**. v. 37, n. 3, p. 525-526, 2020.

ANDERSON, C.; PIMBERT, M.; KISS, C. **Building, Defending and Strengthening Agroecology: A Global Struggle for Food Sovereignty**. Coventry: Centre for Agroecology, Water and Resilience and Centre for Learning on Sustainable Agriculture, 2015.

ATLAS DAS JUVENTUDES. **Evidências para a transformação das juventudes**. 2021. Disponível em <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>

AUGUSTO BOAL. **Henry Tharau, Teatro Invisível**. 2013. Disponível em <http://augustoboal.com.br/2013/05/19/henry-tharau-teatro-invisivel/>. Acesso em 04 dez 2022.

AZEVEDO, E. de. Alimentação, sociedade e cultura: Temas contemporâneos. **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 276–307, 2017.

AZEVEDO, E. de. O ativismo alimentar na perspectiva do locavorismo. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 81–98, 2015.

AZEVEDO, E.; DORIA, C. **Banquetação: ativismo alimentar e a construção de novas formas de expressão pública.** Le monde Diplomatic Brasil. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/banquetaco-ativismo-alimentar/>. Acesso em 05 mar. 2022.

BARBIER, R. **A escuta sensível na abordagem transversal.** In BARBOSA, Joaquim (Coord). Multirreferencialidade nas Ciências e na Educação. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998. p.168-199.

BARBOSA, L. Comida e sociabilidade no prato do brasileiro. In: BARBOSA, L.; PORTILHO, F.; VELOSO, L. **Consumo: cosmologias e sociabilidades.** Rio de Janeiro: Educ/Mauad, 2009, p. 39-59 apud SACHS, L. A. **Comportamento do consumo consciente de alimentos: um estudo com jovens universitários na Cidade do Natal/RN.** 2017. 148p. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas, Natal, RN, 2017.

BARBOSA, L.; PORTILHO, F.; WILKINSON, J.; DUBEUX, V. Trust, participation and political consumerism among Brazilian youth. **Journal of Cleaner Production**, v. 63, 2014.

BARBOZA, S. I. S.; MOTA, F. P. B.; ALVES, J. S. Marketing social e os condicionantes do consumo alimentar saudável entre os jovens. **Responsibility & Sustainability**, v. 6, n. 1, p. 3-13, 2021.

BBC NEWS BRASIL. **Gretha Thunberg, a adolescente sueca que está sacudindo a luta ambiental.** 2019. Recuperado em 05 mar., 2022, de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48022690>

BBC NEWS BRASIL. **O retrato da disparada da inflação no ‘prato feito’ brasileiro.** 2022. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61526033>. Acesso em 13 abr. 2023.

BECHERI, J. O.; SANTOS, L. T.; SUGANO, J. Y.; LEME, P. H. M. V. Consumo político: uma revisão integrativa. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 20, n. 8, p. 99-111, 2022.

BELIK, W. **Estudo sobre cadeia de alimentos.** Imaflora, Instituto Ibirapitanga, Instituto Clima e Sociedade; 2020.

BÉNÉ, C.; PRAGER, S. D.; ACHICANOY, H. A. E.; TORO, P. A.; LAMOTTE, L.; CEDREZ, C. B.; C. M., R. Understanding food systems drivers: a critical review of the literature. **Global Food Security**, v. 23, 149–159, 2019.

BEZERRA, I.; PAULA, N. F. Sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis: diálogos e convergências possíveis. **Revista faz ciência**, [S. l.], v. 23, n. 37, p. 12–33, 2021.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**, São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p. Disponível em:

<http://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf/view>

BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. Studying Political Consumerism. In: BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (org.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. xvi–24.

BRAGA, G. B.; FIÚZA, A. L. C.; REMOALDO, P. C. A. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, v. 19, n. 45, p. 370-396, 2017.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, p.11-27, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018. **Diário Oficial da União**, Seção 1, de 16 de março de 2018, p. 1.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Seção 1, de 6 de agosto de 2013, p. 1.

BRASIL. **Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil**. Brasília, DF: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. 2018. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/noticias/arquivos/files/Estudo_tecnico_mapeamento_desertos_alimentares.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. : il.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. PEC nº138/2003, PL nº4.529/2004 e PL nº4.530/ 2004.

BRASIL. **Preços mínimos**. Disponível em <https://www.conab.gov.br/precos-minimos>. Acesso em 21 dez 2022.

BRASIL. Secretaria de Governo. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Nacional de Juventude: proposta de atualização da minuta do Projeto de Lei nº 4.530/2004 / Secretaria Nacional de Juventude**; Joel de Menezes Borges (consultor). - Brasília: SNJ, 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude** / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, p. 128, 2014. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>

BURLANDY, L.; DE CASTRO, I. R. R.; RECINE, E.; DE CARVALHO, C. M. P.; PERES, J. Reflexões sobre ideias e disputas no contexto da promoção da alimentação saudável. **Caderno de Saúde Pública**, v. 37, p. 1-20, 2021.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSAN 2016-2019**. Brasília, DF: MDSA, CAISAN, 2017.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; CASTOBEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília. DF: MDA; 2009.

CASTRO, J. A explosão demográfica e a fome no mundo. Trabalho publicado na revista *Civillità delle Machine*, Roma, julho/agosto de 1968. [Incluído no livro *Fome, Um Tema Proibido* (org. Anna Maria de Castro), Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer**, v. 16, p. 13-25, 2015.

CAVALHEIRO, A. L.; BAREIA, J. G.; MALVEZZI, M. **O consumo minimalista: os valores do jovem da atualidade**. *International Journal of Business & Marketing (IJBMKT)*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 90-108, 2021.

CHAPMAN, S. **Young South African Vegetarians: Constructing Identities and Negotiating Relationships**. Masters in Psychology by Coursework and Research Report. Johannesburg, University of the Witwatersrand, 2015.

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991 apud HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre: 2ª ed., 2004

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude. **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Relatório Final: 5ª conferência nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Secretaria-Executiva do Consea Nacional, 2015. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/biblioteca-consea/>

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF. 2004. Disponível em https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/extos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf.

CONTRA OS AGROTÓXICOS. **Quem somos**. Disponível em: <https://contraosagrotoxicos.org/campanha-permanente-contr-a-os-agrotoxicos-e-pela-vida/>. Acesso em 05 mar. 2022.

COUNIHAN, C.; SINISCALCHI, V. **Food Activism – Agency, democracy and economy**. London/New York: Bloomsbury Academic, 2014.

CSA BRASIL. **CSA é um caminho que proporciona mais sustentabilidade**. Disponível em: <http://csabrasil.org/csa/>. Acesso em 05 mar. 2022.

CURY, B. Os muitos desafios da política nacional de juventude. In: **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo, 2009 apud DA SILVA, R. S.; DA SILVA, V. R. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Revista Scielo**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

DA HORA, A. L. F. **Consumo consciente em jovens universitários: o papel da universidade na conscientização para um consumo responsável**. 2013. 70p. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, RJ, 2013.

DA SILVA, R. S.; DA SILVA, V. R. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Revista Scielo**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

DALEY, B. **How urban planning and housing policy helped create ‘food apartheid’ in US cities** [Internet]. 2021.

DaMATTA, R. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **Correio da UNESCO**, [s. l.], v. 15, n. 7, p. 21-23, 1987 apud SACHS, L. A. **Comportamento do consumo consciente de alimentos: um estudo com jovens universitários na Cidade do Natal/RN**. 2017. 148p. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas, Natal, RN, 2017.

DATASENADO. **Pandemia reduziu renda de 68% dos brasileiros, indica DataSenado**. 2020. Recuperado em 05 mar., 2022, de <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/05/pandemia-reduziu-renda-de-68-dos-brasileiros-indica-datasetado>

DE ALMEIDA, G. P. O jovem ontem e hoje: um panorama da juventude brasileira, as gerações e sua intersecção com a educação, o trabalho e a tecnologia. In: **Seminário FESPSP - “Juventude, trabalho e profissão: desafios para o futuro no tempo presente”**, 7, 2019, São Paulo, GT 08 - Trabalho e emprego na viração do capitalismo: interpretando contrastes sociabilidades e organizações, São Paulo: SENAI-SP, 2019, p. 1-21.

DE CASTRO, I. R. R. Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 31, n. 1, p. 7-9, 2015.

DE SOUZA, T. S. N.; BILRO, C.; BENÍCIO, P.; FERREIRINHA, M. L.; TEIXEIRA, M.; SERRA, G. M. A.; SANTOS, Z.; RESNIK, R.; AVELAR, A.; MANGABEIRA, E. Promoção da segurança alimentar e nutricional com as juventudes no contexto universitário. In: **anais do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar**, 2019, Goiânia. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2019.

DEVORA. **Festival da Cultura Alimentar**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1k9S5lgS8_YsOmcmwiP_69-deMh3hFw2A/view. Acesso em 04 jan. 2023.

DICIO. **Significado de inconsciente**. Disponível em <https://www.dicio.com.br/inconsciente/>. Acesso em 05 mar. 22.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

DUBUISSON-QUELLIER, S. From Moral Concerns to Market Values: How Political Consumerism Shapes Markets. In: BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (org.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2019, p. 812–832.

ERICKSEN, P. J. Conceptualizing food systems for global environmental change research. **Glob. Environ. Change** 18, 234–245, 2008 apud GLOVER, D.; SUMBERG, J. Youth and Food Systems Transformation, **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 4, 2020.

ESAU, D.; HO, P. T.; BLAIR, G. K.; DUFFY, D.; O'HARA, N. N.; KAPOOR, V.; AJIKO M. Engaging youth in rural Uganda in articulating health priorities through photovoice. **Glob. Health Promotion** v. 24, p. 59–67, 2017.

FANZO, J., HADDAD, L., MCLAREN, R.; MARSHALL, Q.; DAVIS, C.; HERFORTH, A.; JONES, A.; BEAL, T.; TSCHIRLEY, D.; BELLOWS, A.; MIACHON, L.; GU, Y.; BLOEM, M.; KAPURIA, A. The Food Systems Dashboard is a new tool to inform better food policy. **Nature Food**, v. 1, p. 243–246, 2020.

FAO; IFAD; WFP. **Strengthening the enabling environment for food security and nutrition**. Rome: FAO/IFAD/WFP, 2014.

FERNANDES, V. **Consumo consciente: em busca de um instrumento que determine o perfil deste consumidor**. 2012, 105p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração da UFU, Uberlândia, 2012.

FERREIRA, V. S. Artes e manhas da entrevista compreensiva. **Saúde e Sociedade** [online], v. 23, n. 3, 2014.

FIAN BRASIL. **Participe do Banquetaco 2023: o Consea voltou!**. Disponível em <https://fianbrasil.org.br/banquetaco-2023-o-consea-voltou/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

FONTENELLE, I. A produção do discurso do consumidor responsável na mídia de negócios: crítica e assimilação da crítica no movimento anti-marcas. In: XXXIV ENANPAD, 2010. Rio de Janeiro, **Resumos...** Rio de Janeiro: XXXIV Encontro da ANPAD, 2010 apud SACHS, L. A. **Comportamento do consumo consciente de alimentos: um estudo com jovens universitários na Cidade do Natal/RN**. 2017. 148p. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas, Natal, RN, 2017.

FONTENELLE, I. O consumo e a cultura do capitalismo. **GVEXECUTIVO**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 26-9, 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World – Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable**. Rome, 2022. Disponível em <https://data.unicef.org/resources/sofi-2022/>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World – Moving forward on food loss and waste reduction**. Rome, 2019. Disponível em https://food.ec.europa.eu/system/files/2019-10/fw_lib_fao-2019_en.pdf

FREIRE JUNIOR, M.; SOARES, A. G. **Redução do desperdício de alimentos**. Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, p. 4, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

G1. **WhatsApp é o aplicativo mais usado pelos brasileiros; confira a lista**. Disponível em <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/01/11/whatsapp-e-o-aplicativo-mais-utilizado-por-metade-dos-brasileiros-confira-a-lista.ghtml>. Acesso em 21 dez 2022.

GAMA, M. **Banquetão dá comida de graça na rua e pede a volta do Consea**. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/banquetaco-da-comida-de-graca-na-rua-e-pede-a-volta-do-consea/17776>. Acesso em 05 mar. 2022.

GLORIA, N. F.; CARVALHO, M. C. V. S.; SEIXAS, C. M.; BARCELLOS, D. M. N. Nutricionismo, postagens e celebridades: o que o oráculo nos diz para comer?. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 15, n. 3, p. 636-647, 2021

GLOVER, D.; SUMBERG, J. Youth and Food Systems Transformation, **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 4, 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Jovens fazem pôster lambe-lambe e usam arte contra COVID-19**. Disponível em <https://estado.rs.gov.br/jovens-fazem-poster-lambe-lambe-e-usam-arte-contracovid-19>. Acesso em 21 dez 2022.

GRILO, M. F.; DE MENEZES, C.; DURAN, A. C. Mapeamento de pântanos alimentares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 7, p. 2717-28, 2022.

GRINBERG, P. **Jung, o Homem Criativo**. São Paulo: FTD, 1997.

GUZMÁN, E S. **Sobre los Orígenes de la agroecología em el pensamiento marxista y libertário**. La Paz: Plural Editores; 2011.

GUZMÁN, G. I.; MOLINA, M. G.; GUZMÁN, E. S. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa; 2000.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: 2ª ed., 2004 apud OLIVEIRA, V. H. N; LACERDA, M. P. C. Culturas Juvenis e Pertencimento Urbano: Mapeando os Fluxos Juvenis na Cidade. **Revista do Centro Universitário Santo Agostinho**, Teresina, v. 15, n. 2, art. 6, p. 110-124, mar./abr. 2018.

HEIDEMANN, I. T. S. B.; ALMEIDA, M. C. P. Freire's dialogic concept enables family health program teams to incorporate health promotion. **Public Health Nurs.**, v. 26, n. 2, p. 159-67, 2011.

HEIDEMANN, I. T. S. B.; DALMOLIN, I. S.; RUMOR, P. C. F.; CYPRIANO, C. C.; DA COSTA, M. F. B. N. L.; DURAND, M. K. Reflexões sobre o itinerário de pesquisa de

paulo freire: contribuições para a saúde. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online v. 26, n. 4, 2017.

HERRERO, M.; THORNTON, P. K.; POWER, B.; BOGARD, J. R.; REMANS, R.; FRITZ, S.; GERBER J. S.; NELSON, G.; SEE, L.; WAHA, K.; WATSON, R. A.; WEST, P. C.; SAMBERG, L. H.; VAN DE STEEG, J.; STEPHENSON, E.; VAN WIJK, M.; HAVLÍK, P. Farming and the geography of nutrient production for human use: a transdisciplinary analysis. **Lancet Planetary Health**, v. 1, e33–e42, 2017.

IDEIAS NA MESA. Metodologias participativas para ações de Educação Alimentar e Nutricional. Brasília, 2016.

INSTITUTO AKATU. **Guia de primeiros passos para o Consumo Consciente.** 2021.

INSTITUTO AKATU. **Pesquisa “Descobrimo o consumidor consciente”.** 2003 apud SACHS, L. A. **Comportamento do consumo consciente de alimentos: um estudo com jovens universitários na Cidade do Natal/RN.** 2017. 148p. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas, Natal, RN, 2017.

INSTITUTO AKATU. **Pesquisa “Os jovens e o consumo sustentável: construindo o próprio futuro?”.** 2001.

INSTITUTO LIXO ZERO BRASIL. **Quem somos.** Disponível em: <https://ilzb.org/quem-somos/>. Acesso em 05 mar. 2022.

INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS (IPES-FOOD). **What Makes Urban Food Policy Happen? Insights from Five Case Studies.** International Panel of Experts on Sustainable Food Systems, 2017.

IPEA. **Caderno ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.** Brasília: Ipea, 2019.

JÚNIOR, J. N. M.; FERREIRA, M. C. Análise compreensiva: conceito e método. **Geografia**, v. 35, n. 1, p. 21-35, 2010.

KAUFFMAN, J. **Hippie food: how back-to-the-landers, longhairs and revolutionaires changed the way we eat.** New York: HarperCollins Published, 2018.

KAUFMANN, J.C. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo.** Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

KHOURY, C. K.; BJORKMAN, A. D.; DEMPEWOLF, H.; RAMIREZ-VILLEGAS, J.; GUARINO, L.; JARVIS, A.; RIESEBERG, L. H. Increasing homogeneity in global food supplies and the implications for food security. **Proc. Natl. Acad. Sci. U.S.A.** v. 111, p. 4001–4006, 2014.

KOURY, M. G. P. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. **Revista Sociedade e Estado**, v. 6, n. 3, 2011.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, p. 19–43, 2012 apud CRUZ, F. N. B.; DAROIT, D. D. **Vias para o Desenvolvimento democrático: regimentos internos de conselhos de políticas públicas como instrumentos de ação pública transversal e participativa**. In: VII Congresso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas GIGAPP, 2016, Madrid. Anais [...]. Madrid: GIGAPP, p. 1-25, 2016.

LIMA, K. C. S.; PLASTER, J. A.; SCHUTZ-FOERSTE, G. M. A atualidade de Paulo Freire no “grito” sufocado dos oprimidos, **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-20, 2022.

LIMA, R. D. S.; FONTANA, A. P. C. As feiras da agricultura familiar como território de práticas alimentares e sociabilidades. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 75-100, 2019.

LOKER, A.; FRANCIS, C. Urban food sovereignty: urgente need for agroecology and systems thinking in a post-COVID-19 future. **Agroecol. Sustain. Food Syst. Systems**, v. 44, n. 9, p. 1118-1123, 2020.

LYTLE, L. A. Measuring the Food Environment: State of the Science. **Am J Prev Med**, v. 36, n. 4, p. 134-44, 2009 apud SODRÉ, B. E.; LEITE, M. A.; BINOTI, M. L. Ambiente obesogênico universitário: achados de uma cidade brasileira. **Revista Da Associação Brasileira De Nutrição - RASBRAN**, v. 12, n. 1, p. 3-15. 2020.

MACHADO, L. S.; GARCIA, E. L. Covid-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico. **Saúde Debate**, v. 6, n. 2, p. 426-437, 2022.

Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre **Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar**. 2015.

MANNHEIM, K. **O problema sociológico das gerações**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, F.S; RUIZ; M.J.F. **O movimento estudantil e a democratização da educação**. In: XVI Semana da Educação VI e Simpósio de Pesquisa e Pós-graduação em Educação. 2015. Londrina. Anais. Londrina: UEL, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/PERSPECTIVAS%20FILOSOFICAS/O%20MOVIMENTO%20ESTUDANTIL%20E%20A%20DEMOCRATIZACAO%20DA%20EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.

MILLER, D. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 33-63, 2007 apud SACHS, L. A. **Comportamento do consumo consciente de alimentos: um estudo com jovens universitários na Cidade do Natal/RN**. 2017. 148p. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade

Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas, Natal, RN, 2017.

MINDFULEATING BRASIL. **O comer consciente frente ao comer restritivo.**

Disponível em:

<http://mindfuleatingbrasil.com.br/index.php/2016/11/16/o-comer-consciente-frente-ao-comer-restritivo/>. Acesso em 19 set. 2022.

MONTICELLI, L.; DELLA PORTA, D. The Successes of Political Consumerism as a Social Movement. In: BOSTRÖM, Magnus; MICHELETTI, Michele; OOSTERVEER, Peter (org.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2019, p. 772–792.

MOVIMENTO COMER PRA QUÊ. **O movimento.** Disponível em

<https://slowfoodbrasil.org.br/movimento/>. Acesso em 04 dez 2022.

MPA BRASIL – Movimento dos Pequenos Agricultores. **Quem somos.** Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em 13 mai. 2022.

MUSEU DO AMANHÃ. **Dia do Bem-estar.** Disponível em

<https://museudoamanha.org.br/pt-br/dia-do-bem-estar-em-sintonia-com-a-nova-exposicao-do-museu-do-amanha-coracao-pulso-da-vida>. Acesso em 04 dez 2022.

NEGRETTO, L. W. **As relações entre a dinâmica pós-moderna e o consumo minimalista.** 2013. 104p. Monografia (Graduação em Publicidade e propaganda) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social, Departamento de Publicidade e Propaganda, Porto Alegre, RS, 2013.

NEWCOMBE, M.; MCCARTHY, M.; CRONIN, J.; MCCARTHY, S. “Eat like a man.” a social constructionist analysis of the role of food in men's lives. **Appetite**, v. 59, p. 391–398, 2012.

NIEMEYER, C. B.; DA SILVEIRA, V. C. A. Da pandemia à agroecologia: redes de solidariedade na construção de um novo paradigma socioecológico, **Saúde Debate**, v 6, n. 2, p. 377-390, 2022.

NUNES, E. L. M. **Vegetarianismo além da dieta: ativismo vegano em São Paulo.** 2010. 129p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

NUPENS. **A classificação NOVA.** Disponível em:

<https://www.fsp.usp.br/nupens/a-classificacao-nova/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

O JOIO E O TRIGO. **Guia Alimentar do Brasil completa 5 anos de resistência.**

Disponível em:

<https://ojoioetrigo.com.br/2019/11/guia-alimentar-do-brasil-completa-5-anos-de-resistencia/>. Acesso em 19 dez 2022.

O JOIO E O TRIGO. **Por que o fim dos estoques públicos de alimentos do Brasil é um problema.** Disponível em <https://ojoioeotrigo.com.br/2019/11/por-que-o-fim-dos-estoques-publicos-de-alimentos-do-brasil-e-um-problema/>. Acesso em 21 dez 2022.

OLIVEIRA, D. C. de. **Comida, carisma e prazer: Um estudo sobre a constituição do Slow Food no Brasil.** Tese de Doutorado, 2014.

OLIVEIRA, V. H. N.; LACERDA, M. P. C. Culturas Juvenis e Pertencimento Urbano: Mapeando os Fluxos Juvenis na Cidade. **Revista do Centro Universitário Santo Agostinho**, Teresina, v. 15, n. 2, art. 6, p. 110-124, mar./abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração sobre a Promoção entre os Jovens dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos. 1965. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-jovenspaz.pdf> . Acesso em: 13 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Marco da FAO para a Agendar Alimentar Urbana – aproveitamento de medidas dos governos subnacionais e locais para garantir sistemas alimentares sustentáveis e uma melhor nutrição.** Roma, 2020. Disponível em <https://www.fao.org/3/ca3151pt/ca3151pt.pdf>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Perdas e desperdícios de alimentos na América Latina e no Caribe.** Disponível em <https://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/239394/>. Acesso em 19 dez 2022.

PARK, C.; WHITE, B. We are not all the same: taking gender seriously in food sovereignty discourse. **Third World Q.**, v. 36, p. 584–599, 2015.

PATEL, R. The long green revolution. **J. Peasant Stud.** v. 40, p. 1–63, 2012.

Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 59 p

PIIA, J. Veganism and Plant-Based Eating: Analysis of Interplay Between Discursive Strategies and Lifestyle Political Consumerism. **The Oxford Handbook of Political Consumerism**, 2020.

PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes (St. Cruz Do Sul Online)**, v. 25, n. 2, p. 411-432, 2020.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R de. A alimentação no contexto contemporâneo: Consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência e Saude Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 99–106, jan. 2011 apud SACHS, L. A. **Comportamento do consumo consciente de alimentos: um estudo com jovens universitários na Cidade do Natal/RN**. 2017. 148p. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas, Natal, RN, 2017.

PORTO, A. C. V.; DA COSTA, D. F.; DOS ANJOS, M. D.; ZANDONAI, S. I. L.; MIGUEL, V. A. L. Desmonte de políticas públicas: a rearticulação dos atores do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, **Revista Conjecturas**, v. 22, n. 2, p. 943-957, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO BOMBARDI, P. R. Geografia Agraria de las crisis de los Alimentos em Brasil. **Mundo Siglo XXI – Revista del Centro de Investigaciones Económicas, Administrativas y Sociales del Instituto Politécnico Nacional**, v. 20, p. 39-54, 2010 apud BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**, São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p. Disponível em:
<http://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf/view>

POULAIN, J. Sociologias da alimentação. **Os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006. apud PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes (St. Cruz Do Sul Online)**, v. 25, n. 2, p. 411-432, 2020.

PROJETO COMIDA BOA DO CAMPO À MESA. **Hortas comunitárias no combate à fome e à desnutrição**. Disponível em
<https://projetocomidaboa.com.br/fome/hortas-comunitarias-no-combate-a-fome-e-a-desnutricao/>. Acesso em 13 abr. 2023.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil – VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021.

REDE PENSSAN. **VIGISAN, II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2022. Disponível em:
<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em 19 jan de 2023.

ROCKSTRÖM, J.; WILLIAMS, J.; DAILY, G.; NOBLE, A.; MATTHEWS, N.; GORDON, L.; WETTERSTRAND, H.; DECLERCK, F.; SHAH, M.; STEDUTO, P.; DE FRAITURE, C.; HATIBU, N.; UNVER, O.; BIRD, J.; SIBANDA, L.; SMITH, J. Sustainable intensification of agriculture for human prosperity and global sustainability. **Ambio**, v. 46, p. 1–14, 2016.

RODRIGUES, P. Projeto incentiva consumo consciente de hortaliças para evitar o desperdício nas residências. **Hortaliças em Revista: Embrapa Hortaliças**, v. 6, n. 23, p. 6-15, 2018.

RUBEN, R.; VERHAGEN, J.; PLAISIER, C. The challenge of food systems research: what difference does it make? **Sustainability**, v. 11, n. 171, 2019.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, M. M. **Ativismo alimentar: experiências locais de produção e consumo de alimentos em São Paulo**. 2021. 101p. Dissertação (Mestrado) – USP, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear de Agricultura, Piracicaba, SP, 2021.

SCHNEIDER, T.; ELI, K.; DOLAN, C.; ULJASZEK, S. **Digital Food Activism**, London: Routledge, 2017.

SEDUPANE, G. **A qualitative study exploring the experiences of Black South African vegetarians residing in the urban settings of Cape Town**. Master of Arts in Child and Family Studies. Cape Town, University of the Western Cape, 2017.

SILVA FILHO, O. J. D.; GOMES JÚNIOR, N. N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19, **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 05, 2020.

SILVA, A. T. S.; SILVA, S. T. Panorama da agricultura orgânica no Brasil. **Segur. Aliment. e Nutr.**, Campinas, v. 23, n. esp., p.1031-1040, dez. 2016.

SILVA, J. S. Agroecologia: base estratégica para a segurança alimentar. **Revista Verde**, Mossoró – RN – Brasil, v.5, n.1, p. 01 – 06, jan/mar. 2010.

SILVA, M.; ARAÚJO, A.; SANTOS, J. “Consumo consciente”: o ecocapitalismo como ideologia. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 95-111, 2012.

SIN AZUCAR. **Material para descargar**. Disponível em: <https://www.sinazucar.org/material/>. Acesso em 04 dez 2022.

SLOW FOOD BRASIL. **Movimento Slow Food**. Disponível em <https://slowfoodbrasil.org.br/movimento/>. Acesso em 04 dez 2022.

SLOW FOOD YOUTH NETWORK. **Giro Di Sfyn**. Disponível em <https://www.slowfoodyouthnetwork.nl/nieuws/giro-di-sfyn>. Acesso em 04 dez 2022.

SLOW FOOD. **Disco Xepa Day Mundial**. Disponível em: <https://www.slowfood.com/pt-pt/o-que-fazemos/eventos-internacionais/disco-xepa-day-mundial/>. Acesso em 04 dez 2022.

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA (SVB). **Segunda sem carne**. Disponível em <http://segundasemcarne.com.br/>. Acesso em 04 dez 2022.

SODRÉ, B. E.; LEITE, M. A.; BINOTI, M. L. Ambiente obesogênico universitário: achados de uma cidade brasileira. **Revista Da Associação Brasileira De Nutrição - RASBRAN**, v. 12, n. 1, p. 3-15, 2020.

SOUSA, J. Apresentação do Dossiê: A sociedade vista pelas gerações. *Política & Sociedade*. **Revista de Sociologia Política**, v. 5, n. 8, p. 9-30, 2006.

SOUZA, J. B.; VENDRUSCOLO, C.; MAESTRI, E.; BITENCOURT, J. V. O. V.; BRUM, C. N.; LUZARDO, A. R. Círculo de cultura virtual: promovendo a saúde de enfermeiros no enfrentamento da covid-19. **Rev Gaúcha Enferm.**, v. 42, 2021.

SP FOOD FILM FEST. **Página inicial**. Disponível em: <https://www.spfoodfilmfest.art.br/filmes/antesprato>. Acesso em 04 jan. 2023.

SPORH, F. S.; DALSTOTTO, M. P. B.; CORREA, Y. Educação Popular e Pedagogia Crítica: os princípios pedagógicos freireanos na formação de Educadores Populares em Saúde. **Praxis educativa**, v. 16, 2021.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas no Brasil. In: **Políticas públicas de juventud em América Latina**, Poços de Caldas, Minas Gerais, 2003 apud DA SILVA, R. S.; DA SILVA, V. R. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Revista Scielo**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

STOLLE, D.; HOOGHE, M.; MICHELETTI, M. Politics in the supermarket: Political consumerism as a form of political participation. **International Political Science Review**, v. 26, n. 3, 2005 apud PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes (St. Cruz Do Sul Online)**, v. 25, n. 2, p. 411-432, 2020.

SUMBERG, J.; ANYIDOHO, N. A.; CHASUKWA, M.; CHINSINGA, B.; LEAVY, J.; TADELE, G.; WHITFIELD, S.; YARO, J. “**Young people, agriculture, and employment in rural Africa**” in African Youth and the Persistence of Marginalization: Employment, Politics, and Prospects for Change, eds D. Resnick and J. Thurlow (London: Routledge), p. 111–132, 2015.

SWINBURN, B. A.; KRAAK, V. I.; ALLENDER, S.; ATKINS, V. J.; BAKER, P. I.; BOGARD, J. R.; BRINDEN, H.; CALVILLO, A.; DE SCHUTTER, O.; DEVARAJAN, R.; EZZATI, M.; FRIEL, S.; GOENKA, S.; HAMMOND, R. A.; HASTINGS, G.; HAWKES, C.; HERRERO, M.; HOVMAND, P. S.; HOWDEN, M.; JAACKS, L. M.; KAPETANAKI, A. B.; KASMAN, M.; KUHNLEIN, H. V.; KUMANYIKA, S. K.; LARIJANI, B.; LOBSTEIN, T.; LONG, M. W.; MATSUDO, V. K. R.; MILLS, S. D. H.; MORGAN, G.; MORSHED, A.; NECE, P. M.; PAN, A.; PATTERSON, D. W.; SACKS, G.; SHEKAR, M.; SIMMONS, G. L.; SMIT, W.; TOOTEE, A.; VANDEVIJVERE, S.; WATERLANDER, W. E.; WOLFENDEN, L.; DIETZ, W. H. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet Commissions**, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.**, v. 19, n. 4, p. 933-45, 2010.

VASCONCELLOS A. B. P. A.; MOURA, L. B. A. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cad. Saúde Pública**, v. 34, n. 2, 2018.

VASCONCELOS, F. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-57, 2005 apud SANTOS, M. M. **Ativismo alimentar: experiências locais de produção e consumo de alimentos em São Paulo**. 2021. 101p. Dissertação (Mestrado) – USP, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear de Agricultura, Piracicaba, SP, 2021.

VIEIRA, D. Histórias sobre homicídios entre jovens: 'Mundo do crime' e comensurabilidade. Dilemas. **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 2, p. 281-308, 2011.

WIKIPÉDIA. **Bingo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bingo>. Acesso em 04 dez 2022.

WILKINSON, J. Recognition and Redistribution in the Renegotiation of Rural Space: The Dynamics of Aesthetic and Ethical Critiques. In: GOODMAN, M.; GOODMAN, D; REDCLIFT, M. (org.). **Consuming Space: Placing Consumption in Perspective**. London: Ashgate, 2010.

WILKINSON, J.; ROCHA, R. Agro-industry trends, patterns and development impacts in Agro-industries for development, DA SILVA, C.; BAKER, D.; SHEPHERD, A.; JENANE, C.; MIRANDA DA CRUZ, S. (Wallingford: CABI), p. 46–91, 2009 apud GLOVER, D.; SUMBERG, J. Youth and Food Systems Transformation, **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 4, 2020.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa de forma totalmente voluntária. Antes de concordar, é importante que você leia e compreenda as informações contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

I - Título da pesquisa: Protagonismo juvenil: produção de alimentos e alimentação consciente no campo e na cidade

Pesquisadora responsável: Carolina Martins dos Santos Chagas

Função: Coordenadora-Geral do projeto

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Lavras/Departamento de Nutrição

Contatos: (35) 3829-9735 e comerpraque@ufla.br

Local da coleta de dados: ambiente virtual, abrangência nacional

II - OBJETIVOS

Realizar oficinas de sensibilização para temáticas do universo da alimentação no propósito de fortalecer e dar visibilidade às opiniões e práticas das juventudes, bem como fomentar o reconhecimento e a atitude protagonista desse público na organização dos processos de produção e alimentação consciente no campo e na cidade.

Para participar você precisa: ser jovem entre 18 e 29 anos; produzir alimentos e/ou se organizar para o consumo alimentar consciente no ambiente rural ou urbano; ter acesso à internet; aparelho com câmera funcionando; disponibilidade de tempo para participar das atividades; e participar de algum coletivo ou instituição (preferencialmente). Caso o número de jovens que atendam esse perfil exceda o quantitativo suportado, será realizado um sorteio.

III – JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa faz parte do Movimento Comer Pra Quê (CPQ), uma iniciativa voltada às juventudes que tem como objetivo incentivar a consciência crítica sobre a alimentação. Os jovens são importantes para o futuro da alimentação adequada e sustentável, no entanto são

negligenciados pelas políticas públicas e outras ações. Nesse sentido, é importante dialogar com aqueles envolvidos nos processos de produção de alimentos e organização para uma alimentação consciente no campo e na cidade, para avançar nas discussões sobre alimentação a partir de suas perspectivas.

IV - PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Caso aceite participar, iremos agendar uma entrevista individual e convidar para estar em um grupo de whatsapp com os outros(as) jovens. Posteriormente acontecerão oficinas online sobre temáticas do universo da alimentação. Os encontros irão priorizar o protagonismo dos jovens, por meio do diálogo, da problematização e da construção coletiva de conhecimentos e propostas de ação.

As atividades serão gravadas, mas sua imagem e fala só serão utilizadas com autorização prévia, de acordo com a Resolução CNS n. 510/2016. As informações resultantes das oficinas poderão ser utilizadas em publicações e eventos técnico-científicos e nas redes sociais do movimento CPQ.

V - RISCOS ESPERADOS

A avaliação do risco da pesquisa é considerada baixa, pois pode oferecer riscos aos participantes relacionados a constrangimentos (ao interagir e dialogar com estranhos; ao serem solicitadas informações e opiniões via internet; cansaço ao dialogar e produzir materiais; invasão de privacidade e quebra de anonimato).

Para evitar intercorrências e minimizar esses riscos, a equipe será devidamente treinada para o trabalho de campo e trabalhará de forma ética; a entrevista individual e os encontros serão realizados em ambiente online seguro; será garantida a liberdade para não responder questões; os participantes poderão desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo; todos os dados serão arquivados pelo período de até 5 (cinco) anos, sob proteção da coordenadora do projeto em arquivo offline.

Caso seja comprovado dano direto ou indireto decorrente da participação na pesquisa, os pesquisadores irão arcar com todas as possíveis consequências com a garantia de apoio psicológico, se necessário.

VI – BENEFÍCIOS

Os encontros poderão fortalecer e dar visibilidade às opiniões e práticas dos jovens, e promover o reconhecimento da atitude protagonista das juventudes nos processos de produção e alimentação consciente no campo e na cidade.

VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

Sua participação é voluntária, livre de custos ou vantagem financeira de qualquer natureza. Caso queira desistir de participar do estudo, poderá fazê-lo a qualquer momento, sem nenhuma penalidade ou perder quaisquer benefícios, ficando garantida a sua liberdade de retirada do consentimento.

ATENÇÃO! Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: (35) 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se disponível online, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra poderá ser baixada por você. *No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Nutrição. Telefone de contato: (35) 3829-9735.*

VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, certifico que, tendo lido as informações acima e suficientemente esclarecido (a) de todos os itens, estou plenamente de acordo com a realização da pesquisa. Assim, eu autorizo a execução do trabalho de pesquisa exposto acima.

Lavras, _____ de _____ de 20____.

Nome do participante (LEGÍVEL)

Assinatura do participante

Carolina Martins dos Santos Chagas

**APÊNDICE B - Coletivos mapeados que se relacionavam com juventudes brasileiras
envolvidas com a alimentação consciente na cidade**

1. Levante Popular da Juventude
2. Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE
3. MST
4. Engenheiros sem fronteiras
5. Pastoral da Juventude Brasil
6. Pastoral da Juventude Rural Brasil - PJR
7. Juventude socialista - JSPDT Ceará
8. Rotaract (Brasil)
9. Slow Food Brasil
10. Slow Food Rede Jovem
11. ABA - GT Juventudes
12. ANA
13. Agroecologia em rede
14. Itaú Social
15. Redes de agroecologia no Brasil
16. Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA
17. MPA
18. Coletivo Nacional de Agricultura Urbana
19. Mesa Brasil SESC
20. Agenda Jovem Fiocruz
21. Instituto Akatu
22. WWF Brasil
23. Favela Orgânica
24. UNICEF
25. Associação Prato Cheio
26. Stop Food Waste Day
27. Instituto Brasil Orgânico
28. Alimentação em foco
29. Infojovem
30. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
31. Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA)

32. Instituto 5 elementos
33. Unilivre
34. Comunidades que sustentam a agricultura - CSA
35. Associação Brasileira de Agroecologia - ABA
36. Movimento de mulheres camponesas
37. Viração
38. CEAP
39. Levante Popular da Juventude - MG
40. CEJUVE - Conselho Estadual da Juventude
41. MST MG
42. MST Zona da Mata MG
43. Fórum das Juventudes Grande BH
44. Núcleo Juventudes - Plug Minas
45. Agenda Juventude Rural e Sucessão Familiar - EMATER MG
46. Comissão Estadual de Jovens Trabalhadores(as) Rurais - FETAEMG
47. Engenheiros sem fronteiras Lavras
48. Engenheiros sem fronteiras BH
49. Engenheiros sem fronteiras Passos
50. Engenheiros sem fronteiras Viçosa
51. Engenheiros sem fronteiras Juiz de Fora
52. Engenheiros sem fronteiras Divinópolis
53. Engenheiros sem fronteiras Itabira
54. Engenheiros sem fronteiras Ituiutaba
55. Engenheiros sem fronteiras João Monlevade
56. Engenheiros sem fronteiras Manhuaçu
57. Engenheiros sem fronteiras Montes Claros
58. Engenheiros sem fronteiras Ouro Branco
59. Engenheiros sem fronteiras Ouro Preto
60. Engenheiros sem fronteiras Patos de Minas
61. Engenheiros sem fronteiras Poços de Caldas
62. Engenheiros sem fronteiras Rio Paranaíba
63. Engenheiros sem fronteiras São João Del Rei
64. Engenheiros sem fronteiras Sete Lagoas
65. Engenheiros sem fronteiras Uberaba

66. Rotaract (Brasil)
67. Juventude Revolução - MG
68. Centro de referência das Juventudes - CRJ
69. Instituto Tucum - Juventude, educação popular e políticas públicas
70. Superintendência da Juventude
71. Associação coletiva da Juventude
72. Superintendências Regionais de Ensino (direcionar contato para Diretoria de Juventudes)
73. Virada educação minas gerais
74. Kolping minas gerais
75. Programa Fica Vivo!
76. Coordenação Estadual de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (CEJTTR-ES)
77. Mutirão Agroflorestal
78. RAMA - Rede Agroecológica da Mantiqueira
79. Instituto Kairós
80. Instituto Terra Mater
81. Rede ecológica
82. Muda - SP
83. Redes da Maré (Maré de sabores)
84. Engenheiros sem fronteiras Rio das Ostras
85. Silo - arte e latitude
86. Yebá - NEA UFLA
87. Núcleo de Estudos em Agroecologia Incentivando Práticas e Integrando Movimentos - UFF
88. Núcleo de Agroecologia UnB
89. Núcleo de Estudos em Agroecologia - Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina
90. Núcleo de Estudos em Agroecologia do IF Goiano - Campus Avançado Hidrolândia
91. NEA UFABC
92. NEA Inconfidentes
93. NEAPO - Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - Campus Machado

94. NEA - Raiz do Campo
95. NEA WATU
96. NEA IFTM
97. EAgroecologando
98. Agroecologia na Periferia
99. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
100. Vivências em Agroecologia
101. Cooperar Maricá
102. Grupo de Agroecologia KAPIXAWA
103. Agroecologia solidária
104. Projeto Semear
105. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI
106. Cooperativa Agroecológica Vale do Iguaçu - Cooavi
107. COPERVIN - Cooperativa Regional dos Vitivinicultores do Sudoeste do Paraná
108. Assentamento Recanto da Natureza
109. Associação de Agricultores Orgânicos de Quedas do Iguaçu – Aaoqi
110. Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar
111. Cooperativa de Produção e Consumo dos Produtores e das Agroindústrias Familiares de Seara – Coopase
112. Cooperativas de Agricultores e Agroindústrias Familiares de Caxias do Sul - Caaf
113. Food Forum
114. Urban Farmcy
115. BeGreen fazendas urbanas
116. Rede Ecológica
117. COMJUVE - Caxias do Sul
118. COMJUVE - Porto Alegre
119. ESCOLA DE CIDADANIA - CAMP
120. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG-RS
121. Rede Jovem Slow Food - Rede Jovem
122. Coletivo de Consumo Colaborativo Tribo Viva

123. Até o talo - Cozinha artesanal Vegana
124. Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
125. SESC - Mesa Brasil
126. Ambiente Livre
127. Agroecologia em movimento
128. Instituto Nhandecy
129. Elève Vida
130. Rede Ecovida
131. JURA - UFRJ
132. GiraSol
133. Levante Popular da Juventude - AL
134. MST AL
135. MST nordeste BA
136. CEJUVE BA
137. Centro Juvenil de Ciência e Cultura da Bahia - CJCC
138. Engenheiros sem fronteiras Salvador
139. SEMEAR
140. Juventude Sem Terra CE
141. Juventude PT CE
142. Pastoral da Juventude do Meio Popular de Fortaleza- PJMP Fortaleza
143. Pastoral da Juventude Fortaleza
144. Juventude socialista - JSPDT Ceará
145. PMJM Ceará
146. Engenheiros sem fronteiras Fortaleza
147. Engenheiros sem fronteiras São Luis
148. MST MA
149. Engenheiros sem fronteiras Pernambuco
150. Centro Sabiá
151. Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA Pernambuco
152. Comissão de Jovens Multiplicadores/as da Agroecologia - CJMA/PE
153. Sertão Agroecológico
154. Serviço de tecnologia alternativa - SERTA
155. MST PE
156. Núcleo JUREMA - UFRPE

157. Engenheiros sem fronteiras Teresina
158. MST PI
159. Engenheiros sem fronteiras Natal
160. MST RN
161. CEJUV SE - Coordenadoria Especial da Juventude
162. JUSAMA - Juventude Sergipana em Ação
163. Engenheiros sem fronteiras Aracajú
164. RESEA Rede Sergipana de Agroecologia
165. ASA Sergipe
166. MST SE
167. MCP Movimento Camponês Popular/Sergipe
168. Juventude Sem Terra Sergipe
169. NEA Picuí
170. Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) IFMA-Monte Castelo
171. NEAVI - Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do
Médio Vale do Itajaí
172. ACHE NEA
173. NEA IFBA
174. ASPTA
175. Agroecologia e Arte PB
176. Agroecologia UFRPE
177. Associação para o desenvolvimento da Agricultura Orgânica
178. AGE Associação Agrícola Ecológica
179. Rede ANA Amazônia
180. FASE
181. Engenheiros sem fronteiras Tucuruí
182. MST PA
183. Juventude Sem Terra PA
184. Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)

APÊNDICE C - Formulário de interesse em participar da pesquisa

1. Qual o seu nome e sobrenome?
2. Qual a sua faixa etária?
 - . Entre 18 e 20 anos
 - . Entre 21 e 25 anos
 - . Entre 26 e 29 anos
3. Qual o seu gênero?
 - . Feminino
 - . Masculino
 - . Outro
4. Qual endereço de e-mail você mais usa?
5. Qual o seu telefone com DDD (whatsapp)? Caso seja selecionada(o), vamos manter contato com você por esse número.
6. Você tem interesse em participar de encontros virtuais com a gente e outros jovens para falar sobre a produção de alimentos e a alimentação consciente no Brasil?
 - . Sim
 - . Não
 - . Possivelmente
 - . Outro
7. Você atua com a produção de alimentos ou está envolvida(o) com alimentação consciente?
 - . Produção de alimentos
 - . Alimentação consciente
 - . Produção de alimentos e alimentação consciente
 - . Outro
8. Qual município você mora?
9. Você mora na:
 - . Zona urbana
 - . Zona rural
10. Qual o seu Instagram? Deixe aqui o seu @ para caso a gente não consiga te encontrar no whatsapp :)
11. Seu acesso à internet se dá por.... (selecione todos os meios)
 - . Celular (Smartphone)

. Notebook e/ou computador

. Tablet

. Outro

12. De 1 a 5, como é seu acesso a rede de telefonia móvel? (Onde 1 significa não tenho acesso e 5 tenho acesso todos os dias)

13. De 1 a 5, como é o seu acesso à internet? (Onde 1 é muito instável e 5 é totalmente estável)

APÊNDICE D - Formulário de Reconhecimento

1. E-mail
2. Você aceita participar da pesquisa?
 - . Aceito
 - . Não, obrigado(a)
3. Qual o seu nome e sobrenome?
4. Qual a sua faixa etária?
 - . Entre 18 e 20 anos
 - . Entre 21 e 25 anos
 - . Entre 26 e 29 anos
5. Qual o seu gênero?
 - . Feminino
 - . Masculino
 - . Outro
 - . Prefiro não informar
6. Com qual cor/raça você se identifica?
 - . Branca
 - . Preta
 - . Amarela
 - . Parda
 - . Indígena
7. Qual seu estado civil?
 - . Casado(a)
 - . Solteiro(a)
 - . Divorciado(a)
 - . Viúvo(a)
8. Qual seu nível de escolaridade atual?
 - . Não estudo/estudei
 - . Ensino fundamental completo (1a a 8a série)
 - . Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental
 - . Ensino médio (1o ao 3o ano)
 - . Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Médio
 - . Ensino superior
 - . Pós graduação

- . Mestrado
 - . Doutorado
9. Qual a sua ocupação atual (considerando atividades remuneradas)?
- . Só estudo
 - . Só trabalho
 - . Estudo e trabalho
 - . Trabalho ocasionalmente (bicos, freelancer)
 - . Não estudo e nem trabalho
10. Caso exerça atividade remunerada, você é o(a) principal provedor(a) de sustento econômico do seu lar?
- . Sim
 - . Não
 - . Ocasionalmente
11. Se a última resposta foi afirmativa, qual a sua faixa de rendimento mensal?
- . Até o valor de R\$ 1.100,00
 - . De R\$ 1.100,01 até o valor de R\$ 3.300,00
 - . De R\$ 3.300,01 até o valor de R\$ 5.500,01
 - . De R\$ 5.500,02 até o valor de R\$ 7.700,02
 - . Superior ao valor de R\$7.700,03
12. Qual tipo de atividade relacionada a produção e/ou organização para o consumo consciente de alimentos você costuma desempenhar?
13. Por favor, confirme o seu número de telefone cadastrado no Whatsapp. Não esqueça de colocar o seu DDD.
14. Considerando que as atividades aconteçam nos meses de novembro ou dezembro, qual a sua disponibilidade para participar em relação aos dias de semana?
- . Segundas-feiras
 - . Sextas-feiras
 - . Sábados
15. Considerando que as atividades aconteçam nos meses de novembro ou dezembro (e que você pode estar presente nos dias que indicou na pergunta acima), qual a sua disponibilidade de turno?
- . Manhã
 - . Tarde
 - . Noite

16. Quanto tempo você poderia dedicar aos encontros online?
- . Até 1 hora
 - . Entre 1 hora e 2 horas
 - . 2 horas ou mais
17. A qualidade da sua internet permite que você participe de um encontro online de pelo menos 1 hora de duração?
- . Acredito que terei possibilidade de participar com internet estável durante todo encontro
 - . Acredito que terei instabilidade de conexão em alguns momentos do encontro
 - . Acredito que não terei possibilidade de participar, pois meu acesso à internet é muito instável
 - . Não sei, pois nunca participei de nenhum outro encontro online com essa duração
18. Qual o seu nível de facilidade de uso da plataforma Zoom?
- . Nenhuma facilidade
 - . Muita pouca facilidade
 - . Alguma facilidade
 - . Tenho facilidade
 - . Muita facilidade
19. Qual o seu nível de facilidade de uso da plataforma Google Meet?
- . Nenhuma facilidade
 - . Muita pouca facilidade
 - . Alguma facilidade
 - . Tenho facilidade
 - . Muita facilidade
20. Das ferramentas interativas virtuais abaixo, quais você considera já ter alguma facilidade ou experiências anteriores?
- . Jamboard
 - . Mentimeter
 - . Padlet
 - . Não tenho experiência com nenhuma ferramenta interativa virtual
 - . Outro
21. O que é uma alimentação adequada e sustentável para você?
22. Você tem alguma dúvida e/ou sugestão para os encontros? Fique à vontade para se expressar!

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista individual

1. Estamos conversando com três grupos de jovens (que produzem alimentos no campo, na cidade e que se envolvem com a alimentação consciente).

As experiências e opiniões deles são muito diferentes... você, por exemplo, se identificou como “envolvido com a alimentação consciente”.

Então, eu gostaria de saber... o que você entende por “alimentação consciente”?

2. Me conta um pouco sobre sua experiência com a alimentação consciente.
 - . Há quanto tempo pratica?
 - . Que práticas realiza no seu dia a dia?
 - . Sempre foi assim? Ou aconteceu alguma coisa que mudou a sua percepção?
3. Você pode falar um pouco mais sobre as suas motivações para pensar e agir assim? É pra benefício próprio, pensando na coletividade, no planeta...? Conta pra mim.
4. Pensando nas suas condições de vida, no ambiente onde você vive, nas suas relações... o que facilita e o que dificulta ter uma alimentação consciente?
5. Você acredita que sua forma de pensar e de agir sobre isso influencia as pessoas a sua volta?
 - . De que forma? Tem um exemplo?
6. Algumas pessoas não compram de determinadas marcas porque utilizam trabalho escravo ou não se preocupam com o meio ambiente; outras frequentam a feira para estimular o comércio local ou comprar direto do produtor; também existem aquelas que participam de atos públicos contra a fome ou a favor da mudança dos rótulos de alimentos, por exemplo. Você já teve ou tem alguma experiência nesse sentido? Quais?
7. Você considera que seu modo de pensar e agir sobre a alimentação é uma ação política? Por que?
8. Alimentação consciente e alimentação adequada e sustentável. Na sua opinião, são as mesmas coisas ou tem diferença? Por que?
9. Pensando em tudo que envolve a alimentação na sociedade, desde o acesso a terra até o descarte de lixo, resíduos da indústria... o que você pensa sobre o sistema alimentar atual?

Agora pensando nos jovens...

10. O que podem fazer para ter uma alimentação mais consciente na prática, no dia a dia?
11. Você acredita que os jovens têm um papel na sociedade em relação à alimentação?
12. Como os jovens podem se organizar e mobilizar outros jovens para uma atitude mais consciente sobre tudo que envolve a alimentação?

13. O Comer Pra Quê tem a intenção de dialogar sobre a alimentação com as juventudes. Como tornar esse tema mais interessante para outros jovens?

- a. linguagem
- a. ferramentas/meios
- b. temas
- c. formatos
- d. propostas
- e. como se aproximar
- f. sensibilizar